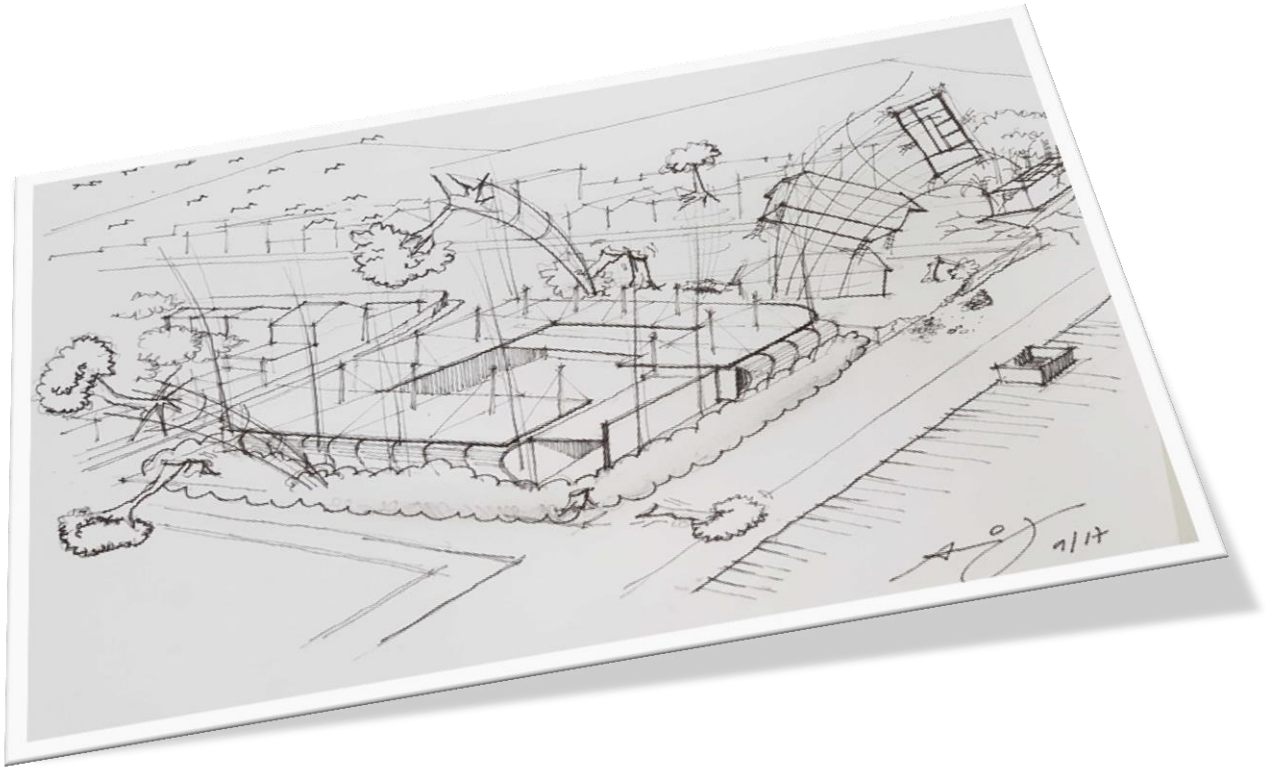


AS INTERVENÇÕES DO PODER PÚBLICO NAS PRAÇAS OCUPADAS POR CLÍNICAS DA FAMÍLIA NA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO

ANA PAULA DA ROCHA MENEZES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA PAISAGÍSTICA

Rio de Janeiro
Dezembro de 2018

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU
Mestrado Profissional em Arquitetura Paisagística – MPAP

AS INTERVENÇÕES DO PODER PÚBLICO NAS PRAÇAS OCUPADAS POR CLÍNICAS DA FAMÍLIA NA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO

ANA PAULA DA ROCHA MENEZES

Rio de Janeiro
Dezembro de 2018

ANA PAULA DA ROCHA MENEZES

AS INTERVENÇÕES DO PODER PÚBLICO NAS PRAÇAS OCUPADAS POR CLÍNICAS DA FAMÍLIA NA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Arquitetura Paisagística, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Arquitetura Paisagística sob orientação de Prof. Dra. Vera Regina Tângari.

Rio de Janeiro
Dezembro de 2018

FICHA DE APROVAÇÃO

AS INTERVENÇÕES DO PODER PÚBLICO NAS PRAÇAS OCUPADAS POR CLÍNICAS DA FAMÍLIA NA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO

Ana Paula da Rocha Menezes

Orientadora: Prof. Dra. Vera Regina Tângari

Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Arquitetura Paisagística, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Arquitetura Paisagística.

Aprovado por:

_____

Profa. Dra. Vera Regina Tângari |Orientadora|
|MPAP-PROURB/FAU/UFRJ|

_____

Profa. Dra. Rosangela Lunardelli Cavallazzi
|PROURB/FAU/UFRJ|

_____

Profa. Dra. Andrea Queiroz Rego
|PROARQ/FAU/UFRJ|

CIP - Catalogação na Publicação

M543i

Menezes, Ana Paula da Rocha
AS INTERVENÇÕES DO PODER PÚBLICO NAS PRAÇAS OCUPADAS POR CLÍNICAS DA FAMÍLIA NA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO / Ana Paula da Rocha Menezes. – Rio de Janeiro, 2018.
185 f.

Orientadora: Vera Regina Tângari.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2018.
1. ocupação. 2. poder público. 3. praças. 4. equipamentos públicos. 5. Rio de Janeiro. I. Tângari, Vera Regina, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

Aspectos do Poder

Penso que é sempre necessário colocar em algum lugar um poder social superior a todos os outros, mas acredito que a liberdade corre perigo quando esse poder não encontra diante de si nenhum obstáculo que possa conter a sua marcha e dar-lhe tempo de se moderar a si mesmo. A onipotência parece-me em si uma coisa ruim e perigosa.

(...) Todas as vezes que um poder qualquer for capaz de fazer todo um povo contribuir para um único empreendimento, com pouca ciência e muito tempo conseguirá extrair do concurso de tão grandes esforços algo de imenso, sem que com isso seja necessário concluir que o povo é muito feliz, muito esclarecido ou mesmo muito forte.

Alexis de Tocqueville, in 'A Democracia na América'

RESUMO

Essa dissertação partiu de uma indagação acerca das ocupações de praças por equipamentos públicos na cidade do Rio de Janeiro em especial na Zona Oeste da cidade. O grande número de praças ocupadas por Clínicas da Família nos bairros de Bangu, Campo Grande e Realengo motivou a presente pesquisa.

Os aspectos simbólicos que as praças exercem sobre os que dela se utilizam ultrapassam a condição de materialidade, pois o espaço público estabelece questões de territorialidade no sentido também imaterial agregando valor simbólico desde a formação do cidadão até a sua apropriação no sentido de pertencimento. Os espaços livres públicos devem ser preservados nas suas dimensões e funções originais, uma vez que são criados a fim de promover o lazer e o bem-estar da população de seu entorno, que são direitos previstos na constituição brasileira. Quando, por questões de necessidade, a ocupação desses espaços é determinada pelo poder público, que seja estudada de forma mais criteriosa e abrangente levando-se em consideração todos os conflitos inerentes a esse processo. Como arquitetos, urbanistas e paisagistas muitas vezes nos tornamos responsáveis diretos pelas ações projetuais que alteram, constroem, destroem, criam e recriam novos espaços na cidade.

Muito se fala sobre a produção da paisagem, sob o aspecto da intervenção através de proposições positivas no sentido de sua melhoria, mas pouco se fala dos impactos negativos produzidos em decorrência de projetos isolados ou de intervenções em espaços livres públicos com a ocupação dos mesmos. Há de se refletir sobre esses aspectos, que de uma forma ou de outra nos incitaram à pesquisa, as suas indagações e às ações propositivas decorrentes.

Palavras chave: *intervenções, poder público, praças, ocupação, equipamentos públicos, zona oeste, Rio de Janeiro.*

RÉSUMÉ

Cette dissertation était basée sur une enquête sur les occupations de squatters par des installations publiques dans la ville de Rio de Janeiro, en particulier dans la partie ouest de la ville. Le grand nombre de places occupées par les Family Clinics dans les quartiers de Bangu, Campo Grande et Realengo a motivé la présente recherche.

Les aspects symboliques que les carrés exercent sur ceux qui sont utilisés dépassent la condition de matérialité, puisque l'espace public pose des questions de territorialité au sens aussi immatériel en ajoutant une valeur symbolique de la formation du citoyen à son appropriation au sens d'appartenance. Les espaces publics doivent être conservés dans leurs dimensions et fonctions d'origine, puisqu'ils sont créés dans le but de promouvoir les loisirs et le bien-être de la population de son entourage, qui sont des droits prévus dans la constitution brésilienne. Lorsque, pour des raisons de nécessité, l'occupation de ces espaces est déterminée par le pouvoir public, elle est étudiée de manière plus approfondie et plus complète en tenant compte de tous les conflits inhérents à ce processus. En tant qu'architectes, urbanistes et paysagistes, nous sommes souvent directement responsables des actions de conception qui modifient, construisent, détruisent, créent et recréent de nouveaux espaces dans la ville.

On parle beaucoup sur le paysage de la production, de l'aspect de l'intervention à travers des déclarations positives à l'égard de leur amélioration, mais peu est dit sur les effets négatifs produits à la suite de projets ou d'interventions isolées dans des espaces publics ouverts avec l'occupation du même. Nous devons réfléchir à ces aspects qui, d'une manière ou d'une autre, nous incitent à la recherche, à leurs interrogations et aux actions propositionnelles qui en résultent.

Mots-clés: *interventions, pouvoir public, places, occupation, équipements publics, zone ouest, Rio de Janeiro.*

AGRADECIMENTOS

.

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de aprimoramento na minha vida profissional, muitas vezes à custa de convívio entre aqueles que formam a nossa célula primária de convivência, a família.

Agradeço a todos os professores do PROURB que de uma maneira ou de outra contribuíram para que essa pesquisa tivesse fundamentos teóricos em consonância com o que se pretendia demonstrar, especialmente a minha orientadora professora Vera Regina Tângari, por me acolher em seu grupo de pesquisa que muito contribuiu para esse trabalho. Nesse quesito foi relevante também a participação dos professores de fora do PROURB, particularmente o Professor Alex Magalhães e a Professora e Jurista Sonia Rabello por suas contribuições inestimáveis no capitulo do Direito, assunto de fundamental importância para o tema da presente pesquisa.

Agradeço especialmente a toda equipe do Grupo SEL-RJ, especialmente Nathália Rocha e Ana Carolina Nunes de Souza, pelo auxílio no fornecimento dos dados referentes aos espaços livres das áreas objeto dessa pesquisa.

Agradeço aos meus colegas de turma que foram igualmente importantes e presentes em todas as etapas da pesquisa, dividindo alegrias e frustações.

Agradeço aos colegas de trabalho, principalmente Rafael Almeida, Mariana Gomes, Lívia Dias e Aline Lemos pela contribuição inestimável nas pesquisas em campo. Da mesma forma, agradeço ao colega Amauri Lopes que bem soube captar o espírito da dissertação na imagem que ilustra a capa desse trabalho.

Agradeço às pessoas que de alguma forma me auxiliaram nessa etapa da vida. Minha gratidão a Nilton Benevides e Carlos Alberto Lima Dias pelas cartas de apresentação que abriram as portas do Mestrado para mim.

Agradeço aos meus muitos amigos que me aturaram e me auxiliaram de alguma forma.

Por fim um agradecimento especial aos meus amigos Reinaldo Souza, Katia Souza e Fernanda Delgado que de uma forma ou de outra me deram força e motivação para que esse sonho se realizasse.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus filhos Fellipe Menezes, João Marcello Menezes e Gustavo Menezes na intenção de que eles sigam ou até mesmo ultrapassem os “limites inexistentes” da educação. O mundo não tem limites para os que ousam sonhar.

Dedico ao meu marido Marcelo Gomes pelo suporte diário nessa fase que sacrificou bastante nosso convívio.

LISTAS

LISTA DE FIGURAS

Nº	DESCRIÇÃO	PÁGINA
Figura 1	Legenda da divisão do Município em Áreas de Planejamento, onde a cor verde-	17
Figura 2	Localização das quatro praças objeto de estudo e pesquisa	17
Figura 3	Diagrama da estrutura metodológica	19
Figura 4	Nuvem produzida com as palavras mais citadas pelos moradores com relação ao	24
Figura 5	Nuvem produzida com as palavras mais citadas pelos moradores com relação ao	25
Figura 6	Frequentadora da Praça Lealdina Muniz sinalizando que gosta dos brinquedos	26
Figura 7	Frequentadora da Praça Lealdina Muniz sinalizando que não gosta do abandono	26
Figura 8	Diagrama com os depoimentos mais significativos com relação à ocupação das	27
Figura 9	Diagrama com alguns princípios do Direito Ambiental	47
Figura 10	Divisão da Cidade do Rio de Janeiro em Áreas de Planejamento	58
Figura 11	Divisão dos Distritos Industriais	59
Figura 12	Tecidos urbanos na cidade do Rio de Janeiro com área de interesse em laranja	62
Figura 13	Tecidos urbanos na cidade do Rio de Janeiro com área de interesse em laranja	62
Figura 14	Análise dos tecidos urbanos na AP5 por categoria e superfície	62
Figura 15a	Mapa dos espaços livres na cidade do Rio de Janeiro com área de interesse em laranja	63
Figura 15b	Legenda dos espaços livres na cidade do Rio de Janeiro com área de interesse em laranja	64
Figura 16	Espaços livres na cidade do Rio de Janeiro – distribuição por AP	64
Figura 17	População na cidade do Rio de Janeiro – distribuição por AP	65
Figura 18	População na cidade do Rio de Janeiro – distribuição por AP	65
Figura 19	Espaços livres públicos na AP5 – distribuição por tipo	65
Figura 20	Espaços livres da Região Administrativa de Bangu	66
Figura 21	Espaços livres privados intraquadras na XVII RA Bangu	67
Figura 22	Tipos e extensões em hectares de espaços livres públicos na XVII RA de Bangu	68
Figura 23	Espaços livres na Região Administrativa de Campo Grande	69
Figura 24	Espaços livres privados intraquadras na RA de Campo Grande	69
Figura 25	Distribuição de categorias de tecido urbano XVIII RA de Campo Grande	69
Figura 26	Espaços livres na Região Administrativa de Realengo	70
Figura 27	Espaços livres privados intraquadras na Região Administrativa de Realengo	70
Figura 28	Distribuição de categorias de tecido urbano na XXXIII RA Realengo	71
Figura 29	Foto da Clínica da Família	72
Figura 30	Gráfico de gênero	75
Figura 31	Gráfico etário	75 e 76
Figura 32	Mapa da Saúde do Rio de Janeiro – Cobertura do SUS	76
Figura 33	Mapa da Saúde do Rio de Janeiro – Onde ser atendido pelas Clínicas da Família	77
Figura 34	Implantação da clínica na Praça Lealdina Muniz sobre planta cadastral (em obras)	80
Figura 35	Implantação da clínica de Campo Grande II sobre planta cadastral	80
Figura 36	Implantação da clínica Arthur Zanetti na Praça Sangradouro sobre cadastral	81
Figura 37	Moradores jogando futebol no Campo do Periquito – Praça Marobá em Realengo	81
Figura 38	Moradores jogando futebol no Campo do Periquito – Praça Marobá em Realengo	81
Figura 39	Moradores jogando futebol no Campo do Periquito – Praça Marobá em Realengo	81

LISTA DE FIGURAS

Nº	DESCRIÇÃO	PÁGINA
Figura 40	Implantação da clínica Romulo Teixeira em Realengo sobre planta cadastral	82
Figura 41	Diagrama – Primeira fase da Ponderação de Direitos	137
Figura 42	Diagrama – Conflito de Direitos	137
Figura 43	Diagrama – Segunda fase da Ponderação de Direitos	138
Figura 44	Localização das Praças em Campo Grande	139
Figura 45	Localização dos espaços livres em um raio de 500m da Praça Sangradouro	140
Figura 46	Diagrama dos passos a serem seguidos na tomada de decisão	141
Figura 47	Danos na Clínica Romulo Teixeira implantada na Praça Marobá em Realengo	141
Figura 48	Entorno da Clínica da Família implantada na Praça Bom Conselho em Realengo	142
Figura 49	Técnica dos “Três ‘Ds”	142
Figura 50	1º passo – delimitação de metade do espaço livre público destinado ao lazer	143
Figura 51	2º passo – delimitação das distâncias da gola e do passeio	144
Figura 52	2º passo – delimitação das distâncias da gola e do passeio - cortes	144
Figura 53	2º passo – delimitação dos recuos baseado nos indivíduos arbóreos do passeio	145
Figura 54	2º passo – delimitação dos recuos baseado nos indivíduos arbóreos - cortes	145
Figura 55	3º passo – demarcação dos afastamentos mínimos de 3m	146
Figura 56	3º passo – demarcação dos afastamentos mínimos de 3m - cortes	146
Figura 57	Comparação entre a proposta da pesquisa e a real ocupação	148
Figura 58	Diagrama dos pontos a serem considerados na requalificação da área	150
Figura 59	Aplicação dos pontos na requalificação da Praça Bom Conselho	151
Figura 60	Entorno da Clínica da Família implantada na Praça Bom Conselho em Realengo	154
Figura 61	Arte sobre cadastral – Proposições para a Praça Lealdina Muniz após a clínica	156
Figura 62	Arte sobre cadastral – Proposições para Praça Marobá após a clínica	157
Figura 63	Arte sobre cadastral – Proposições para Praça Pedro Veloso após a clínica	157

LISTA DE QUADROS

Nº	DESCRIÇÃO	PÁGINA
Quadro 1	Áreas das praças antes e após as implantações das Clínicas da Família	15
Quadro 2	Resposta dos moradores com relação ao bairro de Bangu em Bangu	23
Quadro 3	Resposta dos moradores com relação à Praça Lealdina Muniz	25

SIGLÁRIO

SIGLA	DESCRIÇÃO
CODIN	Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
IABAS	Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPP	Instituto pereira Passos
MPAP	Mestrado Profissional em Arquitetura Paisagística
PAA	Projeto Aprovado de Alinhamento
PAL	Projeto de Alinhamento e Loteamento
PCRJ	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
PDAU	Plano de Arborização Urbana
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PROARQ	Programa de Pós-graduação em Arquitetura
PROURB	Programa de Pós-graduação em Urbanismo
RIOURBE	Empresa Municipal de Urbanização
SEL-RJ	Sistema de Espaços Livres – Rio de Janeiro
SUS	Sistema Único de Saúde

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO **14**

1. INTRODUÇÃO **15**

1.1. Definição do problema **16**

1.2. Justificativa **16**

1.3. Objetivos **18**

1.3.1. Objetivos gerais **18**

1.3.2. Objetivos específicos **18**

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS **19**

2.1. Metodologia aplicada **19**

2.2. Resultados da pesquisa de campo com os frequentadores **23**

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA **28**

3.1. Questões jurídicas: a praça como direito à paisagem e ao lazer **29**

3.1.1. Direitos afetados **45**

3.1.2. Considerações sobre o direito ao lazer e à paisagem **47**

3.2. Questões de convivência - a praça e a cidade **48**

3.2.1. A formação e a transformação dos espaços livres públicos **55**

4. CONTEXTO AO ESTUDO DE CASO **58**

4.1. Histórico da área de estudo - AP 5 – Zona Oeste do Rio de Janeiro **58**

4.2. Análise dos tecidos urbanos e espaços livres na cidade do Rio de Janeiro **61**

4.2.1. Tecidos urbanos e espaços livres na cidade do Rio de Janeiro **61**

4.2.2. Tecidos urbanos e espaços livres – RA de Bangu **66**

4.2.3. Tecidos urbanos e espaços livres – RA de Campo Grande **68**

4.2.4. Tecidos urbanos e espaços livres – RA de Realengo **70**

4.3. O Programa Saúde da Família – as Clínicas da Família **72**

4.3.1. Dados Estatísticos **75**

5. ESTUDOS DE CASO – QUATRO PRAÇAS OCUPADAS **78**

5.1. Praça Lealdina Muniz - Bangu **84**

5.2. Praça Pedro Veloso - Campo Grande **97**

5.3. Praça Marobá - Realengo **111**

5.4. Praça Sangradouro - Campo Grande **124**

6. DIRETRIZES DE PROJETOS **136**

6.1. Diretrizes Gerais **136**

6.2. Recomendações para os casos estudados **151**

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS **158**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **163**

APÊNDICE **166**

ANEXOS **178**

APRESENTAÇÃO

A partir de uma reflexão sobre a importância dos espaços livres para as cidades e de sua ocupação pelos agentes públicos que deveriam zelar pela implantação e pela manutenção desses espaços em sua função principal, essa dissertação aborda os mecanismos que nortearam essa ocupação. A proposta abrange aspectos de forma e função desses espaços sua importância de manutenção e gestão e objetivou estabelecer diretrizes de projeto para as praças estudadas. Este trabalho está estruturado da seguinte forma:

Na primeira parte, a partir da identificação do problema, a ocupação das praças por Clínicas da Família, a pesquisa traçou os objetivos a serem alcançados e definiu a metodologia a ser utilizada para alcançar os objetivos propostos. O objetivo geral foi verificar os impactos causados na inserção de equipamentos públicos em praças existentes na cidade sem o devido cuidado com a alteração na paisagem e no convívio social entre moradores e teve como objetivos específicos verificar os impactos causados quando os equipamentos são introduzidos em praças públicas e propor ações de projeto paisagístico para mitigar os impactos negativos detectados nos estudos de caso selecionados.

Na segunda parte, a pesquisa buscou fundamentação teórica a fim de compreender questões de Direito e convivência através de autores que de alguma forma se dedicaram a questão urbana notadamente sob esses aspectos.

A terceira parte da pesquisa foi dedicada a contextualizar historicamente visando situar as áreas de estudo dentro das modificações ocorridos nos últimos anos. Importante compreender como se deu a ocupação da cidade e a evolução dessa ocupação. Os estudos realizados pelo Grupo SEL-RJ foram fundamentais para compreender as dinâmicas atuais da região do estudo.

A quarta parte da pesquisa apresenta as áreas de estudo. As quatro praças estudadas foram organizadas em fichas de análise visando entender cada uma delas sob diversos aspectos que envolveram questões físicas, socioculturais e censitárias. Por fim a pesquisa buscou propor diretrizes que mitigassem os impactos causados pela ocupação das praças por clínicas da família de forma genérica e especificamente para os casos estudados.

Nas considerações finais retomamos aos objetivos da pesquisa, as questões colocadas, aos resultados das análises, bem como às propostas para mitigar os impactos causados pela ocupação estudada. Finalizamos com nosso posicionamento com relação aos resultados, do mesmo modo que enxergamos futuros objetos de estudo.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Definição do problema

"Encontramos um terreno!" Com sorriso nos olhos os funcionários da prefeitura traziam a novidade. Que "terreno" era esse? Uma praça. Por que uma praça? Por que se desfazer de um espaço que fora destinado ao lazer da comunidade do entorno para se instalar um equipamento público mesmo que seja destinado a essa mesma população? Muitas vezes não havia mesmo outra opção. Muitas vezes "essas praças" não passavam de lotes destinados a praças, mas nunca efetivamente utilizados como local de lazer e convívio social. Outras vezes, o espaço era utilizado pelos moradores tendo inclusive uma agenda social rica em eventos.

O Quadro 1 apresenta esse processo ao descrever a relação de praças estudadas nessa dissertação localizadas na zona oeste da Cidade do Rio de Janeiro cujas áreas foram desafetadas[1] para receberem equipamentos municipais para funcionamento de Clínicas da Família. Nele estão relacionados: os registros de criação das praças através dos Projetos de Alinhamento (PAL); as áreas originalmente destinadas às praças; as áreas desafetadas e os decretos relativos; o percentual entre as áreas desafetadas e a áreas originais das praças e as áreas remanescentes.

BAIRRO	PRAÇA	PAL	ÁREA PAL	DECRETO	ÁREA DESAFETADA		ÁREA ATUAL	
BANGU	Lealdina Muniz	PAL 35.478	5.210,00 m²	38215/2013	2.334,10 m²	45%	2.875,90	m²
CAMPO GRANDE	Pedro Veloso da Silveira	PAL 38228	6.674,52 m²	41903/2016	2.182,62 m²	33%	4.491,90	m²
CAMPO GRANDE	Sangradouro	PAL 36717	2.574,00 m²	41413/2016	2.574,00 m²	100%	0,00	m²
REALENGO	Marobá	PAL 18249	5.990,00 m²	PROJETO*	1.401,30 m²	23%	4.588,70	m²

***** Sem decreto

Quadro 1 - Áreas das praças antes e após as implantações das Clínicas da Família
Elaborado pela autora, 2017

O objetivo dessa Dissertação é discutir o papel e a importância das praças na atualidade, tanto para a cidade quanto para o cidadão, na condição da utilização de seu terreno para implantação e edificação de equipamentos públicos. Dada minha experiência em projetos de obra pública, tais como fóruns para o tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e de escolas e equipamentos de saúde para a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, e apoiada nos argumentos de autores que se dedicaram ao tema (ROBBA e MACEDO, 2002; ALEX, 2008; QUEIROGA, 2011) concluo pela necessidade de um maior cuidado na inserção desses

[1] *jur* ato pelo qual se desfaz um vínculo jurídico, inerente à natureza de alguma coisa, à propriedade ou à posse, fazendo desaparecer a *affectatio*, isto é, o poder ou o direito sobre ela. No Capítulo 5 as questões relativas ao Direito serão esclarecidas.

equipamentos públicos. Em muitas das situações observadas, não existe cuidado com o legado e seus impactos na paisagem, a partir da inserção de uma política pública que elege prioridades em detrimentos de outros interesses da coletividade. O impacto da construção de equipamentos públicos em espaços livres (praças e parques) geram grandes rupturas nos ambientes urbanos já consolidados muitas vezes provocando retirada de elementos paisagísticos e de espaços de convivência importantes.

Dessa forma, a intenção da pesquisa foi avaliar os aspectos positivos e negativos dessas intervenções e avaliar como podemos mitigar os impactos, quando negativos, além de fornecer subsídios para um melhor planejamento em futuras situações similares.

1.2. Justificativa

Segundo Queiroga (2001), é preciso salientar a importância das praças tanto sob o ponto de vista da qualidade ambiental urbana quanto como espaço de convivência e trocas, principalmente no que tange às relações sociais, base do desenvolvimento do indivíduo como parte de um coletivo. As praças atualmente têm que competir com inúmeras formas de interação social, como as redes sociotécnicas, já que nessas redes não é mais necessária a presença física para "conviver".

Ainda que reconheçam-se os impactos negativos que acompanham esse tipo de intervenção física nos espaços urbanos, verificaram-se também os impactos positivos sobre seu entorno imediato comparando seus benefícios potenciais e sua importância para mudanças nas cidades. É preciso compreender esse fenômeno e fornecer subsídios para instrumentalizar o poder público com o ferramental necessário a fim de possibilitar a compatibilização entre as praças como local de convergência social e demais equipamentos públicos que nelas ou junto a elas venham a ser localizados.

1.3. Objetivos

Nesta pesquisa foram analisadas quatro praças localizadas na Área de Planejamento 5, área verde do mapa (Figura 1), na Zona Oeste do Rio de Janeiro, e que sofreram intervenções em seus terrenos. Foram estudados seus aspectos físico-urbanísticos e socioculturais, seus usos e apropriações anteriores à implantação das Clínicas da Família e seus usos e apropriações posteriores à implantação das Clínicas da Família.

De forma complementar, objetivou-se também propor diretrizes para mitigação dos impactos negativos observados.

Figura 1 - Legenda da divisão do Município em Áreas de Planejamento, onde a cor verde-clara corresponde à Área de Planejamento 5
Fonte: PCRJ, Armazém de Dados, 2017

Com a pesquisa realizada, foi possível identificar como as quatro praças estudadas (Figura 2) são apropriadas pelos moradores nos bairros analisados. Os bairros onde se inserem se localizam na Área de Planejamento – AP5, onde, segundo estudos do Grupo SEL-RJ do PROARQ-UFRJ, ainda existem espaços livres de grandes dimensões e a vegetação rasteira ou arbórea é significativamente incidente.

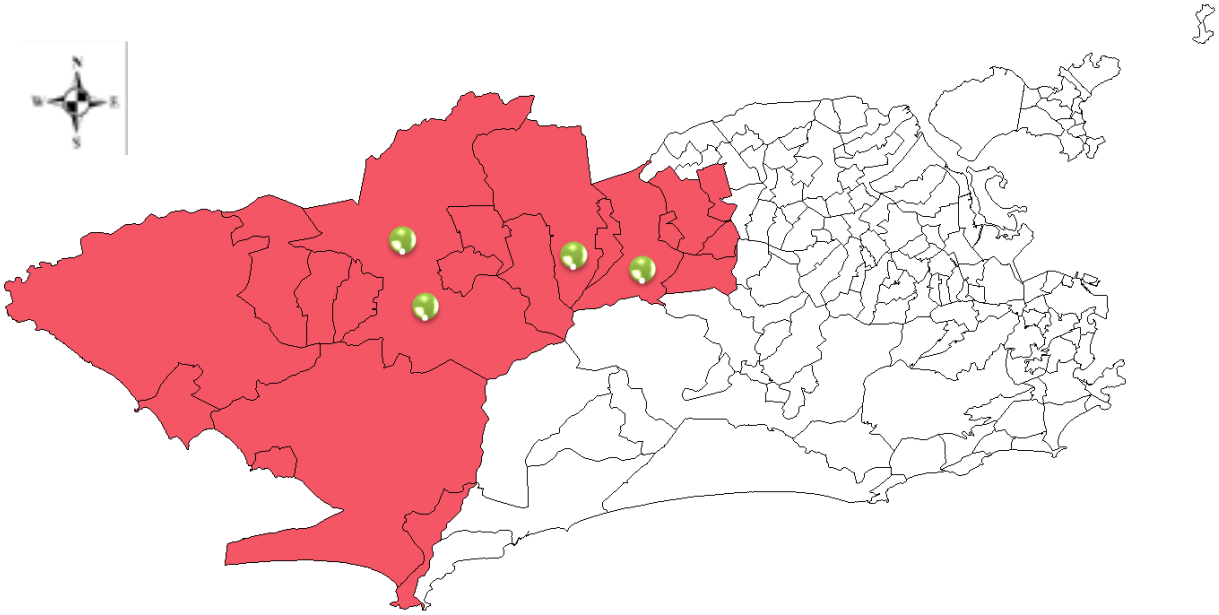


Figura 2 – Localização das quatro praças objeto de estudo e pesquisa
Fonte: Google Earth, 2017

Em resumo, destacam-se abaixo os objetivos da pesquisa consolidando a sua justificativa.

1.3.1. Objetivo geral

O objetivo geral é verificar os impactos causados na inserção de equipamentos públicos em praças existentes na cidade sem o devido cuidado com a alteração na paisagem e no convívio social entre moradores.

1.3.2. Objetivos específicos

- Verificar os impactos quando os equipamentos são introduzidos em praças públicas situadas em bairros periféricos
- Propor diretrizes de projeto paisagístico para mitigar os impactos negativos detectados em estudos de caso selecionados.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada para o desenvolvimento do estudo de caso foi composta por duas etapas: na primeira etapa foi feita a seleção das praças a serem estudadas; na segunda etapa foi realizado um mapeamento baseado em levantamentos históricos, físico-urbanísticos e dos usos e apropriações por parte da população. Além dessa avaliação ambiental e de aspectos biofísicos das praças selecionadas, foram aplicados instrumentos da análise cognitiva que auxiliaram a compreender a relação entre as praças e a população que as utiliza.

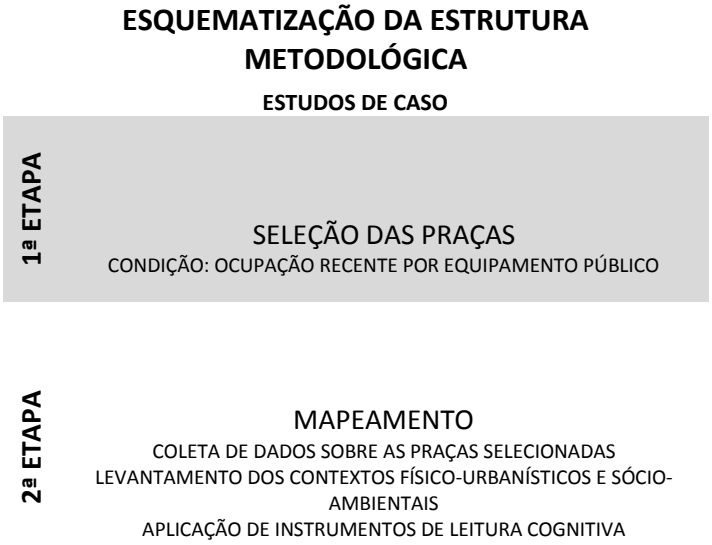


Figura 3 – Diagrama da estrutura metodológica
Elaborado pela autora, abril de 2017

2.1. Metodologia aplicada

A seleção das praças foi baseada nas últimas ocupações pelo poder público na Zona Oeste da cidade de Rio de Janeiro. No início a pesquisa abrangia oito praças em cinco bairros, no entanto, após o Exame de Qualificação, em setembro de 2017, a banca sugeriu a redução do número de estudos de caso a fim de que fosse possível um maior aprofundamento das questões observadas. A pesquisa então passou a se debruçar por três bairros – Bangu, Campo Grande e Realengo, totalizando quatro praças. Correspondem a espaços livres públicos onde tive a oportunidade de desenvolver projetos executivos pela empresa para qual trabalho, a Engetécnica Serviços e Construções Ltda., no período de janeiro de 2015 até o presente momento.

Os critérios para a escolha das quatro praças dentro do universo inicial levaram em consideração as seguintes questões:

- Praça parcialmente ocupada e com características de praça – foram selecionadas duas que atendiam a esse critério;

- Praça parcialmente ocupada, mas cuja área remanescente apenas contemplava quadra/campo de futebol – seis praças atendiam ao critério, a praça selecionada envolve intensa atividade esportiva;

- Praça totalmente ocupada.

De acordo com Zeisel (1984), a metodologia adotada para a segunda parte do trabalho foi de cunho qualitativo, baseado em três vertentes: a coleta de dados sobre os espaços selecionados; o levantamento dos contextos físico-urbanísticos; a leitura cognitiva.

Essas vertentes seguem abaixo descritas.

a) Coleta de dados sobre os espaços selecionados

A coleta de dados compreendeu o levantamento histórico, com base em Abreu (1987), e incluiu a caracterização das praças selecionadas, segundo dados levantados em bibliografia, órgãos públicos e sites de dados censitários e normativos. A coleta de dados relativos aos aspectos pertinentes à evolução urbana compreendeu levantamento de plantas cadastrais, dados sobre Projetos de Alinhamento e Loteamento-PAL e dados censitários. Também foram pesquisados os eventos sociais que ocorreram ou deixaram de ocorrer nas praças selecionadas por conta da ocupação por Clínicas da Família, assim como notícias de jornais a respeito do assunto.

Foram utilizados métodos tradicionais de pesquisa com base em publicações sobre o tema divulgadas em periódicos, revistas, jornais, fotografias antigas e internet (imagens do *Google Earth*, do Armazém de Dados da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e do *Google Street Viewer*), assim como em órgãos de coleta de dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e do Armazém de Dados da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

b) Levantamento dos contextos físico-urbanísticos

Os aspectos físico-urbanísticos levantados incluíram: situação no âmbito da cidade, do bairro e região e a configuração espacial das praças selecionadas, incluindo seu agenciamento paisagístico. Os dados levantados sobre a situação das praças na cidade se relacionaram a:

- Relação com entorno: acessibilidade, orientação solar, ruas e praças próximas;
- Configuração espacial: composição espacial, condições dos logradouros que delimitam a praça, condições dos equipamentos, elementos paisagísticos característicos e condições dos indivíduos arbóreos.

Foram levantados *in loco* e com o auxílio de fotografias, plantas impressas e digitalizadas, através do uso dos programas computacionais *AutoCad* e similares. Nesse levantamento foram analisadas as dimensões das praças antes e depois da ocupação, mapeando os problemas após a ocupação e propondo medidas mitigadoras desses impactos.

c) Leitura cognitiva

Nessa vertente foi enfocada a significância das praças para os moradores e frequentadores. Foi realizada a partir dos dados coletados junto à população usuária das praças selecionadas, por meio de entrevistas aplicadas *in loco*. O questionário foi elaborado tendo como objetivo deixar o(a) entrevistado(a) livre para responder às questões (perguntas abertas). Procurou-se variar no perfil dos entrevistados quanto ao gênero e quanto à idade a fim de garantir uma visão diversificada sobre a praça e a ocupação pela Clínica da Família.

Aplicaram-se essas pesquisas com os moradores no entorno das praças e com seus frequentadores mais assíduos, não sendo objetivo do trabalho o alcance de dados quantitativos, mas de avaliações subjetivas e qualitativas. O formulário aplicado está descrito a seguir.

1- Preliminarmente foi feita a identificação da área de pesquisa, do pesquisador bem como do contexto – data e hora – em que a pesquisa foi feita.

1. PESQUISADOR (A): _____	**DATA: __ / __ / ____**
LOCAL	**HORA: ___:___**
Praça _____ Bairro: _____ **Endereço: _____**	

2- A caracterização dos entrevistados foi importante para perceber quem era o frequentador típico nas praças de acordo com idade, gênero, idade e estado civil.

2. IDENTIFICAÇÃO

Sexo

○ Masculino ○ Feminino ○ Não informado

Idade

○ 0 a 3 ○ 3 a 5 ○ 5 a 7 ○ 7 a 10 ○ 11 a 15

○ 16 a 20 ○ 21 a 30 ○ 30 a 45 ○ Mais de 45

Escolaridade

○ Fundamental ○ Médio ○ Superior ou mais ○ Sem escolaridade

Estado Civil

○ Solteiro ○ Divorciado ○ Casado ○ Viúvo ○ Outros

3- Ao entrarmos propriamente na entrevista dividimos as perguntas em duas fases, a primeira procurou entender a relação do entrevistado com o bairro:

Há quanto tempo você mora nesse bairro? Onde você vivia anteriormente?

Por que veio morar nesse bairro?

O que você mais gosta no bairro? Por quê?

O que você menos gosta no bairro? Por quê?

Se você pudesse mudar alguma coisa, o que mudaria?

4- Após contextualizar o bairro, a pesquisa focou na relação do entrevistado com a praça:

Você sabe o nome da praça? Qual o nome? De onde vem esse nome?

Frequenta a praça? Quantas vezes por semana? O que faz na praça? Se não, por quê?

O que você mais gosta na praça? O que você menos gosta na praça?

Você frequenta outras praças nas imediações? Quais? Onde? Por quê?

Você frequenta outros espaços públicos? Quais? Onde? Por quê?

Alguém da sua família frequenta outras praças nas imediações? Quais? Onde? Por quê?

5- Por fim a questão foi direto ao ponto:

Você concorda com a implantação da Clínica da Família na praça? Se sim, por quê? Se não, por quê?

2.2. Resultados da pesquisa de campo com os frequentadores

A pesquisa de campo revelou-se bastante interessante sob o ponto de vista da diversidade de opiniões relativas à implantação das Clínicas da Família nas praças estudadas e reuniu informações de moradores e dos bairros para cada praça estudada. Essas informações são exemplificadas no Quadro 2 e foram relativas às pesquisas realizadas na praça Lealdina Muniz localizada em Bangu. Os quadros completos com os resultados da pesquisa nas quatro praças estão apresentados no apêndice A.

Cabe acrescentar que o período da pesquisa correspondeu a um momento em que todo o Município do Rio de Janeiro, bem como o Estado, encontravam-se falidos financeiramente afetando sobremaneira os serviços de saúde. Esse fato explica a razão pela qual a maior parte dos entrevistados tenha se colocado em posições contraditórias com relação à implantação das Clínicas.

Em Bangu, entretanto, grande parte dos entrevistados na Praça Lealdina Muniz se mostrou favorável à ocupação das praças por Clínicas da Família, mesmo que elas não estejam funcionando corretamente. No entanto muitos afirmaram que era melhor não ter a Clínica, pois enquanto esse equipamento não existia eles conseguiam atendimento em outras unidades, mesmo tendo que se deslocar para outra região no bairro. Atualmente com a clínica localizada nas redondezas esse atendimento não é mais possível, uma vez que o Programa Saúde da Família do SUS divide as regiões de atendimento.

PRAÇA LEALDINA MUNIZ					
Tempo de moradia	**Moradia anterior**	**Motivo**	**Mais gosta**	**Menos gosta**	**Mudança**
Nasceu	n/a	n/a	Nada	Não soube responder	Policiamento
Nasceu	n/a	n/a	Shopping	Gosta muito do bairro	Policiamento
Desde os 12 anos	Caxias	Pais	Tudo perto - facilidades	Violência	Policiamento
Há 30 anos	n/a	Família	Era a praça	Assalto	A praça está feia, suja, pouca iluminação
Nasceu	n/a	n/a	Nada	Não soube responder	Policiamento
Nasceu	n/a	n/a	Jogar futebol. Acha legal	Assalto	Não soube responder
Mora em Realengo	Realengo	irmã	Vizinhança	Desconforto. Não tem opção.	Não soube responder
Nasceu	n/a	n/a	Shopping	Assalto. Rua escura e é perigoso	Policiamento
Há 30 anos	Camará	Oportunidade de compra	Nada	Assalto e sujeira. Falta de iluminação	Arrumar a praça. Iluminação. Esgoto.
Nasceu	n/a	n/a	Shopping	Sujeira. Falta e cuidado	Policiamento

Quadro 2 – Resposta dos moradores com relação ao bairro de Bangu
Elaborado pela autora, março de 2018

Não obstante foi uma surpresa para a pesquisa o fato de boa parte dos entrevistados achar boa a ocupação pela Clínica mesmo não sabendo explicar os motivos. Outrossim, foi interessante verificar que os entrevistados que souberam explicar os motivos pelos quais acharam positiva ou negativa a ocupação das praças por Clinicas da Família tinham escolaridade acima do fundamental. A grande maioria dos que acharam benéfica a implantação do equipamento e souberam explicar disseram que antes da Clínica o local era subutilizado ou utilizado de forma inconveniente.

Essa diversidade de opiniões e de conhecimentos ou desconhecimentos podem ser analisados no Quadro 2. Tomando como exemplo o caso da Praça Lealdina Muniz, podemos observar que na primeira parte da tabela, logo após a identificação dos entrevistados, as perguntas foram sobre o bairro. Muitas pessoas que estavam nas praças não eram moradores das redondezas. A pesquisa revelou também que o entendimento de bairros pelos moradores da região pesquisada não é a mesma da versão oficial. Eles utilizam as subdivisões como pertencentes a outro bairro, tais como Jardim Maravilha, Jardim Bangu entre outros.

Com relação ao que mais gostam em seus bairros, os aspectos mais positivos foram observados em Campo Grande. Muitos moradores citaram o sossego e a tranquilidade como coisas boas no bairro.

Com base na pesquisa aplicada é possível elaborar uma nuvem de palavras, conforme Figuras 6 e 7, sobre o bairro de inserção da praça estudada, auxiliando no entendimento da percepção dos moradores daquele espaço e de seu entorno.

Figura 4 – Nuvem produzida com as palavras mais citadas pelos moradores com relação ao que mais gostam no bairro de Bangu
Fonte: Autora, março de 2018

Praticamente foi unânime a questão de violência ou falta de segurança, quando questionados sobre o que menos gostam no bairro e que consequentemente se tornou desejo da mudança, ou seja, se pudessem mudar algo no bairro seria o reforço no policiamento.

Figura 5 – Nuvem produzida com as palavras mais citadas pelos moradores com relação ao que menos gostam no bairro de Bangu.
Fonte: Autora, março de 2018

O Quadro 3 demonstra as respostas relativas à praça e demais espaços livres. Tomando novamente como exemplo a Praça Lealdina Muniz, por meio das entrevistas concluímos que ela é conhecida por 60% dos entrevistados como Praça do Cadarço, não obstante ninguém soube explicar o motivo. Para 20% dos entrevistados a praça é conhecida como Praça do Cabaço e como o próprio nome sugere seria uma alusão às atividades de cunho sexual que ocorriam na localidade.

PRAÇA LEALDINA MUNIZ						
Nome da praça	**Frequência**	**Mais gosta**	**Menos gosta**	**Frequenta outras**	**Outros Espaços Públicos**	**Familiares frequentam praças**
Não	Frequentou há anos	Era uma praça alegre	Abandono	Não	Shopping	Não
Praça do Cadarço	Sim, passa na volta da escola	Quadra para andar de patins	Gosta de tudo	sim, Leopoldina	Shopping	Não
Praça do Cadarço	Já frequentou há anos	Sentar embaixo da árvore pra ler	Sensação de insegurança	Sim, Praça da Guilherme	Praia/Parque Leopoldina/Parque dos Patins na Lagoa	Não
Não	Sim, final e semana	Espaço para as crianças	Não soube responder	Não	Shopping	Não
Praça do Cabaço	Raramente	Nada	Não soube responder	Não	Escola	Não
Sim, uma professora	Todo dia. Solta pipa. Pique	Não soube responder	Não soube responder	Não. Muito longe	Sim	Não. Muito longe
Praça do Cadarço	Dificilmente	Não soube responder	Não soube responder	Sim, Praça da Guilherme	Parques e Shopping	Não

Quadro 3 – Resposta dos moradores com relação à Praça Lealdina Muniz em Bangu
Elaborado pela autora, março de 2018.

Quanto ao conhecimento do nome das praças, nenhum dos entrevistados soube responder à questão na Praça Sangradouro, no bairro de Campo Grande. Na Praça Pedro Veloso da Silveira, também em Campo Grande somente um morador soube responder, mas não na totalidade. Já os frequentadores da Praça Marobá, em Realengo, alguns entrevistados souberam responder sobre o nome, no entanto muitos a conheciam também, ou somente, por Campo do Periquito.

Dentre as técnicas da pesquisa, aplicou-se o uso de fotografias com indicativo de espaço positivo (polegar verde) e espaço negativo (polegar vermelho) por parte dos moradores, como apresentado nas Figuras 6 e 7. Esse instrumento foi desenvolvido de acordo com estudos anteriores dos grupos de pesquisa GAE e SEL do PROARQ-FAU/UFRJ (AZEVEDO, TÂNGARI, RHEINGANTZ, 2016). Dessa forma, foi possível entender o que os usuários da praça sentem sobre seus diferentes espaços ou equipamentos.

Figuras 6 e 7: Fotos da frequentadora da Praça Lealdina Muniz sinalizando que gosta dos brinquedos, mas não gosta do abandono.
Fonte: Fotos feitas pela autora, março de 2018

A pesquisa demonstrou que, de forma geral, as pessoas não têm mais o hábito de frequentar praças. Os mais velhos lembram saudosos dos tempos de infância em que aproveitavam bastante o dia brincando nas pracinhas. Observamos, através da pesquisa, que os grandes concorrentes das praças são os shoppings, espaço de lazer preferencial dos entrevistados. Constatamos que um dos motivos da falta de uso das praças, além da insegurança, é a falta de atrativos para as diversas idades, principalmente crianças. Quando existem brinquedos eles estão em péssimo estado de conservação. As quadras esportivas são motivo de reclamações devido ao barulho provocado durante a disputa das partidas. Esse é o motivo principal apontado pelas mulheres entrevistadas que gostaram da implantação das Clínicas nas praças. Outro motivo que justifica a opinião positiva para a implantação do

equipamento foi a ocupação anterior das praças por usuários de drogas e moradores de rua.

Dentre vários depoimentos coletados, destaco o do segurança de shopping Elias, sobre a ocupação da Praça Pedro Veloso da Silveira. “Nós não queremos mais a clínica. Se a obra recomeçar iremos retirar os tapumes”. Essa declaração contundente advém do fato do abandono da obra. Os tapumes que protegiam a fundação em *radier* foram retirados pelos próprios moradores após inúmeros assaltos ocorrerem nas imediações. O abandono das praças pelo poder público está cada vez maior, pois não são mais capinadas, as árvores não recebem poda, brinquedos não tem manutenção e a iluminação está deficiente. Outros depoimentos foram selecionados e apresentados na Figura 8, demonstrando que a facilidade do acesso à saúde justifica na maioria das vezes essa ocupação.

Figura 8 - Diagrama do depoimentos mais significativos com relação à ocupação das praças por Clínicas da Família
Elaborado pela autora, março de 2018

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação do presente trabalho está dividida em três itens relativos à temática abordada nessa Dissertação com uma visão multidisciplinar. Compreendeu a leitura de autores que se dedicaram a:

- **Questões jurídicas**: a partir da visão do direito sobre a função social da propriedade pública;
- **Espaço de convivência**: a fim de entender como se dá essa relação do indivíduo com os espaços livres de lazer e vivencia social;
- **Aspectos espaciais**: forma, projeto e apropriação.

No campo do Direito a pesquisa se utilizou de documentos oficias, tais como o **Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro**, a **Lei Orgânica Municipal** e o **Estatuto das Cidades**. Buscamos Noções de Direito Urbanístico e Administrativo para compreender a utilização de instrumentos jurídicos na ocupação de espaços livres públicos e seus possíveis desdobramentos na forma da lei.

A fim de entender a apropriação da praça como elemento estruturante da vida social nos utilizamos da obra de Carlos Nelson dos Santos, **Quando a Rua Vira Casa** (SANTOS, 1981), nos quais foi possível identificar valores e significados dessa apropriação. Para o autor:

> "São óbvias, mesmo para a percepção não especializada, as transformações físicas, extensas e profundas nos centros de bairro do Rio de Janeiro". [...]

Com esse estudo ele pretendeu:

> [...] aprofundar o conhecimento sobre as formas de apropriação destes espaços de uso coletivo. Partimos do pressuposto que fazê-lo, corresponde a entender melhor os processos de desenvolvimento da cidade. Mais ainda: "acreditamos que a análise das situações locais permita extrapolações de grande alcance, já que as relações entre áreas cêntricas e espaços urbanos dependentes se constituem em problema crucial para o planejamento das grandes cidades do país." (NELSON, 1981 – PÁG 11).

Como os objetos de estudo foram ou ainda são pequenas praças, buscamos na leitura de Sun Alex, em **O Projeto da Praça** (ALEX, 2008), os elementos significativos para compreender a evolução das praças, como se deram suas formações, seus usos e como elas foram evoluindo ao longo do tempo e do lugar. Foi também possível estudar informações de

projetos que não foram bem recebidos pela população nos ajudando a evitar os mesmos erros. Para Alex:

> "O uso seletivo ou o desuso intencional das praças em decorrência de projetos inadequados, apropriações indevidas por ocupações informais de camelos ou acampamentos de moradores de rua e estratégias de manutenção que impedem o acesso público são manifestações do mesmo processo de desaparecimento dos territórios comuns e de diversas formas de sociabilidade entre os diversos seguimentos sociais. (ALEX, 2008 – pág. 18)

Da mesma forma, através da leitura dos autores Fabio Robba e Silvio Soares Macedo em **Praças Brasileiras**, (ROBBA; MACEDO, 2002), foi possível ampliar nossa percepção a fim de compreender as dinâmicas urbanas no Brasil. Para eles:

> É a urbanidade da cidade o objeto de leitura, qualquer que seja o tempo, o vocabulário ou a cidade. [...] rearranjar os conjuntos sob outras hipóteses revela, certamente, as oportunidades de outras facetas dessa invenção humana: gênese e dinâmica do urbano; do pertencimento a um país; da diversidade – socialmente necessária, da participação e exclusão; das práticas e territorialidades do espaço social; da apreensão da presença estética; dos critérios e da inventiva nos desenhos de praças. (ROBBA & MACEDO, 2002, p. 9)

As praças, segundo os autores, "são espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis ao cidadão e longe dos veículos". Foi possível compreender que as praças foram evoluindo em diversos aspectos, principalmente no que diz respeito aos seus usos e apropriações.

3.1. Questões jurídicas: a praça como direito à paisagem e ao lazer

Que direito é mais importante? Existe um direito mais importante que o outro? Podemos abrir mão de um direito para proporcionar outro? Como encarar o fato do poder público se utilizar do seu direito de propriedade para construir uma clínica (direito à saúde) em praça existente, mas reduzindo ou eliminando o direito ao lazer e à paisagem de uma comunidade ou até mesmo de um bairro?

Com tantos conflitos de interesses e de direitos, alguns fundamentais e constitucionais, caberia valer-se do recurso jurídico conhecido como "ponderação de direitos", fórmula criada por Robert Alexy e que segundo Silveira (2013),

> [...] consiste no método necessário ao equacionamento das colisões entre princípios, em que se busca alcançar um ponto ótimo, em que a restrição a cada um dos direitos fundamentais envolvidos seja a menor possível, na medida exata à salvaguarda do direito contraposto. [...] as restrições impostas aos direitos fundamentais em disputa devem ser arbitradas mediante o emprego do princípio da proporcionalidade, devendo o julgador buscar um ponto de equilíbrio entre os interesses em jogo [...]

Não cabe na presente pesquisa, aprofundar o campo do direito. O objetivo, ao utilizar-se dos recursos da área jurídica, foi salientar que para administrar minimamente a cidade é preciso compreender princípios básicos do direito. Outrossim, podemos afirmar que são relativamente numerosas as situações de entrechoque de direitos igualmente relevantes, quando considerados de maneira abstrata, de modo que a "solução" da situação de conflito requer a consideração de circunstâncias de fato, dentre outras variáveis admitidas na literatura jurídica.

O Estado é um instrumento fundamental para o sistema de controle, onde qualquer tipo de produção passa por uma tutela, intervenção e fiscalização. No entanto, segundo Foucalt (1979), é importante salientar que

> [...] uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no aparelho do Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos Aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados (FOUCAULT, 1979. p 150)

Segundo Amaral, Sanchez e Bienenstein (2012) "uma grande parcela pobre da população, situada a margem de direitos, encontra-se hoje nas áreas urbanas expondo paisagens onde se reconhece a urbanização desigual gerada pelos processos de desenvolvimento". Segundo as autoras,

> No campo das disputas sobre como transformar as cidades, os fins e os meios em jogo constituem um amplo cabedal de ideias, técnicas, projetos,

> intervenções, instrumentos jurídico-administrativos etc. que são permeados por ideologias e opções políticas. Desde um planejamento normativo de caráter sistêmico, recentemente "enriquecido" pelos processos participativos, até a estratégia de realização de obras pontuais como instrumento de estímulo à revitalização da cidade, elaborada ideologicamente como "acupuntura urbana", cada concepção reivindica para si a capacidade de promover o desenvolvimento – e não é demais lembrar que para cada concepção a palavra desenvolvimento assumirá um sentido distinto.

O programa Saúde da Família com a implantação das Clínicas da Família reflete uma estreita articulação entre as esferas do poder público com enfoque da dimensão político administrativo. A implementação do programa no âmbito da esfera municipal alcançou no Rio de Janeiro durante a gestão 2012/2016 um patamar elevado, sendo o maior do país. No entanto, a que custo? Os projetos que envolvem saúde, educação e segurança possuem forte apelo, sendo um campo privilegiado que legitima os projetos majoritariamente políticos pelo seu poder de incutir valores onde na maioria das vezes havia uma ausência total da presença do Estado, tornando-se naturalmente instrumento político de adesão social.

Se por um lado a instalação do equipamento público de saúde pode estimular novas dinâmicas de transformação, por outro lado há dúvidas quanto aos seus impactos. Enquanto a escolha dos locais para implantação dos equipamentos públicos não levar em consideração as dinâmicas pré-existentes no território nem contar com a participação da comunidade, o investimento pode ser destinado ao fracasso ou perder sua legitimidade (MENEZES, MENDONÇA, TÂNGARI, 2018).

Segundo a Constituição Federal de 1988, o direito de propriedade deve estar inerentemente ligado à sua função social. Na pesquisa realizada, observamos que a função social da propriedade pública – no caso das praças – teve sua função convertida através do Instrumento Jurídico "Alteração de Afetação". Segundo Sonia Rabelo (2018), "a propriedade, quando se fala em bem público, não tem a mesma conotação que a propriedade do bem privado". O poder público está condicionado a uma série de regras e atuações dentro da cidade não sendo só uma questão decidida pelo poder executivo Deve ser o processo de planejamento urbano, através de sua regulamentação, que vai estabelecer determinadas regras no uso desse tipo de propriedade pública. Nesse sentido, cabe destacar no âmbito dessa Dissertação, que existem três tipos de propriedade pública:

- A de uso comum do povo;
- A de uso especial;
- As dominiais ou dominicais (áreas livres sem afetação).

Importante ressaltar que, do ponto de vista jurídico brasileiro, a 'Alteração de Afetação' não existe. Juridicamente o termo correto é 'Desafetação do Bem'. No entanto, não há desafetação nesse caso, e sim uma alteração de afetação. Mesmo que juridicamente não exista como nomenclatura, mas a prática é usual. Para Nohara, em seu site[2],

> [...] desafetação é ato contraposto ao da afetação. Enquanto esta significa destinar, consagrar, incorporar, desafetar é, por outro lado, desdestinar, desconsagrar, desincorporar. Trata-se da manifestação de vontade do Poder Público mediante a qual um bem é subtraído do domínio público para ser incorporado ao domínio privado do Estado ou do particular.

Quando falamos sobre a função social da propriedade pública há um grande conflito de entendimentos. Segundo BOBBIO (2006):

> Considerando que os bens públicos já são naturalmente vocacionados ao atendimento das necessidades da sociedade e da coletividade como um todo, surge a dúvida de como conciliar a característica natural dos bens públicos com a aplicação da função social. Para isso, será importante verificar onde se encaixa a função social da propriedade pública quanto à justiça, validade e eficácia.

Urge compreender até onde a prática de Alteração de Afetação do bem público afeta positiva ou negativamente a cidade, e se esse instrumento jurídico precisa ter seus efeitos estudados mais a fundo antes que o ente público faça uso do mesmo para alterar seu uso e o espaço e a paisagem urbana onde se insere . Nesse sentido, é importante ressaltar que a 'paisagem' tem sido convertida num bem jurídico de grande relevância, em função da sua ampla menção na elaboração de muitos Planos Diretores elaborados após a edição do Estatuto da Cidade, em 2001. Pode-se afirmar que a 'paisagem' é um bem jurídico amplamente tutelado pelo Direito Urbanístico Brasileiro, especialmente em esfera municipal, na qual são elaborados os Planos Diretores, que preveem diversos instrumentos para a sua proteção, ou,

[2] https://direitoadm.com.br/162-desafetacao/ acessado em 08 de junho de 2018

alternativamente, vocacionam diversos instrumentos legais para a proteção paisagística, regulamentando-os e aplicando-os com essa finalidade.

O Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro exemplifica o fundamento utilizado relativo à proteção da paisagem. A tutela da paisagem é reforçada várias vezes no referido documento, sendo que a palavra 'paisagem' e suas variantes - paisagismo, paisagístico(a), paisagísticos(as), paisagens - aparecem 94 vezes no texto do Plano Diretor. Dentre as inúmeras citações à paisagem, e de acordo com a pesquisa tratada nessa Dissertação, destacamos:

> Art. 2º A política urbana será formulada e implementada com base nos seguintes princípios:
> [...]
> III - valorização, proteção e uso sustentável do meio ambiente, da paisagem e do patrimônio natural, cultural, histórico e arqueológico no processo de desenvolvimento da Cidade;
> [...]
> § 3º Entende-se por paisagem, a interação entre o ambiente natural e a cultura, expressa na configuração espacial resultante da relação entre elementos naturais, sociais e culturais, e nas marcas das ações, manifestações e formas de expressão humanas.
> [...]
> § 5º Integram o patrimônio paisagístico da Cidade do Rio de Janeiro tanto as paisagens com atributos excepcionais, como as paisagens decorrentes das manifestações e expressões populares.
> [...]
> Art. 140. Entende-se por:
> II. paisagem cultural – a porção do território onde a cultura humana imprimiu marcas significativas no ambiente natural, propiciando a aparição de obras combinadas de cultura e natureza, que conferem à paisagem identidade e valores singulares.

Observe-se a distância entre o descrito no atual plano Diretor e o que se pratica na cidade. Conforme disposto no Art. 271 item VII, se colocados efetivamente em prática, deveriam ser transformados em áreas com destinação ao esporte e lazer terrenos públicos que mantém esse uso há, pelo menos, cinco anos, mas observamos que essa diretriz não foi seguida nas praças analisadas. Das catorze clínicas a serem construídas no último lote de

obras definido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, somente na A.P.5 oito terrenos destinados a Clínicas localizam-se em praças, onde as atividades de lazer e esporte eram praticadas há mais de cinco anos, conforme preconizado no referido artigo do Plano Diretor. O Plano Diretor é de 2011, e os projetos implantados nos espaços das praças como se fossem lotes iniciaram-se em 2013 e foram licitados em 2014. Apenas três anos separam a promulgação do Plano Diretor e uma licitação pública que contraria um dos preceitos desse plano.

Igualmente, o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, em seu capítulo II - Da Política do Meio Ambiente na Seção III – Das Ações Estruturantes, dedica uma subseção à paisagem, com quatro artigos que orientam no sentido de: (i) proteger a paisagem explicitando as responsabilidades dos órgãos vinculados ao sistema de planejamento e gestão ambiental; (ii) esclarecer o que é paisagem; (iii) apontar os objetivos a serem alcançados; (iv) e elucidar através de diretrizes gerais a política da paisagem.

> CAPÍTULO II
> DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE
> Seção III
> Das Ações Estruturantes
> Subseção I
> Da Paisagem
> Art.166. É de responsabilidade conjunta dos órgãos vinculados ao sistema de planejamento e gestão ambiental no que se refere à proteção da paisagem:
> I. identificar os elementos relevantes que constituem a paisagem;
> II. garantir ao cidadão o direito de usufruir a paisagem;
> III. assegurar a harmonização entre os diversos elementos que a compõem;
> IV. criar medidas de preservação da paisagem no ordenamento do território e nas políticas setoriais que possam evitar impactos diretos ou indiretos;
> V. garantir a melhoria da qualidade ambiental do espaço público;
> VI. fomentar a preservação do patrimônio cultural e ambiental urbano.
> Art. 167. São ações estruturantes relativas à proteção da paisagem:
> I. planejar e executar ações de conservação, monitoramento e manutenção dos traços significativos ou característicos da paisagem;
> II. elaborar legislação específica que trate da paisagem urbana, incluindo normas e programas para as distintas áreas da Cidade, considerando a diversidade da paisagem da cidade;

III. impedir a intrusão, no espaço urbano, de formas construtivas que obliterem elementos significativos da paisagem natural e construída;

IV. estabelecer processos de negociação para mediar os diferentes interesses e valores dos grupos sociais que vivenciam e interagem na configuração da paisagem;

V. estabelecer procedimentos para a participação da sociedade e de representantes de entidades, instituições e órgãos públicos das diferentes instâncias de governo interessados na definição e implementação das políticas de proteção da paisagem;

VI. disciplinar o uso do espaço público pelos setores público e privado, em caráter excepcional, segundo parâmetros legais expressamente discriminados na Lei de Uso e Ocupação do Solo;

VII. estabelecer, nas leis de parcelamento da terra, de uso e ocupação do solo e nos planos regionais e de estruturação urbana, ou em legislação específica, parâmetros e padrões mais adequados de comunicação institucional, informativa ou indicativa, considerando as características físicas, paisagísticas e ambientais da cidade, publicidade exterior e de mobiliário urbano;

VIII. criar mecanismos eficazes de fiscalização sobre as diversas intervenções na paisagem urbana;

IX. realizar ações permanentes de educação ambiental, através da promoção de campanhas de esclarecimento público para a proteção e a valorização da paisagem urbana.

Art.168. Entende-se por paisagem a configuração visual da cidade e seus componentes, resultante da interação entre os elementos naturais, edificados, históricos e culturais.

Parágrafo único. A paisagem do Rio de Janeiro representa o mais valioso ativo da cidade, responsável pela sua consagração como um ícone mundial e por sua inserção na economia turística do país gerando emprego e renda.

Art.169. A política municipal da paisagem terá os seguintes objetivos:

I - proporcionar ao cidadão o direito de usufruir a paisagem;

II - promover a qualidade ambiental do espaço público;

III - possibilitar ao cidadão a identificação, leitura e compreensão da paisagem e de seus elementos constitutivos, públicos e privados;

IV - assegurar o equilíbrio visual entre os diversos elementos que compõem a paisagem;

V - ordenar e qualificar o uso do espaço público; e

VI - fortalecer uma identidade urbana, promovendo a preservação do patrimônio cultural e ambiental urbano.

Art. 170. São diretrizes gerais da política de paisagem :

I - implementar os instrumentos técnicos, institucionais e legais de gestão da paisagem;

II - promover o ordenamento dos componentes públicos e privados da paisagem , assegurando o equilíbrio visual entre os diversos elementos que a constituem;

III - favorecer a preservação do patrimônio cultural e ambiental urbano;

IV - promover a participação da comunidade na identificação, valorização, preservação e conservação dos elementos significativos da paisagem;

V - proteger os elementos naturais, culturais e paisagísticos, permitindo a visualização do panorama e a manutenção da paisagem em que estão inseridos;

VI - conscientizar a população a respeito da valorização da paisagem como fator de melhoria da qualidade de vida, por meio de programas de educação ambiental e cultural.

Na Subseção VII - Das Áreas Verdes e Espaços Livres, o Plano Diretor esclarece que as praças fazem parte do Sistema de Espaços Livres Públicos e ratifica a sua conservação como atributo natural, paisagístico, histórico e cultural.

Subseção VII

Das Áreas Verdes e Espaços Livres

Art. 180. Entende-se por Áreas Verdes e Espaços Livres o conjunto formado:

I - por espaços públicos ou privados do Município, com ou sem cobertura vegetal remanescente, possuindo ou não bens arquitetônicos, sob regimes diferenciados de proteção e conservação em função de seus atributos naturais, paisagísticos, históricos e culturais, tais como:

a) bosques;

b) corredores urbanos arborizados;

c) parques urbanos;

d) parques históricos;

e) praças;

f) jardins públicos;

g) reservas de arborização;

> h) as áreas do Bioma de Mata Atlântica acima da cota de cem metros em todo o município.
> i) demais áreas verdes públicas e privadas de interesse ambiental;

Sob o ponto de vista da importância da paisagem da cidade, da forma com que é protegida em seu Plano Diretor em contraposição à forma com que a mesma é tratada pelos agentes públicos, a pesquisa aponta um conflito entre o determinado pela legislação e o que ocorre na cidade através de ações dos próprios agentes públicos que deveriam zelar pelo cumprimento das leis.

É importante perceber como o administrador público desrespeita sua própria regulamentação, pois, embora a Lei Orgânica do Município determine destinação específica de praças como bens a serem preservados, conforme descrito abaixo, observamos que essa determinação vem sendo alterada:

> Na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro:
>
> Art. 235 – As áreas verdes, praças, parques, jardins e unidades de conservação são patrimônio público inalienável, sendo proibida sua concessão ou cessão, bem como qualquer atividade ou empreendimento público ou privado que danifique ou altere suas características originais.

É importante ressaltar que ‘desafetação’, sendo um conceito próprio do direito, é uma espécie de ato administrativo que deve ser precedido do respectivo processo legal, que, em alguns casos, exigirá edição de lei municipal, a fim de que possa ser regularmente realizado. No caso das questões discutidas nesta dissertação – a ocupação de terrenos ocupados por praças para construção de equipamentos de saúde – tem-se um caso sensível de desafetação, que retira um bem da condição jurídica de “bem de uso comum do povo”, passando a desempenhar a função de bem “bem de uso especial”, afetado à realização de um determinado serviço público.

A partir de uma recomendação do Ministério Público, a Prefeitura se viu obrigada a licenciar suas obras. Com isso iniciou-se a ação de abertura de processo para tal fim, e houve a necessidade de documento que comprovasse a titularidade do lote[3]. Parcelas dos terrenos

[3] A definição de lote, no sentido de propriedade, é uma parcela do solo para fins de edificação e também a parcela do terreno resultante do parcelamento do solo que tem frente para via pública ou que com ela se comunica por acesso. O parágrafo 4º da Lei nº 6.766 de 1979 considera lote o terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.

das praças foram utilizadas como lotes, mesmo não tendo sido desmembrados das unidades denominadas praças. Os decretos serviram para esse fim, pois através dos mesmos foram criadas as titularidades. Mesmo assim ainda não configuraram lotes, pois os terrenos ainda fazem parte das praças, apenas com destinação de uso parcialmente definido para utilização como equipamento de saúde.

Desde 2013, o então prefeito Eduardo Paes vinha desrespeitando artigos da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, de modo a facilitar a construção das Clínicas da Família. Um exemplo disso é o Decreto Nº 38.139 de 3 de dezembro de 2013 que altera o uso de bem comum – no caso em questão a Praça Eduardo Vilaça não teve sua área ocupada pela clínica - para "uso especial" destinado à unidade básica de saúde, sem qualquer discussão prévia com moradores da região, mas "considerando que a alteração da afetação não importará em desvirtuamento da finalidade pública da área" e "considerando o interesse público".

> Art. 1º Fica parcialmente alterado de bem de uso comum, integrante do bem público, designado Praça Eduardo Vilaça, em sua parcialidade, situada na Rua Paulo Vidal e Rua Henrique Basílio, em Realengo, figurada no Projeto Aprovado de Alinhamento (PAA) nº 9528 e no Projeto Aprovado de Loteamento (PAL) nº 32574, na sua parte situada entre as Ruas Antônio Simões Martins e a Rua Henrique Basílio, consistindo de 1.910,35 m², passando a ser bem de uso especial destinado a Unidade Básica de Saúde.

Do ponto de vista normativo, é impossível que um Decreto Municipal faça alterações na Lei Orgânica, pois não tem força normativa para tanto. Sendo um ato de hierarquia inferior à de qualquer lei municipal, é incapaz de alterá-las. O que de fato ocorreu, no caso, foi a alteração de destinação dos bens por meio de Decreto e sendo essa alteração vedada pela Lei Orgânica, conforme Art. 235 da mesma, a desafetação foi feita de modo irregular pelo então Prefeito, sendo ato passível de ser anulado, bem como ficando o Prefeito sujeito a ser juridicamente responsabilizado por sua prática.

Cabe ainda ressaltar o poder ordenador do Plano Diretor. O Plano Diretor é um instrumento da política urbana instituído pela Constituição Federal de 1988, que o define como "instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.", e é regulamentado pela Lei Federal n.º10.257/01, mais conhecida como Estatuto da Cidade, pelo

Código Florestal (Lei n.º4.771/65) e pela Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei n.º 6.766/79). Já a Lei de Parcelamento do Solo Urbano define, como objetos do Plano Diretor, índices urbanísticos relativos a dimensões de lotes, a definição das zonas urbanas de expansão e de urbanização específica e a previsão da densidade de ocupação admitida em cada zona. Qualquer edificação deve obedecer aos parâmetros edilícios desses documentos reguladores, por serem eles instrumentos básicos de um processo de planejamento municipal, no sentido de orientar a implantação da política de desenvolvimento urbano, norteando a ação dos agentes públicos e privados.

A escolha dos terrenos por parte dos interessados, no caso a Secretaria Municipal de Saúde em conjunto com o Gabinete da Casa Civil e a Riourbe, estabeleceram seus critérios baseados na localização geográfica da demanda verificada. Em atendimento a Lei Federal nº 6766, que regulamenta processos de parcelamento e loteamento, os proprietários de terra, quando parcelam e loteiam seus terrenos, são obrigados a destinar um percentual do terreno para que sejam destinados para instalação espaços de lazer e de equipamentos urbanos e um percentual destinado à construção de equipamento de uso comunitário – clínicas, escolas, creches, etc. A não utilização dos lotes oriundos do atendimento à lei de uso e parcelamento do solo surge como sinal de alerta de que algo está errado tanto na destinação desses lotes quanto nos critérios das escolhas das áreas a serem destinadas a serviços públicos.

Observa-se que, na maioria das cidades brasileiras, não existem diretrizes concretas para distribuição e localização dos terrenos destinados a espaços de lazer e equipamentos de uso comunitário. Além disso, muitos dentre esses terrenos foram invadidos, edificados ou utilizados como moeda de troca política, sendo que, em muitos casos não estão mais disponíveis. Não há, no Brasil, em qualquer esfera do executivo, um controle sistematizado sobre o patrimônio imobiliário que os governos federais, estaduais ou municipais possuem, sejam glebas não parceladas, terrenos parcelados, lotes ou edificações.

Segundo Dworkin (2007) compreende-se que a função social da propriedade tenha um sentido moral, pois o proprietário tem responsabilidade sobre a sua destinação e sendo essa de natureza pública a responsabilidade extrapola os limites físicos da propriedade em si. O autor afirma que quando o proprietário não faz bom uso de sua propriedade causando impactos negativos ao seu redor, essa responsabilidade deveria ser maior quando o poder público é seu proprietário.

Conforme Filho e Pereira (2016), “os bens de uso especial são bens voltados a aparelhar o serviço público, isto é, são aqueles aplicados no desempenho das atividades estatais. Visam à execução de serviços públicos. São imóveis indispensáveis à prestação e funcionamento do serviço administrativo e ao serviço público em geral”. No entanto a falta de cuidado na inserção de uma edificação (bem edificado) em um terreno cujo destinação é para um espaço livre público envolve questões que transcendem à simples troca de função social, mesmo com a finalidade de continuar prestando serviços destinados à população em geral.

No entendimento desses autores, “a análise da Função Social leva a certeza de que se trata de um princípio de direito fundamental e que por isso deve ser aplicado do modo mais dilatado, pois não será excluído em caso de conflito com outros princípios, mas sim terá sua aplicação ponderada, sopesada para harmonização do sistema constitucional”. Os autores, no entanto, não deixam claras as questões relativas às praças - quando essas são ocupadas e perdem sua função social que dá direito ao lazer.

De acordo com esses autores,

> [...] os direitos fundamentais, por mais importantes que sejam, podem ser objeto de ponderação, ou seja, não são dotados de caráter absoluto. Assim, os direitos fundamentais devem ser submetidos a um juízo de ponderação quando entra em colisão com outros direitos fundamentais.

Para que possamos enfrentar o problema, Alexy (1997) parte de algumas premissas básicas e necessariamente interligadas:

> (a) em primeiro lugar, a ideia de que os direitos fundamentais possuem, em grande medida, a estrutura de princípios, sendo, portanto, mandamentos de otimização que devem ser efetivados ao máximo, dentro das possibilidades fáticas e jurídicas que surjam concretamente;
> (b) em segundo lugar, o reconhecimento de que, em um sistema comprometido com os valores constitucionais, é frequente a ocorrência de colisões entre os princípios que, invariavelmente, acarretará restrições recíprocas entre essas normas (daí a relativização dos direitos fundamentais);

> (c) em terceiro lugar, a conclusão de que, para solucionar o problema das colisões de princípios, a ponderação ou sopesamento[4] (ou ainda proporcionalidade em sentido estrito) é uma técnica indispensável;
> (d) por fim, mas não menos importante, que o sopesamento deve ser bem fundamentado, calcado em uma sólida e objetiva argumentação jurídica, para não ser arbitrário e irracional.

Na prática essas premissas indicam que deveria se colocar na balança o custo da implantação de equipamento de saúde em terrenos utilizados para espaços livres públicos destinados ao lazer da população quando comparado ao benefício da implantação do mesmo.

Com base no exposto anteriormente, algumas questões poderiam ser levadas em consideração ao aplicar a técnica jurídica de ponderação:

- Verificar se há outras opções de espaços livres públicos sem utilização definida;
- Verificar se há outras opções de espaços livres públicos destinados ao lazer, de forma a averiguar o real impacto da subtração do espaço a ser ocupado pela clínica;
- Verificar se há outras opções de saúde, tais como Clínicas da Família, Unidades de Pronto Atendimento ou hospitais próximos;
- Verificar se há outros tipos de imóvel que poderiam abrigar as Clínicas da Família necessárias para atender especificamente àquelas comunidades.

Outra importante baliza jurídica, refere-se às diretrizes do Art. 2º do Estatuto da Cidade que de algum modo dispõem a respeito da ordenação dos usos dos espaços da cidade.

> Art. 2o A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:
> [...]
> V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;
> VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

[4] Sopesar é comumente descrito como a ação de suspender (alguma coisa) com as mãos para avaliar-lhe o peso – é uma forma de avaliar o peso aproximado de determinada coisa.

> a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
> b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;
> c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana;
> d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente.

De um lado o Estatuto preconiza a "oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais" (diretriz V), de outro ele também determina que "o planejamento urbano ordene o uso do solo de modo a impedir situações diversas" (diretriz VI), ou seja, estamos diante de disposições que, no caso concreto, apontam para direções opostas.

A Profª. Dra. Sonia Rabelo, em entrevista concedida a essa pesquisadora em maio de 2018, se disse contrária à técnica de ponderação, sugerida pelo Prof. Dr. Alex Magalhães, nesse caso por não se tratar de uma questão jurídica. Cabe aqui ressaltar que sendo a técnica jurídica de ponderação de direitos baseada no Direito Americano, e sendo o Direito Brasileiro fundamentado pelo Direito Romano, algumas questões precisam ainda ser esclarecidas para que a aplicabilidade seja realmente efetiva.

Para Rabelo, a utilização da ponderação para decidir implantar uma Clínica da Família não é garantia de melhor escolha, nem de uma devida ponderação, podendo ser até mesmo considerada como justificativa para o uso do espaço livre público para construção de unidade de saúde. Não havendo uma lei que regule como o ente público – Chefe do Executivo – fará uso da ponderação de direitos alterando afetações das propriedades públicas, fica difícil saber se a técnica traria clareza e objetividade para tal decisão. O Prefeito tem no âmbito das suas decisões discricionárias, e não arbitrárias, o poder de escolha.

Podemos concluir que a lei, portanto, deveria estabelecer critérios para que o chefe do executivo municipal faça a sua escolha, exigindo pareceres técnicos que o auxiliassem na tomada da decisão.

O ponto central volta a ser então a questão de escolha: por que na praça?

Justificativas são dadas para que a Clínica da Família ou qualquer outro equipamento público de serviços básicos seja construído na praça. Desculpas como "não tem outro local";

“não tem dinheiro para desapropriar” ou até mesmo ameaças como “se não for na praça não tem clínica” surgem na forma de pressão pela construção de tal unidade.

Quando o Ministério Público passou a recomendar à prefeitura para que licenciasse suas obras foi pensando na obediência aos códigos, leis e decretos (no caso do Rio de Janeiro ainda estamos sob a égide do Decreto nº 322 de 1976) que regem o ordenamento da cidade, em consonância ao que é exigido dos demais cidadãos, não só exigindo um documento comprovador da titularidade do lote como o respeito aos parâmetros edilícios e urbanísticos do mesmo.

Nesse sentido, entendemos que qualquer edificação deve obedecer aos parâmetros edilícios de um determinado local. Questões como uso do solo, gabarito, afastamentos, taxas de ocupação e permeabilidade do solo devem ser referenciadas e obedecidas, independentemente de ser um equipamento público, seja ele de saúde, educação ou apenas um órgão administrativo daquela região.

A questão defendida nessa Dissertação não é contrapor o direito à saúde em oposição ao direito ao lazer, ambos previstos na Constituição, mas sim defender que praça é um espaço livre público e como tal deve permanecer nessa condição por inúmeros motivos:

- Fere a Lei Orgânica, o Plano Diretor e a Constituição Federal;
- A praça não é um lote constituído para esse fim;
- A Clínica da família pode ser feita em outro local
- A praça não pode ser transferida para outro local.

Dessa forma entendemos que não é a natureza da edificação a ser construída que deverá entrar em uma ponderação de direitos e interesses públicos e sim o fato de que uma edificação foi ou será implantada em um local que deveria ser mantido como um espaço livre público. Não se trata de aplicar a ponderação, mas de adotar regra de mediação no conflito de interesses: existem dois bens jurídicos e um pode ser alcançado de outra forma, ou seja, a clínica de saúde pode ser localizada em outro terreno, mas a praça não pode.

O que realmente está em jogo é o Ordenamento Jurídico do Município, pois através de alterações de PAL e de decretos, chefe do poder executivo promove ações que podem alterar a paisagem da cidade, utilizando-se de espaços destinados, em lei, ao lazer da população, muitas vezes carentes desse serviço e trazendo consequências para a própria condição de saúde pública da comunidade. A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda 12 m² de área verde por habitante. Na América Latina, Buenos Aires é a cidade com melhor qualidade

de vida e as cidades brasileiras estão mais atrasadas nesse ranking. A cidade de São Paulo com 11 milhões de habitantes e 5,2 m² por habitante está na 117ª posição, depois do Rio de Janeiro que se encontra na 116ª posição e Brasília em 104º lugar. Quem lidera este ranking é Viena, segundo a empresa de consultoria Mercer.

Não podemos deixar de abordar outros instrumentos jurídicos dentro do campo do urbanismo que não foram considerados, tais como, Estudo de Impacto Ambiental (E.I.A.) e Estudo de Impacto de Vizinhança (E.I.V.). Esses instrumentos são importantes para que efeitos negativos das medidas de desafetação sejam mitigados, mas ainda no estudo inicial dos projetos, não foram sequer cogitados. Embora sua dimensão não seja elegível para a obrigatoriedade de apresentação de um E.I.V, a natureza da desafetação e da ocupação frente à origem da destinação do espaço livre público poderia ser uma exigência, uma vez que o E.I.V. é executado de forma a contemplar a análise dos efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade na qualidade de vida da população residente na área e em suas proximidades.

Cabe indagar: a urgência de implantar os projetos predominantemente políticos isenta o poder público das etapas exigidas para atendimento da legislação urbanística que regulam os projetos? Oliveira (2012) ressalta que "as decisões do poder público relacionadas aos grandes projetos passam por processos especiais onde regras são flexibilizadas, as obrigações podem ser suspensas" e que isso "tem seu próprio ritmo e restringe as formas e o escopo da discussão e da participação popular". Essas ações demonstram a volatilidade de mudanças nas leis municipais a partir da prevalência de interesses dominantes, intercalando posturas omissas e permissivas.

O agente ativo do processo de desenvolvimento urbano é tratado como peça de uma visão que, segundo Harvey (2005), é reificada. Essa visão reduz a participação ativa de outros agentes eliminando conflitos na fase inicial do projeto. Nessa direção, para Santos (1996), "o poder de organizar a cidade tem como origem um conjunto de forças políticas, econômicas, sociais e culturais, acionadas e mobilizadas pelos diversos agentes sociais, de acordo com a posição ocupada por eles na estrutura de poder da sociedade em que vivem, configurando um processo conflituoso, envolvendo uma multiplicidade de interesses". A utilização de espaços ativos, muitas vezes em detrimento de outros em processo de decadência e abandono é um exemplo disso. Ao analisar o que vem ocorrendo percebe-se a manutenção parcial dos padrões de gestão vinculados a essa visão, segundo Harvey (2005) reificada de governabilidade ainda vigente.

3.1.1. Direitos afetados

Muitas vezes essas praças eram o único espaço livre público com vegetação de um bairro ou setor de bairro e que foram destinadas à construção do equipamento público destinado à saúde dos cidadãos. Na implantação, em alguns casos, muitas árvores foram retiradas alterando significativamente o clima dos lugares onde as clínicas foram construídas.

Nesse contexto, abordamos a questão de Justiça Ambiental, tema amplamente discutido por Wolch, Byrne e Newell. Segundo Wolch (2014) *"*A acessibilidade desigual do espaço verde urbano tornou-se reconhecida como uma questão de justiça ambiental, uma vez que a conscientização de sua importância para a saúde pública tem se tornado reconhecida"[5]. Isso vem mais uma vez servir de fundamento para que a utilização de espaços destinados ao lazer tenha uma seleção mais criteriosa evitando dessa forma cercear um direito em razão de outros. Segundo esses autores,

> "a maioria dos estudos revela que a distribuição desse espaço, muitas vezes, beneficia desproporcionalmente predominantemente as comunidades brancas e de alto poder aquisitivo. O acesso ao espaço verde é cada vez mais reconhecido, portanto, como uma questão de justiça ambiental".

Apesar de a maioria das pesquisas sobre espaços livres vegetados verdes ter como foco os parques, Wolch afirma ainda que "independentemente da estratégia de medição, existem evidências abundantes de injustiça ambiental na distribuição do espaço verde urbano". As questões acerca de justiça ambiental ainda são muito subjetivas, no entanto os estudos que nortearam a pesquisa de Wolch revelaram que:

> A injustiça ambiental também emerge de estudos sobre por que os parques podem não ser utilizados. Os pesquisadores geralmente atribuíram o uso do parque (não uso) a fatores socioculturais (por exemplo, pobreza, preferências culturais) e sócio espaciais (por exemplo, distância de viagem, características do parque). Uma razão é que um determinado espaço de parque pode ser percebido como inseguro ou "pertencente" a outro grupo na comunidade.

Percebe-se a importância dos núcleos de lazer espalhados pela cidade, atendendo a um número de pessoas na busca de uma melhor qualidade de vida. Em muitas situações, as

[5] Tradução nossa – no original: *The uneven accessibility of urban greenspace has become recognized as an environmental justice issue as awareness of its importance to public health has become recognized*.

pessoas não enxergam as praças como um local importante dentro do ordenamento territorial da cidade.

> Parques e espaços abertos e outras formas de espaço verde também podem fornecer serviços essenciais que são críticos tanto para o funcionamento ecológico urbano e integridade. O espaço verde urbano é também uma questão de justiça ambiental, uma vez que em muitas cidades, bairros de baixa renda e comunidades de cor - lugares onde os desafios de saúde pública são os mais críticos - muitas vezes têm acesso relativamente pobre a parques seguros e bem conservados e outros tipos de espaços abertos (WOLCH, 2014).

Essa posição reforça que o espaço livre público destinado ao lazer, especialmente os espaços vegetados são tão essenciais quanto os espaços destinados à saúde e à educação. Necessitamos de locais como as praças para espairecer, respirar, distrair-se, sendo essencial para a saúde tanto física quanto do ponto de vista psicossocial. É difícil demonstrar essa importância pela sua natureza intangível, pois saúde é mais tangível, principalmente a falta dela. No entanto a praça contribui significativamente para a saúde, apesar da dificuldade em mensurar isso pela falta de materialidade desses benefícios, principalmente em curto prazo.

Do ponto de vista ambiental existem alguns princípios a serem considerados e dentre eles destacamos o Princípio da Prevenção que serve como pilar para todo o Direito Ambiental sendo “vital prever, prevenir e combater na origem as causas da sensível redução ou perda da diversidade biológica”, e o Princípio da Consideração do Meio Ambiente que defende que seja considerada a perspectiva ambiental em todo o planejamento governamental, não impondo que o planejamento deve ser o mais adequado ao ponto de vista do meio ambiente, mas que este seja considerado desde o nascedouro. Ou seja, se pode ser feito em outro local de forma a preservar ambientalmente determinado local que seja feito. O diagrama da Figura 9 ilustra a relação dos princípios do Direito Ambiental e o ordenamento jurídico que deve regulamentá-los.

Figura 9 – Diagrama com alguns princípios do Direito Ambiental
Elaborado pela autora, junho de 2018

A questão do Direito à Paisagem muitas vezes nem é levado em consideração, pois as consequências da perda desse direito não são mensuráveis sob o ponto de vista da materialidade, ficando restrito ao âmbito do valor, do significado ou da memória para determinada comunidade, daí a importância de preservar esse direito.

No caso da ocupação das praças por equipamentos públicos, muitas vezes desprovidos de qualquer preocupação estética e de adequação com o ambiente ao qual se inserem, causam impactos irreversíveis aos ambientes e às comunidades onde se inserem. A edificação indiscriminada, a poluição visual dos espaços públicos ou a ocupação indevida do espaço coletivo podem descaracterizar ou até mesmo o fazer desaparecer da paisagem urbana referenciais de identidade muito importantes.

3.1.2. Considerações sobre o direito ao lazer e à paisagem

Da necessidade de organizar o espaço habitável, o campo do o Direito Urbanístico foi moldado a fim de legitimar as intervenções na cidade pelo Poder Público na propriedade privada e na propriedade pública, com o objetivo de garantir a supremacia do interesse coletivo. O Direito Urbanístico tem o papel de configurar o Direito de Propriedade do solo urbano, definindo o seu conteúdo em cada situação concreta presente na cidade, tendo por base o Plano Diretor. Quando a ação jurídica se refere a uma propriedade pública urge estabelecer critérios mais rígidos para a utilização desses espaços, que por serem de caráter coletivo, deveriam ter sua utilização definida pela sociedade.

No que tange aos Direitos Sociais, a ocupação das praças por clínicas feriu dois direitos. O Direito ao Lazer foi ignorado em uma das praças estudadas, e pelo fato de que essa inserção de equipamento público não ter sido precedida por um Estudo de Impacto de Vizinhança, o Direito à Acessibilidade foi completamente prejudicado em algumas situações.

Com relação aos princípios urbanísticos fica clara que a questão da Função Social da Propriedade Pública carece de instrumentos que regulamentem suas atribuições e que regulamentem a sua aplicação. É um princípio que precisa ser traduzido em instrumentos urbanísticos, procedimentos, regras operacionais para o gestor urbano, do contrário pouco intervirá no direcionamento da gestão do patrimônio fundiário público.

Quando a propriedade pública não alcança sua função atinge também a Função Pública do Urbanismo. Ressalta-se que o direito urbanístico como instrumento normativo, através do qual o poder público deveria ordenar a realidade no interesse coletivo, precisa atuar como condutor da atividade urbanística, o que muitas das vezes foi sobrepujado por interesses políticos ou privados em diversos momentos da história da cidade.

Na análise das praças selecionadas, concluímos que os instrumentos jurídicos não alcançaram seus objetivos com a eficácia demandada. Por ser tratar de um bem público, a utilização indiscriminada da "Alteração de Afetação" causou alterações no ambiente ferindo o Direito à Paisagem. Observamos também que ao não utilizar instrumentos jurídicos dentro do campo do Direito Urbanístico, tais como o Estudo de Impacto de Vizinhança, trouxe consequências que só futuramente poderão ser sentidas.

Diante desse contexto, torna-se imperativa a melhor proteção à paisagem urbana, não só consonante com as questões ambientais, mas também no sentido de prover o cidadão de lugares adequados à prática do lazer e das relações de convivência assegurando também condições de habitabilidade dos espaços públicos.

3.2. Questões de convivência: a praça e a cidade

As regiões metropolitanas crescem através de parcelamento e de loteamentos de glebas que consequentemente geram espaços livres de edificações de caráter público, sendo alguns destinados a praças e outros a equipamentos públicos, tais como escolas e equipamentos de saúde. Segundo Queiroga (2001, p. 63 - 64),

> [...] isso resulta em manchas urbanas amorfas, paisagens desinteressantes, pobres em espaços livres normalmente adequados ao lazer e convívio,

> pobres de valorização de sítio, onde a caótica ocupação individual de cada lote, feita sem respeitar o entorno, leva a uma homogeneização e a uma monótona paisagem.

Outros autores se dedicaram ao entendimento dos espaços livres públicos. Sakata aponta a incapacidade dos planos como instrumento para reger as forças econômicas e sociais que atuam no espaço urbano e que com isso fez com que surgissem 'planos estratégicos' e 'operações urbanas'. Para a autora:

> Os planos estratégicos têm sido descritos como planos de ações econômico-político-territoriais para a solução de problemas atuais. Baseados na limitação de recursos do Estado para a promoção de obras, os planos buscam apoio da iniciativa privada nessa tarefa. Teriam surgido para substituir os planos diretores, mas o termo plano estratégico tem sido também usado genericamente como sinônimo de programa de governo. Enquanto é novidade, a expressão soa confiável e moderna nos discursos políticos.

Percebe-se uma despreocupação alarmante com a produção de paisagem urbana oriunda das intervenções que foram ocorrendo ao longo dos anos de forma desordenada sob o ponto de vista do planejamento na macroescala.

Os projetos das clínicas e demais equipamentos públicos que ocuparam os espaços livres da cidade não levaram em consideração estudos de impacto da sua implantação, e as implicações na paisagem consolidada e possíveis alterações nessa paisagem. Não houve cuidados dos gestores públicos para as áreas de lazer da cidade, deixando claro o descaso do poder público com relação a esses impactos.

Sakata (2012) afirma que os "vários agentes formadores da paisagem urbana concebem e apresentam projetos de variadas maneiras". Dentre esses agentes, destaca que "os arquitetos defenderam ao longo das últimas décadas obras de requalificação dos espaços livres como forma de alavancar e dinamizar atividades atraindo assim novos usos". No entanto isso ocorreu apenas em determinadas áreas da cidade e de forma a dar maior visibilidade à política do momento. Na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, em especial na AP 5, imperam as reformas de pracinhas com instalação de quadras, mesas e bancos e que geralmente são custeadas através de emendas parlamentares dos vereadores locais a fim de garantir seus votos na próxima eleição.

É interessante destacar ainda a visão de Sakata (2012) com relação aos projetos utópicos analisados por ela ao afirmar que "os mesmos seriam excessivamente otimistas em relação à capacidade de gestão dos órgãos públicos".

Conforme esclarece Macedo (2002), inúmeras são as definições referentes ao termo praça e mesmo havendo diferenças todos apontam para uma concordância de que a praça é o espaço de convivência e lazer dos habitantes urbanos. Macedo afirma:

> [...] não é possível falar sobre praças sem analisar o contexto urbano na qual estão inseridas. O surgimento da tipologia como um lugar ajardinado surge na transição colonial para um novo modelo de cidade e esse surgimento da praça ajardinada é um marco na história dos espaços livres urbanos brasileiros, pois altera a função própria da praça na cidade. A praça passa a ser um belo cenário jardinado destinado às atividades de recreação e voltado para o lazer contemplativo, a convivência da população e passeio.

Essa visão, dentro do contexto da presente pesquisa ressalta a importância da praça como palco de realizações sociais e espaço de lazer.

Bartalini (1989) esclarece que "o Plano Haussman criou um tipo específico de praça: o seu interior não acolhe mais produtos e pessoas, talvez um monumento. A sua volta não estão dispostos os edifícios de poder, mas veículos em movimento". A praça virou uma ilha e atualmente as praças estão cada vez mais empobrecidas no aspecto e esvaziadas de significado, deixando de ser a referência da cidade.

Segundo Macedo, os espaços livres urbanos devem possuir qualidades medidas pelos valores atribuídos, ambientais, funcionais, estéticos e simbólicos:

Valores ambientais

Ventilação e aeração

Melhoria na insolação

Controle de temperatura

Melhoria da drenagem

Proteção contra a erosão

Valores funcionais

Lazer

Recreação

Valores estéticos

Referenciais cênicos

Valores simbólicos

As forças políticas nas tomadas de decisão com relação às ações urbanísticas da cidade do Rio de Janeiro tiveram um aumento significativo ao longo dos últimos anos 20 anos e,

apesar dos avanços democráticos conquistados nas últimas décadas, os moradores pouco participam dessas intervenções. Além disso, decisões técnicas e fundamentadas são prejudicadas por decisões políticas e, em muitas regiões da cidade, a cada dia a população se vê mais distanciada do convívio social por meio de espaços livres públicos. A rua, a praça e o parque estão a cada dia mais vulneráveis, principalmente no Brasil, e essa insegurança acaba por aumentar o esvaziamento desses locais em um ciclo que parece não ter fim. Essa insegurança, segundo Jacobs (2014, p. 97), se dá justamente pela falta de uso, o que reforça esse ciclo.

> Os parques de bairro ou espaços similares são comumente considerados dádivas conferidas à população carente das cidades. Vamos virar esse raciocínio do avesso e imaginar parques urbanos como locais carentes que precisem da dádiva da vida e da aprovação conferida a eles. Isso está mais de acordo com a realidade, pois as pessoas dão utilidade aos parques e fazem deles um sucesso, ou então não os usam e os condenam ao fracasso.

Esse esvaziamento abre caminho para a ocupação das praças por equipamentos públicos, muitas vezes necessários e essenciais à vida do cidadão como saúde (Programa Saúde da Família com Clínicas da Família e Unidades de Pronto Atendimento), educação (Fábrica de Escolas do Amanhã) e segurança (Unidade de Ordem Pública), mas a que custo?

Carlos Nelson dos Santos (1981) ressalta que há importância na autonomia e na espontaneidade das apropriações dos espaços públicos frente às propostas de planejamento racionalista que mantém o espaço sob controle, legislando a respeito da sua apropriação. No entanto o que vem ocorrendo é justamente o contrário. A não utilização por parte da população acaba justificando sua ocupação por outros usos e edificações não previstos originalmente.

Aspectos de segurança foram elencados para a escolha de algumas praças para implantação das Clínicas da Família. No caso da Taquara, na Praça Waldir Vieira, localizada na Área de Planejamento 4 do Rio de Janeiro, a escolha se deu como forma de acabar com a apropriação de um dos trechos da praça por usuários de substâncias ilícitas, o que gerava insegurança nos moradores do seu entorno imediato. A implantação teria atendido ao objetivo, no entanto, o local utilizado pelos usuários de drogas possui um grande declive, tornando o custo de implantação do equipamento de saúde naquele trecho muito caro pela necessidade de estruturar o arrimo, e a praça por ter grandes dimensões, proporcionou outras opções para a implantação da clínica. A clínica, então, foi projetada para ser implantada no

trecho plano e mais próximo da avenida mais movimentada do quadrilátero que forma a praça, não atingindo, dessa forma, ao objetivo inicial de acabar com a apropriação indevida em um dos trechos da praça. Acrescente-se a isso, o fato de que até o momento não houve conclusão dessa obra e a praça "ganhou" uma interferência que não tem muita serventia do ponto de vista do lazer.

Muitas praças no Rio de Janeiro, e provavelmente em muitas outras grandes cidades do país, não são praças na forma e na função. Essas praças possuem nome oficial, mas não possuem forma de praça, não tendo nem mesmo meio-fio que as demarquem. É o caso das pitorescas "praças invisíveis" da Tijuca, Praça Hilda e Praça General Portinho, que são na verdade largos de asfalto que funcionam como estacionamento dos prédios de seu entorno, não guardando nenhuma característica de praça apesar do logradouro estar oficialmente denominado como praça. Outras apesar do nome e da forma, mesmo que primária, de uma praça não exercem essa função sendo meramente espaços livres desprovidos de função. Outras possuem forma e função de praça, mas não são oficialmente praças, pois não receberam essa denominação pelos órgãos oficiais da municipalidade.

Dessa forma, a praça como local de convivência, palco de participações sociais e local democrático perde sua força ao não se inserir plenamente no cotidiano das pessoas e/ou tecido urbano da cidade. Segundo Rossi (1969, apud Bartalini, 1989, p. 38) as praças, enquanto "elementos primários" atuam como agregadoras em um determinado perímetro urbano de uma área:

> [...] o conceito de área deve ser acompanhado de um conjunto de elementos determinados que tenham funcionado como núcleos de agregação. Estes elementos urbanos de natureza preeminente têm sido considerados como elementos primários, enquanto participam da evolução da cidade no tempo de maneira permanente, identificando-se frequentemente com os fatos que constituem a cidade. A união desses elementos (primários) nas áreas, em termos de localização e de construção, de permanências de plano de permanência de edifícios, de fatos naturais ou de fatos construídos constitui um conjunto que é a estrutura física da cidade.

Willian White (1980, p.16) em "*The Social Life of Small Urban Spaces*" reforça essas questões relativas aos espaços públicos e afirma que "oferta cria procura, e que um bom espaço público constrói uma relação de comunidade e introduz novos hábitos entre as pessoas".

As questões que colocamos buscam a integração da arquitetura e do urbanismo a fim de proporcionar diretrizes e métodos simples para ocupações que não deveriam ocorrer sob o ponto de vista da preservação dos espaços livres públicos, mas que por forças inerentes às políticas públicas inadequadas ocorrem no âmbito da cidade. Dessa forma, buscamos fornecer diretrizes para mitigar os danos provenientes dessas ocupações que ocorrem cada vez com maior frequência nos espaços livres públicos da cidade.

Nesse contexto, objetiva-se formular um conjunto de reflexões e propostas a partir de preocupações que justificaram a pesquisa sobre o tema. As ocupações que atualmente se apresentam desintegradas de seu entorno podem ser transformadas em propostas integradas ao seu espaço de inserção.

Para Kahtonni (1989), está em nossas mãos, arquitetos, urbanistas e paisagistas, o poder de projetar algo que será real, mas que parte de um juízo. Se o que projetamos se tornará concreto, materializado, real, não podemos nos furtar dessa responsabilidade de impactar positivamente o ambiente.

A ideia central proposta nessa Dissertação é promover o debate sobre essas ocupações a fim de gerar diretrizes que auxiliem futuros casos semelhantes a partir de um diálogo entre setores acadêmicos, profissionais e os órgãos municipais responsáveis pela gestão da paisagem urbana.

Os últimos 10 anos foram determinantes para as mudanças físicas ocorridas na cidade e incentivadas pelos grandes eventos esportivos que se sucederam. As obras de mobilidade foram os agentes que produziram modificações mais intensas e a produção de terrenos edificáveis favorecendo o debate quanto à produção da paisagem. Sem o devido cuidado no entendimento abrangente dessas modificações, o que se observa atualmente na cidade, apesar dos muitos aspectos positivos, é um legado difícil de administrar.

Sakata (2012) ao fazer críticas ao planejamento global afirma:

> o planejamento centralizado institucionalizou controles numéricos que desenham as grandes cidades juntamente com seu sistema viário. Nem sempre a legislação é obedecida à risca, o urbanismo normativo só vale para a cidade dita oficial, não para favelas e loteamentos clandestinos. Mesmo na cidade oficial, há interesses econômicos e políticos aliados a certo grau de corrupção que fazem com que a lei seja flexibilizada.

Entendemos que a afirmação de Sakata (2012) de que a lei poderia ser flexibilizada como uma flexibilização na interpretação da mesma e não da lei em si que só pode ser modificada por outra lei.

Os gestores da cidade não se preocupam com a criação da paisagem urbana nas suas pequenas intervenções. Onde antes havia uma praça agora existe um equipamento público importante, necessário e desejado. No entanto a qualidade da paisagem urbana não é levada em consideração em nenhuma das fases do projeto/obra. É importante compreender a dinâmica da produção da paisagem, mesmo sendo essa mudança de pequena escala e por vezes efêmera.

Volta-se à indagação: Qual o papel do(a) arquiteto(a), urbanista e paisagista na formação da paisagem urbana em que ele(ela) interfere? Onde está a crítica tão necessária para as ações que irão influenciar na vida de muitos e para que não se transformem em meras ilusões de campanha?

Muito se culpam as exigências construtivas das leis de zoneamento que determinam gabaritos, taxas de ocupação, recuos e afastamentos que moldam a paisagem. Contudo, no caso das ocupações das praças por equipamentos públicos, muitas vezes essas leis não são consideradas nem respeitadas conforme discutido anteriormente.

As intervenções pontuais ao longo da cidade que partem de profissionais diferentes geram múltiplos espaços, que, muitas vezes, não conversam entre si, gerando cenários dicotômicos e paisagens desconectadas. Enquanto arquitetas e paisagistas propõe-se uma inter-relação entre as partes a fim de que a leitura da cidade como um todo tenha uma identidade e valor para a população.

Não há a preocupação com a qualidade da paisagem urbana que está sendo produzida, mais ainda quando essas intervenções se dão em locais de pouca visibilidade. A falta de importância dada pelo poder público aos espaços livres da zona oeste, principalmente na área de Planejamento 5, revelada pela falta de informações acerca dos projetos nas praças estudadas, é um indício de que esses bairros são relegados pelo mesmo.

Para a pesquisa fomos buscar o histórico das praças estudadas, principalmente os bairros de Bangu, Campo Grande e Realengo, e a maioria das informações vieram de estudiosos e historiadores que se debruçaram a entender o crescimento dessas áreas. Essas informações nos possibilitam perceber o processo de apropriação e transformação ocorridas em relação às modificações na paisagem e nos elementos constituintes.

Como fica então a transformação do lugar? A superfície que, segundo Alex Wall é como um palco para as realizações sociais, passa a ser mera superfície de apoio a intenções politico-administrativas sem levar em consideração às aspirações da sociedade que cerca imediatamente aquela área. Para Wall (1999, p. 233), a superfície:

> [...] invoca a matriz de funcionamento do tecido conjuntivo que organiza não apenas objetos e espaços, mas também os processos dinâmicos e eventos que se movem através deles. Esta é paisagem como superfície ativa, estruturando as condições para novas relações e interações entre as coisas que ela suporta. [...]

Wall refere-se à superfície como "a extensa e inclusiva malha da cidade ao 'campo' que acomoda edifícios, estradas, serviços públicos, espaços abertos, bairros e habitats naturais. É essa superfície que "organiza e suporta uma ampla gama de atividades fixas e variáveis na cidade". Wall ainda afirma que "a superfície urbana é dinâmica e ágil; como uma emulsão catalítica, a superfície literalmente se desenrola acontecimentos no tempo". Segundo esse autor, o "objetivo de projetar a superfície urbana é para aumentar a sua capacidade de apoiar e diversificar as atividades no tempo. Até mesmo atividades que não podem ser determinados a priori". Entendemos que isso reafirma a condição da praça de ser um espaço livre de intervenções deixando-a como campo dinâmico para que as relações naturalmente se estabeleçam.

A criação de superfícies capazes de abranger as múltiplas interações que irão ocorrer dentro de um determinado suporte físico deve levar em consideração as paisagens que irão surgir a partir dessa interação.

3.2.1. A formação e a transformação dos espaços livres públicos

O poder público é o grande incentivador e patrocinador da criação dos espaços livres públicos nas cidades. É dele que partem as diretrizes que irão regular, direcionar e promover os espaços que serão destinados ao lazer, ou seja, manter-se livres de edificações além daquelas relacionadas diretamente com a questão do lazer, da recreação, do convívio coletivo.

Na maioria das vezes os terrenos, lotes ou parcelas de glebas que sofreram parcelamento e que são destinados aos espaços livres públicos são relegadas a um projeto que nunca se concretiza transformando possíveis praças em terrenos baldios desprovidos de função. Enquanto as praças do centro e zona sul da cidade recebem tratamento paisagístico e

manutenção adequados, as praças das zonas norte e oeste, sobretudo nas áreas de Planejamento 3 e 5 sofrem de carência de projetos que promovam elementos carregados de significados para seus usuários, levando em consideração a diversidade., uma vez que a maioria das praças da zona oeste são basicamente campos de futebol (MENEZES; MENDONÇA; TÂNGARI, 2018). Não se trata de promover espaços livres públicos com qualidades cênicas, mas qualidade estética e projetual ao se implantar um espaço de lazer comunitário, valorizando a paisagem, bairro e a apropriação pela população.

A cidade como um todo é caracterizada por suporte físico e social em construção e em constante mutação proporcionando morfologias diversificadas, reflexos de distintos processos de urbanização em diferentes contextos (TÂNGARI; SCHLEE; ANDRADE, 2009). Com tantas deficiências, principalmente em serviços de saúde e educação, por que se preocupar com a ocupação de terrenos de praças por equipamentos tão importantes para os cidadãos? A questão colocada nessa Dissertação é "por que na praça"? Todas as atividades prescindem de um espaço para se desenvolverem, mas a praça, local de lazer e também de promoção do convívio social e acesso a atividades ao ar livre, não podem ser utilizadas como se fossem um lote edificável desconsiderando-se todos os significados e valores nele contidos. A qualidade de vida passa ao longo da vivência nas praças e muitas vezes a não apropriação pelos moradores se deve à falha de projetos ou até mesmo à inexistência dos mesmos.

Cabe destacar as questões ambientais envolvidas na inserção de espaços livres nos tecidos urbanos das cidades, em especial em clima tropical (TARDIN, 2008). Os estudos de caso dessa pesquisa estão localizados nos bairros mais quentes da Cidade do Rio de Janeiro. Bangu, Campo Grande e Realengo são conhecidos pelas altas temperaturas durante todo o ano. Isso se deve à localização geográfica entre os maciços da Pedra Branca e Gericinó. Nesse sentido, o projeto e o tratamento paisagístico das praças do município muitas vezes não levam em consideração as temperaturas elevadas da região e com isso as praças só são ocupadas quando a incidência solar diminui do poente em diante. Projetos inadequados contribuem para esse afastamento além de outros aspectos, que acabam por justificar a utilização de terrenos das praças para outras funções.

Nas visitas às praças estudadas pudemos constatar que a população local anseia pela utilização das praças nos mesmos moldes de espaços e usos tradicionais: praças com coretos, chafarizes, objetos de arte – tão difíceis de encontrar nas praças da zona oeste, porém comum nas praças do centro e zona sul da cidade, além de bancos, brinquedos, árvores frondosas.

A partir da passividade com que a comunidade aceitou a implantação de um equipamento público em sua área de lazer passamos a refletir sobre os aspectos de apropriação e pertencimento a que são submetidos ou não os usuários dessas áreas de lazer. Pode-se afirmar que são necessárias intervenções por parte do Estado, principal produtor e gestor de espaços urbanos, que propiciem tanto espaços para implantação de equipamentos e serviços públicos quanto espaços que propiciem as qualidades necessárias para que ocorra a relação de afeto e apropriação entre as pessoas e os lugares de convívio e lazer ao ar livre, e que configuram um sistema diversificado de espaços livres públicos, dentre eles as praças, objeto dessa Dissertação.

4. CONTEXTO PARA OS ESTUDOS DE CASO

4.1. Histórico da Área de Estudo - Área de Planejamento 5 – Zona Oeste do Rio de Janeiro

Questões relativas à evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro tem sido objeto de vários estudos ao longo das últimas décadas. Segundo veremos nos autores a seguir relacionados, o centro e suas proximidades foi objeto de intervenções frequentes, diferentemente das zonas suburbanas e periféricas, como as zonas norte e oeste. Até o início dos anos 1960 a zona oeste, que corresponde à AP5 (Figura 10), era basicamente rural com predomínio de plantação de laranjas, o que rendeu ao bairro de Campo Grande o título de Citrolândia.

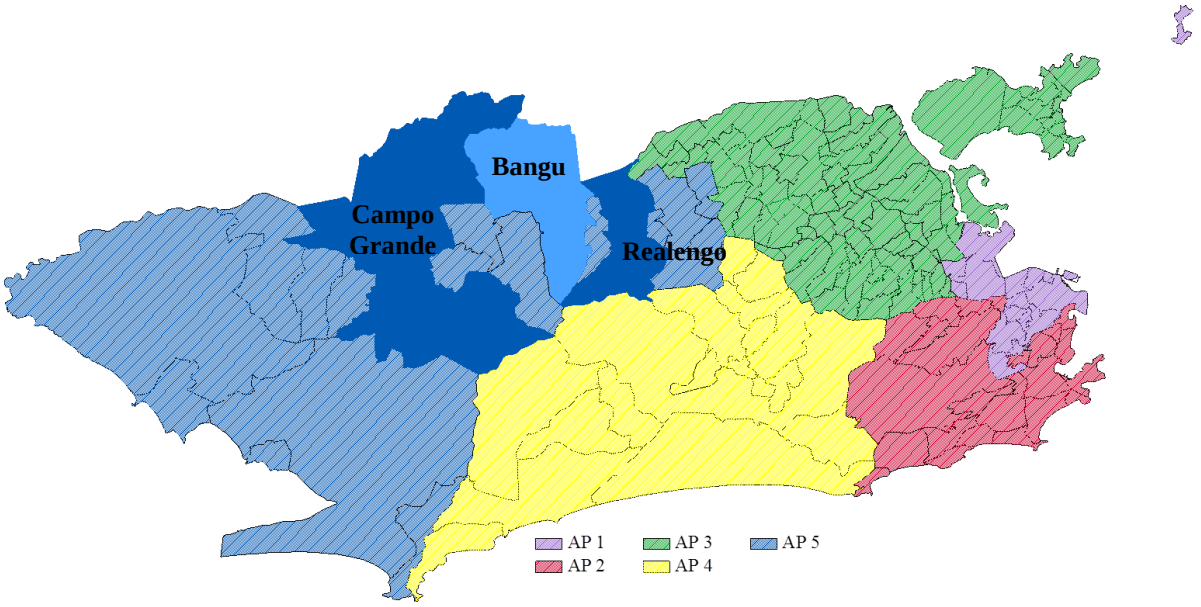


Figura 10 – Divisão da Cidade do Rio de Janeiro em Áreas de Planejamento
Fonte: Desenho elaborado pela autora, 2018

Com a implantação da malha férrea, um dos vetores para a expansão da malha urbana na região, pequenos núcleos foram se instalando próximos às estações férreas e dessa forma essa zona começava a se transformar em núcleo urbano, abandonando suas características fortemente rurais que, apesar disso, ainda se mantém em algumas regiões da zona oeste (CORRÊA, 1979). A partir da década de 1960 as relações urbano-rurais foram permeando toda a zona oeste num crescente alterando paisagens e redefinindo modos de viver.

Com a necessidade de expandir o setor industrial, em 1960 foram criados os Distritos Industriais da Zona Oeste fazendo com que essa parte da cidade ganhasse novo impulso para

consolidação. A abertura da Avenida Brasil em 1946 fortaleceu a ligação de toda a cidade já consolidada – Centro e adjacências, com a nova zona em expansão (ABREU, 2006). Outros fatores que ocorriam na cidade contribuíram para a expansão desse crescimento em direção a zona oeste, dentre elas destacamos a saturação de espaços para o desenvolvimento da indústria (CODIN, 1987) (Figura 11). A grande oferta de terrenos amplos e baratos beneficiou o setor industrial que encontrou condições fundiárias e de mobilidade para se desenvolver e, além disso, o governo incentivou a descentralização com isenção de impostos (SOARES, 1990). Esse processo gerou crescimento demográfico na região oeste por conta da migração de famílias, sendo a intensificação da malha viária um fator determinante para essa migração, além da grande oferta de empregos oriundas da indústria.

Figura 11 – Divisão dos Distritos Industriais
Fonte: http://www.institutorio.org.br/sobre_a_zona_oeste

De certa forma, a descentralização e o incremento a partir das isenções fiscais provocaram a melhoria do acesso a esses locais. No entanto, é importante salientar que o aumento da população e o grande número de terras ainda sem valorização propagaram invasões, loteamentos e parcelamentos ilegais, com serviços urbanos escassos ou inexistentes.

Diante desse quadro, nas décadas de 1960 a 1980, o poder público lançou mão de políticas habitacionais de baixo custo através do BNH - Banco Nacional da Habitação, com oferta de crédito imobiliário a fim de atender à demanda por moradia da classe de baixa renda. Além de moradias, o BNH investiu em melhorias de infraestrutura implantando saneamento básico, construção de estradas e pavimentação das existentes, além do investimento em eletricidade e demais serviços públicos básicos.

Em paralelo a esses processos, houve uma explosão na indústria automobilística no país permitindo que pessoas com maior poder aquisitivo alcançassem áreas mais distantes da cidade com facilidade, na busca por outros atrativos, tais com sítios e chácaras, como destacados por Corrêa (1999), impulsionando dessa forma o setor imobiliário gerando uma mistura e padrões sociais (HARVEY, 1980).

Durante a crise dos anos 1980, a redução dos salários, o desemprego, o aumento da inflação e da jornada de trabalho desencadearam maiores desigualdades aumentando ainda mais a migração de famílias para essa região. Observa-se que a economia do país e o incremento dos transportes, tanto do ponto de vista das aberturas de vias rodo e ferroviárias quanto do aumento da indústria automobilística, foram fatores determinantes para a migração das famílias para as zonas mais afastadas de centro.

Vinte anos depois, no início dos anos 2000, por conta da escolha da cidade para sediar os Jogos Panamericanos de 2007 e posteriormente para ser uma das cidades sede para a Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016, a cidade como um todo recebeu incentivos diversos, onde grandes obras de visando à ampliação da mobilidade urbana atravessaram o tecido urbano criando as vias de mobilidade urbana expressas em ônibus: Transcarioca, Transolímpica, Transbrasil e Transoeste. Mais uma vez a região se viu recebendo incrementos de forma a impulsionar seu crescimento demográfico.

Nesse período, o governo federal lançou um pacote de incentivos para o mercado imobiliário através do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, com o Programa Minha Casa Minha Vida. Os terrenos onde se planejou a implantação dos conjuntos residenciais do MCMV passaram a ser objeto de valorização imobiliária em diversos níveis, uma vez que o programa do MCMV não se restringe à baixa renda. Loteamentos e parcelamentos de solo foram aprovados e implantados e, como resultado, houve um aumento de áreas destinadas a lotes públicos a fim de atender à Lei 6.766 que, conforme descrito anteriormente, regulamenta o parcelamento e loteamento do solo urbano. No entanto muitas vezes esses lotes não se localizam nos locais onde há uma demanda maior por equipamentos públicos, tais como equipamentos de educação e saúde. A fim de suprir a demanda verificada na região, segundo vem sendo discutido nessa Dissertação, o poder executivo municipal acabou por utilizar outros espaços livres, como as praças estudadas, como se fossem lotes edificáveis.

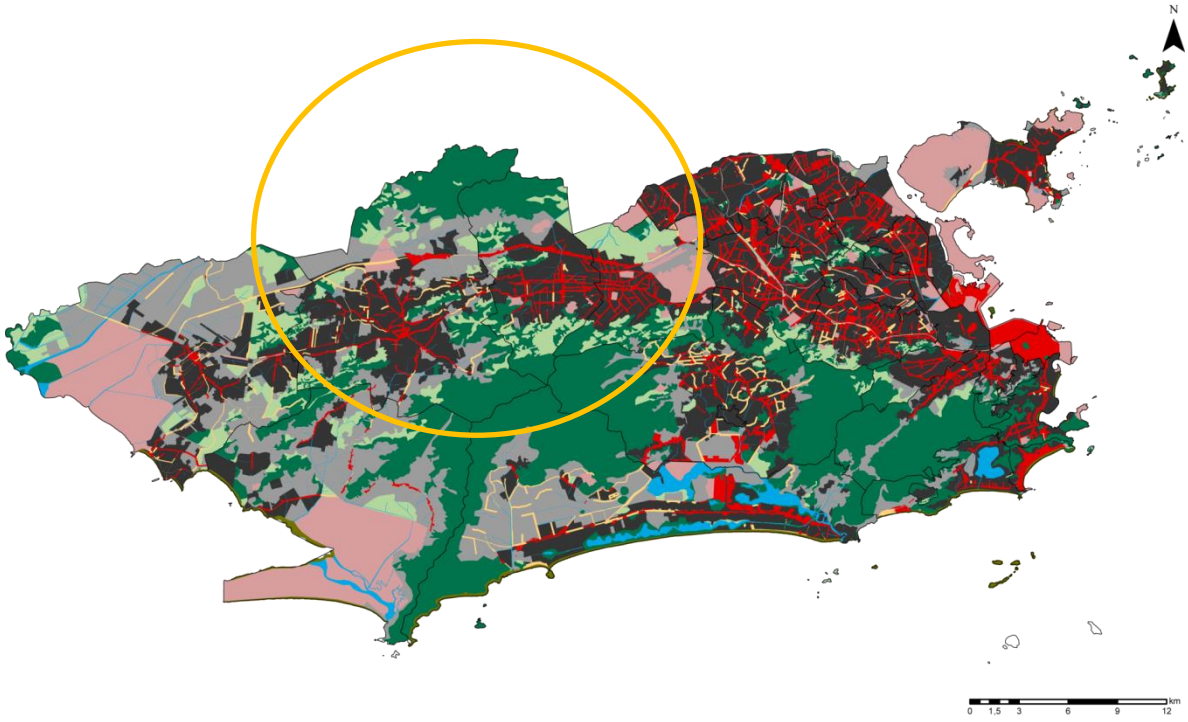
4.2. Análises dos tecidos urbanos e espaços livres na Cidade do Rio de Janeiro e nos bairros Bangu, Campo Grande e Realengo

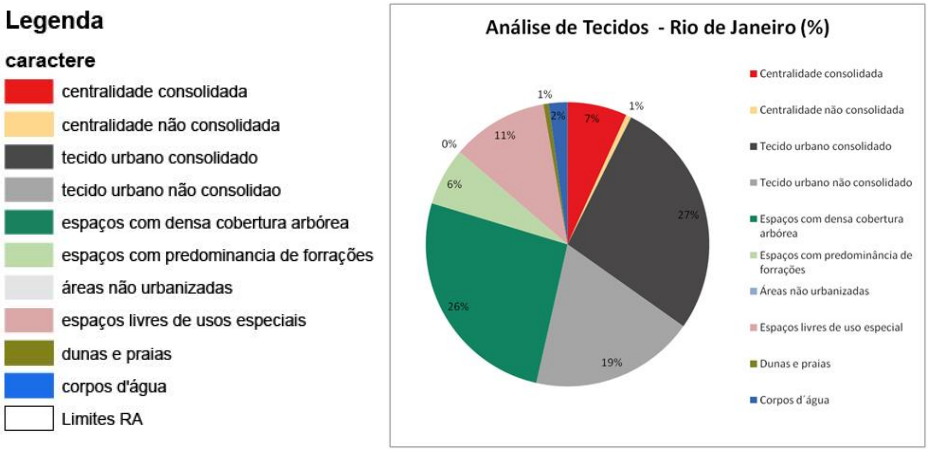
4.2.1. Tecidos urbanos e espaços livres na cidade do Rio de Janeiro

As pesquisas realizadas pelo Grupo SEL-RJ compreenderam análises sobre mapeamento georreferenciado, feito na escala da quadra urbana, de dois aspectos que caracterizam a ocupação do território: condição de consolidação dos tecidos urbanos e dos espaços livres, públicos e privados (TÂNGARI, 2018). Esse trabalho possibilitou a visualização em mapa e a quantificação desses dois aspectos e o cruzamento desses dados com outras informações como população, densidade, renda. Viabilizou também a comparação entre as cinco Áreas de Planejamento-APs segundo as quais o território municipal é compartimentado, e que foram apresentadas anteriormente na Figura 10.

Tomando como referência inicial a pesquisa aplicada ao território municipal, podemos observar, nas Figuras 12 e 13, a distribuição dos tipos de **tecidos urbanos** estudados e que compreendem: tecidos consolidados (onde as a quadras apresentam mais do que 50% dos seus lotes edificados); tecidos urbanos não consolidados (onde as a quadras apresentam menos do que 50% dos seus lotes edificados); centralidades consolidadas (logradouros com mais de 50% de sua extensão com atividades de uso misto); centralidades não consolidadas (logradouros com menos de 50% de sua extensão com atividades de uso misto); espaços com densa cobertura arbórea (maciços florestais); espaços com cobertura vegetal em forração (áreas que sofreram desmatamentos anteriores e ainda não estão parceladas); espaços livres de uso especial (áreas dominicais); dunas e praias (faixas continentais); corpos hídricos (rios e lagoas); áreas não urbanizadas (espaços livres provados que não sofreram processo de parcelamento). O mapeamento permite visualizar a condição observada no território ocupado pelas Regiões Administrativas de Bangu, Campo Grande e Realengo que indica tecidos em processo de consolidação, com presença periférica de cobertura vegetal arbórea e de forração e de espaços livres de uso especial.

Os dados compilados para a Área de Planejamento 5 apresentados na Figura 14, onde se inserem as Regiões Administrativas de interesse, atestam a grande incidência de Espaços Livres de Uso Especial-ELUE (9.032,33 ha) e Tecidos Urbanos Não Consolidados-TUNC (14.973,86 ha), endossando a oferta de opções de áreas para implantação de equipamentos públicos.





Figuras 12 e 13 – Tecidos urbanos na cidade do Rio de Janeiro com área de interesse em laranja
Fonte: Grupo SEL-RJ, 2018

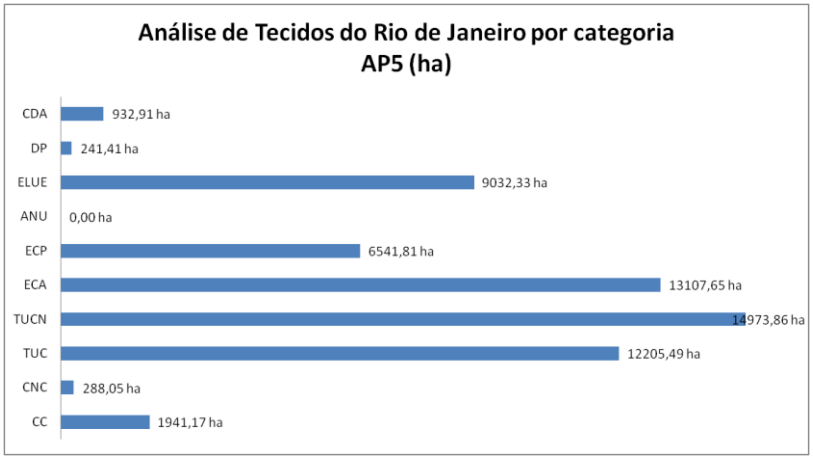
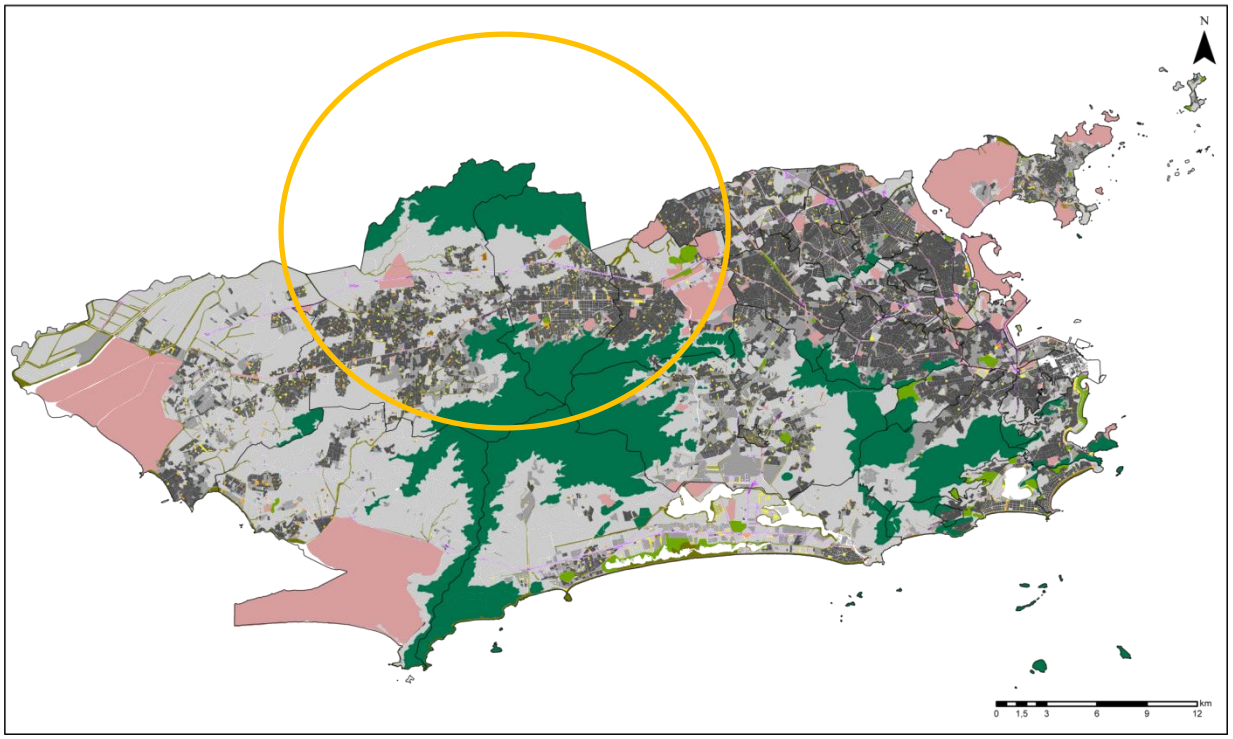


Figura 14 – Análise dos tecidos urbanos na AP5 por categoria e superfície
Fonte: Grupo SEL-RJ, 2018

No tocante aos **espaços livres, públicos e privados**, mapeados e quantificados, e que seguem apresentados na Figura 15a e 15b, podemos observa a distribuição dos tipos de espaços de espaços livres públicos e das categorias de espaços livres privados, a seguir descritos. Os espaços livres públicos englobam: espaços utilizados para circulação (rua e avenida, calçadão, rua de pedestre, viaduto, acostamento, estacionamento, canteiros e rotatórias, passarela, deck, ciclovia, terminal rodoviário); espaços destinados à permanência e a práticas sociais diversas (praças, praças ocupadas, praças não implantadas, parque, orla e APP, campo de futebol); área vegetada sem uso específico; espaço livre de uso especial (uso dominial); unidade de conservação (maciços florestais).

Os espaços livres privados foram divididos em três categorias por observação da superfície ocupada das quadras que indica a incidência de espaços livres intraquadras: até 30% da superfície da quadra com espaços livres; entre 30% e 50% da superfície da quadra com espaços livres; e mais de 50% da superfície da quadra com espaços livres. Nas Figuras 16,17 e 18 é possível comparar a distribuição de espaços livres e população por AP e observar que há discrepâncias nessa proporção principalmente na AP3 (40% de população e 19% de espaços livres); na AP5 (22% de população e 60% de espaços livres) e na AP2 (18% de população e 5% de espaços livres). Cabe acrescentar que os dados quantitativos totais devem ser balizados com a distribuição dos espaços no território que auxiliam na análise sistêmica dos mesmos.



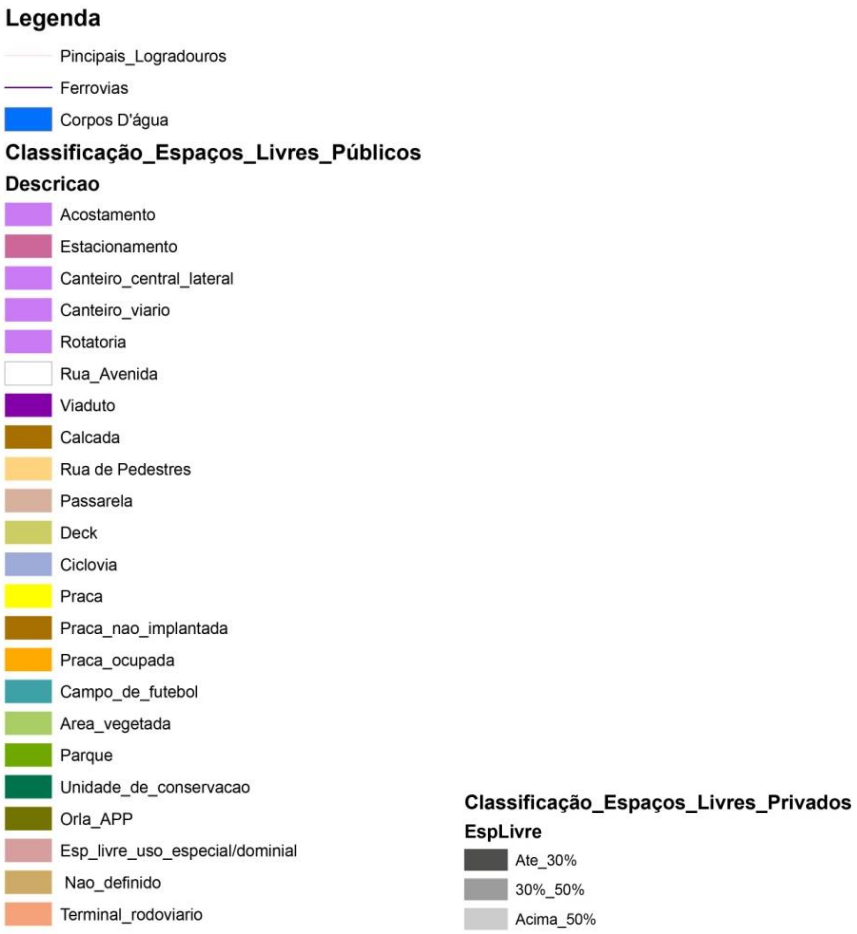


Figura 15a e 15b – Espaços livres na cidade do Rio de Janeiro com área de interesse em laranja
Fonte: Grupo SEL-RJ, 2018

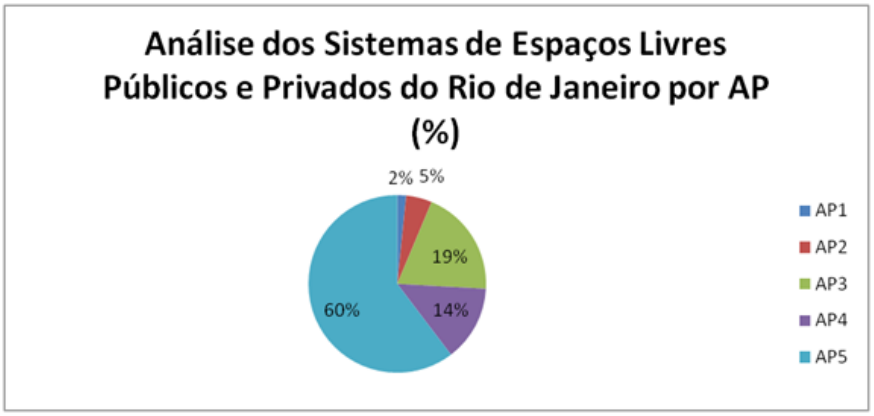
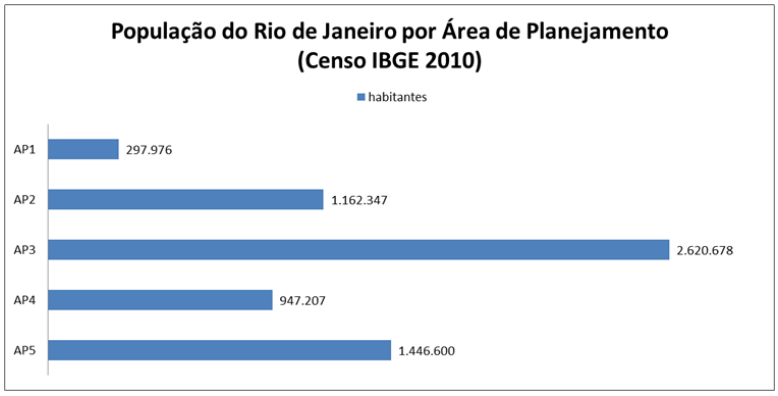
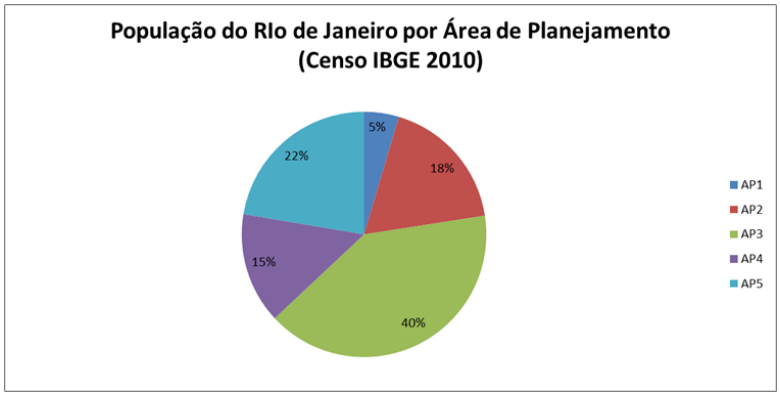


Figura 16 – Espaços livres na cidade do Rio de Janeiro – distribuição por AP
Fonte: Grupo SEL-RJ, 2018





Figuras 17 e 18 – População na cidade do Rio de Janeiro – distribuição por AP
Fonte: Grupo SEL-RJ, 2018

Quando detalhamos a informação sobre espaços livres públicos para a AP5, conforme apresenta a Figura 19, podemos concluir que há grande participação de espaços livres de uso especial (dominial); unidades de conservação (maciços florestais); ruas e avenidas. Por outro lado, a extensão de praças e parques tem participação muito reduzida, corroborando as questões discutidas nessa Dissertação.

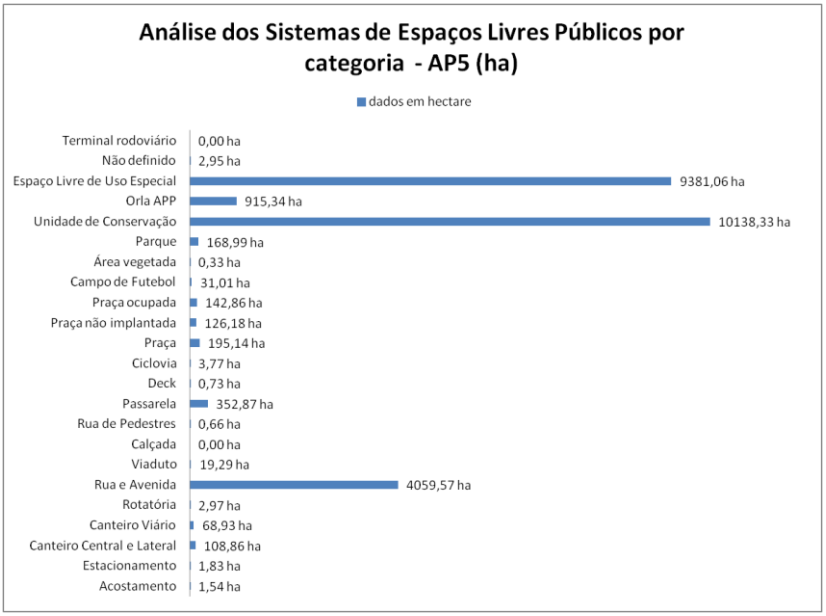


Figura 19 – Espaços livres públicos na AP5 – distribuição por tipo
Fonte: Grupo SEL-RJ, 2018

A partir dessa caracterização geral, a seguir destacamos as Regiões Administrativas da Área de Planejamento 5 que essa pesquisa pretendeu detalhar nos próximos itens:

•XVII RA - Bangu: Bangu, Gericinó, Padre Miguel e Senador Camará e Vila Kennedy;

•XVIII RA - Campo Grande: Campo Grande, Cosmos, Inhoaíba, Santíssimo e Senador Vasconcelos;

•XXXIII RA - Realengo: Campo dos Afonsos, Deodoro, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Realengo e Vila Militar

4.2.2. Tecidos urbanos e espaços livres – Região Administrativa de Bangu

Conforme descrito anteriormente, os dados mapeados e sistematizados pelo Grupo SEL-RJ demonstram que a Área de Planejamento 5, onde estão localizados os bairros cujas praças são objeto desse estudo, possui grandes extensões de espaços livres privados, ainda não parcelados. Dentre os espaços livres públicos, a maior parte corresponde a unidades de conservação que abrange os maciços que delimitam perifericamente a região – Gericinó e Pedra Branca, conforme apresentado para a Região Administrativa de Bangu, na Figura 20. A Área de Planejamento 5 - AP 5 representa a área de expansão da cidade no sentido oeste e a grande incidência de tecido urbano não consolidado com elevada superfície de quadras com mais de 50 % de espaços livres intraquadras corrobora essa condição.

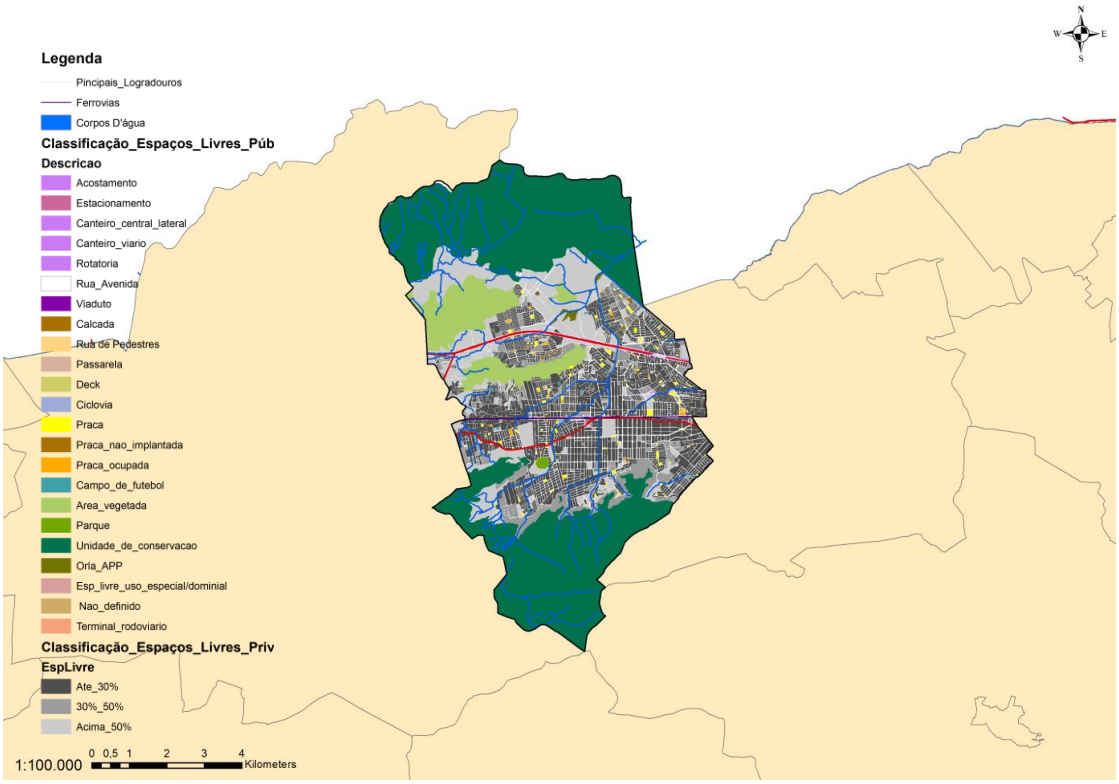


Figura 20 – Espaços livres da Região Administrativa de Bangu
Fonte: Grupo SEL-RJ, 2017

O estudo dos espaços livres foi de fundamental importância para essa pesquisa por demonstrar a enorme variedade de terrenos ou glebas disponíveis na R.A. corroborando com o entendimento de que não há justificativa para a ocupação de praças por equipamentos públicos, sejam eles destinados à educação ou à saúde. Nesse sentido, a análise dos espaços privados intraquadras demostrou que os espaços livres privados intraquadras nos bairros estudados são relativamente elevados, apresentando grande parte das quadras com mais de 50% de espaços livres, segundo ilustra a Figura 21 com gráficos relativos à XVII R.A. de Bangu.

Figura 21 - Espaços livres privados intraquadra na XVII RA Bangu
Fonte: Grupo SEL-RJ, 2017

Os quantitativos de Espaços Livres Públicos na Região Administrativa de Bangu, apresentados na Figura 22 e mapeados na Figura 20, apresentam em destaque a grande incidência de espaços ocupados por Unidades de Conservação, que correspondem aos maciços florestais. Destacam-se também as superfícies de Áreas Vegetadas de formação rasteira, localizadas nas franjas dos maciços e os sistemas de Ruas e Avenidas. Nessa pesquisa, cabe ressaltar as diferentes classificações adotadas para as praças que, no total, equivalem a apenas 2.21% do total de Espaços Livres Públicos.

Na pesquisa as praças foram classificadas em Praças Implantadas (praças), Praças Ocupadas (por equipamentos de saúde e educação) e Praças Não Implantadas (constam apenas em projeto). Do total de praças cadastradas nos dados municipais para a R. A. de Bangu somente 50% correspondem às praças implantadas que, juntamente com as praças ocupadas por equipamentos (38%) se distribuem pelas áreas de maior concentração habitacional e de serviços. A pesquisa também demonstrou que 0.20% de Espaços Livres Públicos são campos de futebol, categoria de espaços livres não oficiais criados pela população em busca de opção de lazer. De certa forma, suprem a carência de praças e compensam a falta de opções de lazer relacionada às praças ocupadas e não implantadas.

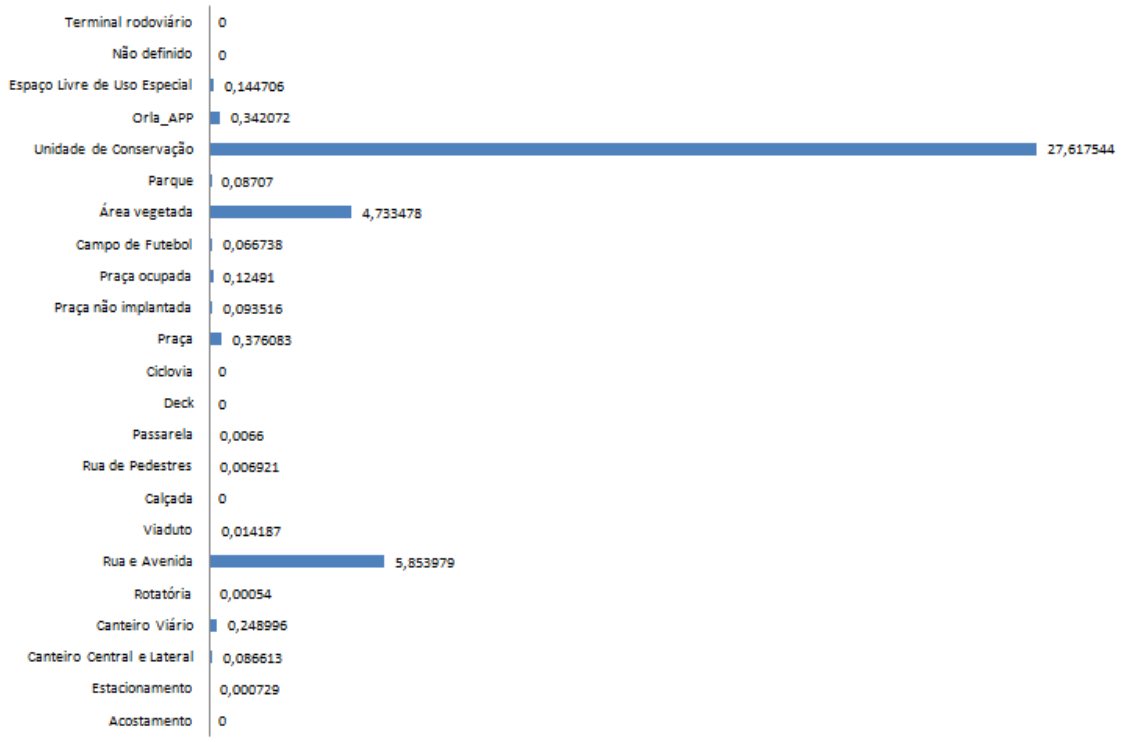


Figura 22 –Tipos e extensões em hectares de espaços livres públicos na XVII RA de Bangu
Fonte: Grupo SEL-RJ, 2017

4.2.3. Tecidos urbanos e espaços livres – Região Administrativa de Campo Grande

De toda extensão territorial da XVIII RA de Campo Grande, apresentada na Figura 23, 35% equivalem a Espaços Livres Públicos, enquanto 65% são Espaços Livres Privados. Sendo um fator recorrente na AP5, algumas das quadras classificadas com mais de 50% de Espaços Livres Privados são de locais ainda não edificados correspondendo, nessa R.A, à maior porcentagem de Espaços Livres Privados.

Nessa Região Administrativa, conforme indica o gráfico da Figura 27, o tipo Praças corresponde a 3.19% da área total de Espaços Livres Públicos, enquanto que 0.18% equivalem aos Campos de Futebol informais. Do total de áreas ocupadas por praças, as Praças implantadas correspondem a 46%, as Praças Não Implantadas somam 31% e as Praças Ocupadas totalizam 23%. Outro fator comum em quase toda R.A é que as Praças se concentram onde temos até 30% de Espaços Livres Privados, ou seja, há uma maior incidência de praças onde também há uma maior incidência de ocupação.

Na R.A. de Campo Grande cabe destacar uma característica que a diferencia dos resultados das R.A.'s de Bangu e Realengo, pois o total da área ocupada por Praças Não Implantadas supera o total de área das Praças Ocupadas.

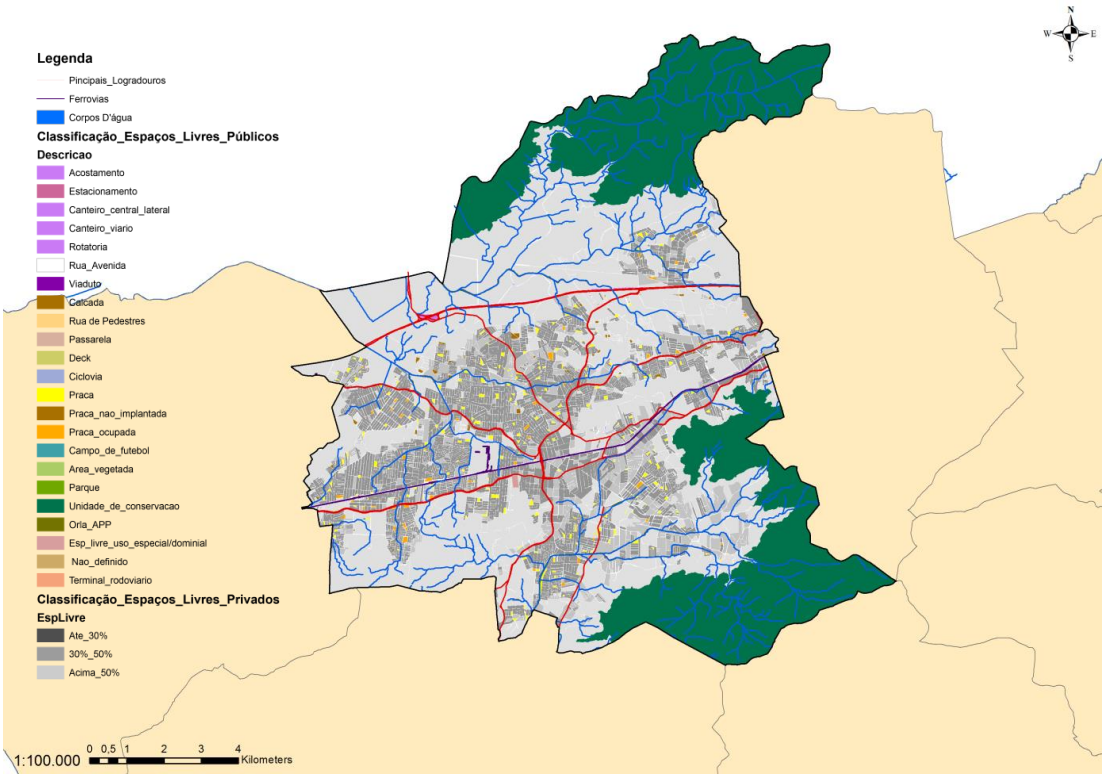


Figura 23 –Espaços livres na Região Administrativa de Campo Grande
Fonte: Grupo SEL-RJ, 2017

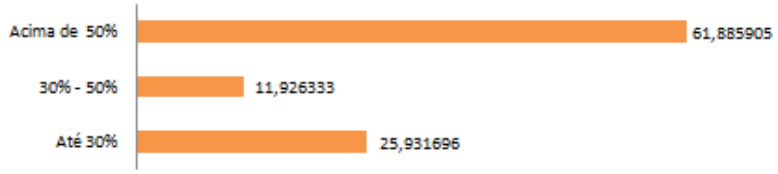


Figura 24 - Espaços livres privados intraquadras na RA de Campo Grande
Fonte: Grupo SEL-RJ, 2017

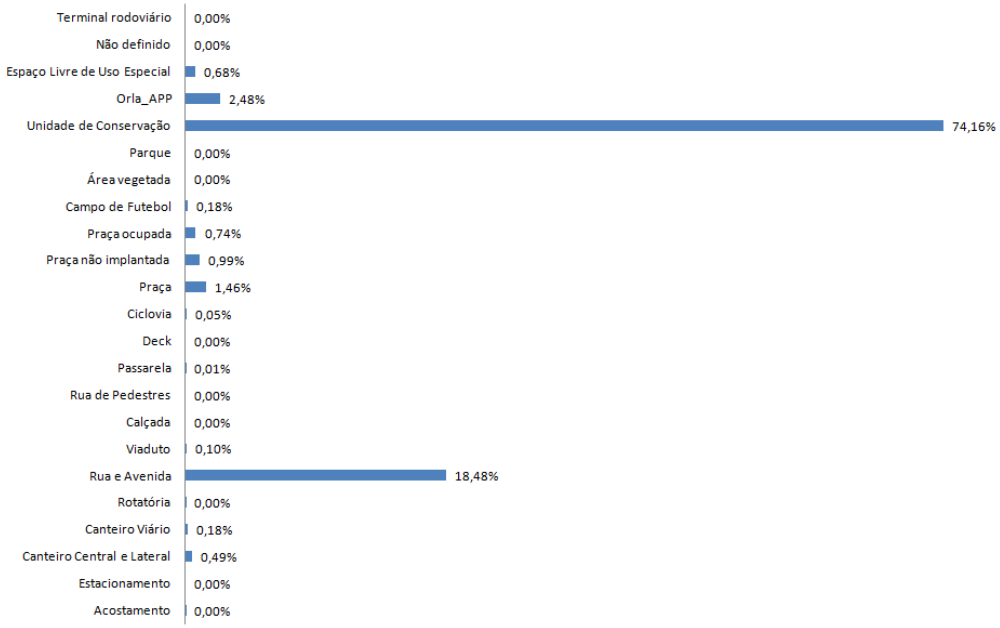


Figura 25 – Distribuição de categorias de tecido urbano XVIII RA de Campo Grande
Fonte: Grupo SEL-RJ, 2017

A pesquisa do Grupo SEL-RJ apontou que as Unidades de Conservação na R.A. de Campo Grande correspondem a 74% de seus Espaços Livres Públicos. Na divisa com o Município de Nova Iguaçu, encontra-se parte da APA Gericinó/Mendanha e no limite com as RAs de Bangu, Barra da Tijuca e Guaratiba, localiza-se a APA da Pedra Branca. Assim, menos de 10% de toda área de Campo Grande é destinada a Espaços Livres Públicos de permanência e lazer (praça, parque, orla e app, rua de pedestre).

4.2.4. Tecidos urbanos e espaços livres – Região Administrativa de Realengo

Na RA de Realengo, conforme mapeamento apresentado na Figura 26 e gráficos das Figuras 27 e 28, destaca-se no conjunto de Espaços Livres Públicos a superfície ocupada por Espaço Livre Especial (Uso Dominial), cuja configuração definiu-se pelas áreas destinadas às Forças Armadas desde meados do século XIX, e Parque (Parque Olímpico de Realengo e Parque da Pedra Branca). Nessa R.A., 39% de Espaços Livres Privados são caracterizados por quadras com até 30% de espaços livres intraquadras e que se destacam com maior incidência nos bairros de Realengo e Jardim Sulacap, enquanto que em outros bairros, o predomínio é de Espaços Livres Privados com quadras que apresentam mais de 50% de espaços livres.

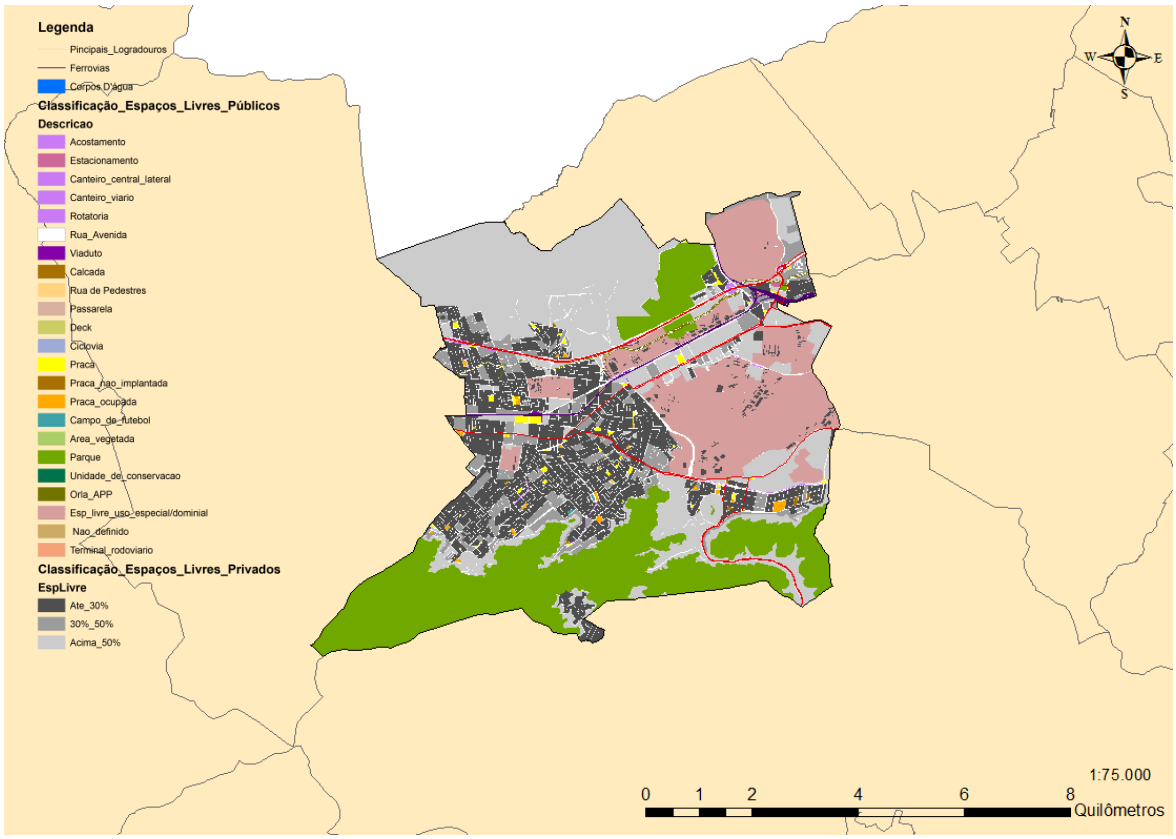


Figura 26 – Espaços livres na Região Administrativa de Realengo
Fonte: Grupo SEL-RJ, 2017

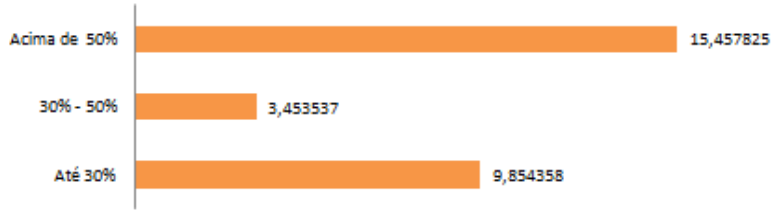


Figura 27 - Espaços livres privados intraquadras na Região Administrativa de Realengo
Fonte: Grupo SEL-RJ, 2017

Também foi observado que 53% de Espaços Livres Privados acima de 50% foram resultados da consideração de áreas analisadas como ainda não edificadas e muitas vezes não parceladas nem loteadas.

Em relação aos Espaços Livres Públicos, os espaços classificados como campos de futebol equivalem a 0,05%, enquanto as praças correspondem a 1,87% do total. As Praças efetivamente implantadas correspondem a 54%, as Praças Ocupadas somam 33% e as Praças Não Implantadas totalizam 13%, sendo este último valor relativamente reduzido quando comparado à soma dos outros tipos. Em relação às outras classificações de Espaços Livres Públicos com atividades de permanência (calçadões, ruas de pedestres decks, ciclovias, campos de futebol, áreas vegetadas, orlas e parques), as Praças implantadas apresentam uma menor porcentagem de participação.

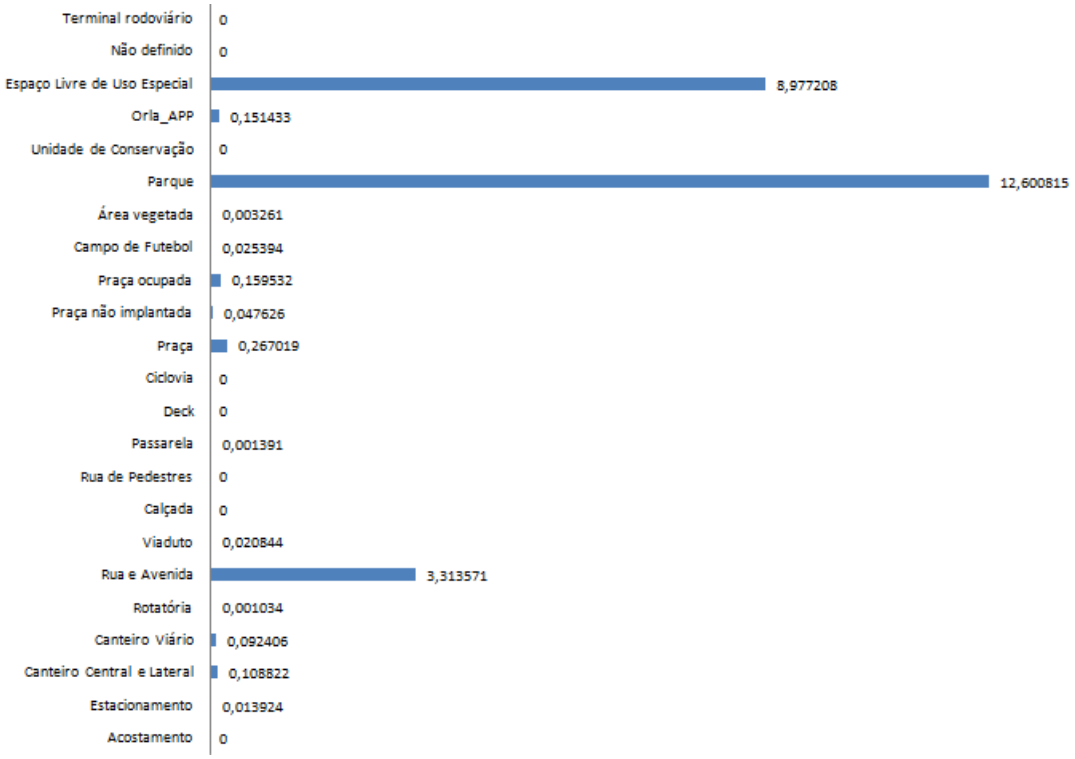


Figura 28 – Distribuição de categorias de tecido urbano na XXXIII RA Realengo
Fonte: Grupo SEL-RJ, 2017

Um padrão observado nas RAs com a maior superfície de praças implantadas, localizam as maiores superfícies de campos de futebol: Campo Grande, Santa Cruz e Bangu. Em Realengo, em relação às três classificações, o número de Praças implantadas ultrapassa os 50%, e o de Praças Não Implantadas somam 13%, o que presumivelmente explica que nessa RA há menos Campos De Futebol informais, com relação a toda AP 5. Para essa pesquisa e cm base nos estudos do Grupo SEL-RJ, esses dados provocam questionamentos quanto à relevância de espaços livres públicos de esporte, lazer e convívio social, quanto à pequena porção de áreas destinadas a eles e quanto à demanda populacional. Considerando que estes locais são vitais na construção do espaço urbano e na qualidade de vida de seus habitantes, a sua carência nas RAs estudadas torna a oferta aos seus moradores defasada, sendo necessário que se desloquem para outros bairros em busca de Espaços Livres Públicos de qualidade.

A seguir será apresentado o Programa Saúde da Família e a demanda por implantação de equipamentos denominados Clínicas da Família que, juntamente com as praças, compõem o objeto de estudo dessa Dissertação.

4.3. O Programa Saúde da Família – As Clínicas da Família

Figura 29 – Foto da Clínica da Família
Fonte: Foto da autora, maio de 2017

As Clínicas da Família (Figura 29) integram o programa Saúde Presente, inovadora estratégia de atendimento público de saúde de forma territorializada, em que cada área da

cidade conta com uma rede formada por Unidades Básicas de Saúde (UBS), Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Policlínicas, Hospitais de Referência e Centro de Atenção Psicossocial (CAP), evitando que as emergências funcionem como porta de entrada do Sistema de Saúde.

Segundo o PNAB - Política Nacional de Atenção Básica

> As Unidades Básicas de Saúde – instaladas perto de onde as pessoas moram, trabalham, estudam e vivem – desempenham um papel central na garantia à população de acesso a uma atenção à saúde de qualidade. Dotar estas unidades da infraestrutura necessária a este atendimento é um desafio que o Brasil - único país do mundo com mais de 100 milhões de habitantes com um sistema de saúde público, universal, integral e gratuita – está enfrentando com os investimentos do Ministério da Saúde. Essa missão faz parte da estratégia Saúde Mais Perto de Você, que enfrenta os entraves à expansão e ao desenvolvimento da Atenção Básica no País.

Ainda segundo o documento,

> É desenvolvida com o mais alto grau de descentralização e capilaridade, próxima da vida das pessoas. Deve ser o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde. Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social. A atenção básica considera o sujeito em sua singularidade e inserção sociocultural, buscando produzir a atenção integral.

A Atenção Básica tem como fundamentos e diretrizes:

> I - Ter território adstrito sobre o mesmo, de forma a permitir o planejamento, a programação descentralizada e o desenvolvimento de ações setoriais e intersetoriais com impacto na situação, nos condicionantes e nos determinantes da saúde das coletividades que constituem aquele território, sempre em consonância com o princípio da equidade.

Segundo o documento, compete às secretarias municipais de saúde e ao distrito federal garantir a estrutura física necessária para o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde e

para a execução do conjunto de ações propostas, podendo contar com apoio técnico e/ou financeiro das Secretarias de Estado da Saúde e do Ministério da Saúde.

As Clínicas da Família possuem uma equipe multidisciplinar[6] com:

- Médicos
- Enfermeiros
- Técnicos de Enfermagem
- Agentes Comunitários de Saúde
- Agentes de Vigilância em Saúde
- Dentistas
- Auxiliar de Saúde Bucal
- Técnicos de Saúde Bucal

Esses profissionais são divididos nas Clínicas da Família por equipes responsáveis pela sua área (local de moradia). Ao chegar à unidade, o usuário é acolhido por um profissional de sua equipe e é orientado e atendido de acordo com sua necessidade.

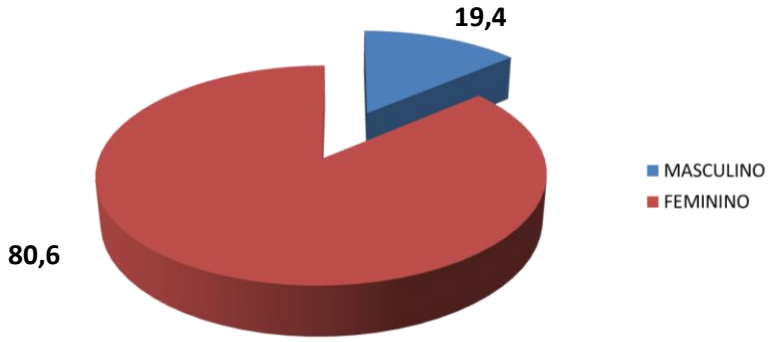
- Consultas individuais e coletivas
- Visita domiciliar
- Saúde Bucal
- Vacinação
- Desenvolvimento das ações de controle da dengue
- Pré-natal e Puerpério
- Acolhimento mãe-bebê após alta na maternidade
- Rastreamento de câncer de colo uterino (preventivo) e câncer de mama
- Raio-x
- Eletrocardiograma
- Exames laboratoriais: sangue, urina, fezes e escarro
- Ultrassonografia
- Curativos
- Planejamento familiar
- Teste do pezinho, teste do reflexo vermelho e da orelhinha
- Teste rápido de gravidez, sífilis e HIV
- Programa Academia Carioca
- Controle do Tabagismo
- Prevenção, tratamento e acompanhamento das DTS e HIV
- Acompanhamento de doenças crônicas
- Identificação, tratamento e acompanhamento da tuberculose

[6] Fonte: Site da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

- Identificação, tratamento e acompanhamento da hanseníase
- Ações de promoção da saúde e proteção social na comunidade

4.3.1. Dados estatísticos

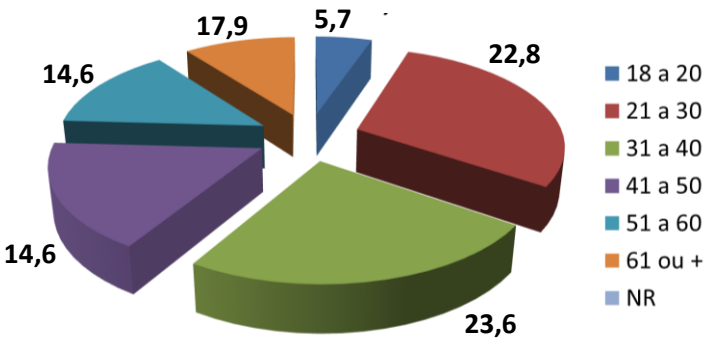
Foi feita uma pesquisa de satisfação e perfil socioeconômico dos usuários das Clínicas da Família das Áreas de Planejamento 4.0, 5.1 e 5.2. Foi realizada em outubro de 2013 pelo Instituto de Atenção Básica e Avançada de Saúde - entidade privada, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde sendo habilitada a atuar na administração de projetos e prestação de serviços na área da saúde por intermédio de convênios e contratos. Ficou claro que as mulheres se preocupam mais na prevenção de doenças, sendo elas quatro vezes mais presentes no atendimento preventivo de saúde oferecido pelas Clínicas da Família, conforme gráfico (Figura 30) abaixo:



	AP 4.0	AP 5.1	AP 5.2
MASCULINO	13,8	19,3	21,3
FEMININO	86,2	80,7	78,7
BASE	*58*	*181*	*164*

Figura 30: Gráfico de gênero
Fonte: IABAS, 2013

Com relação ao perfil por idade há um equilíbrio (Figura 31) nos usuários em virtude dos vários programas oferecidos pelas unidades adequados a cada faixa etária.



	AP 4.0	AP 5.1	AP 5.2
18 a 20	5,2	7,2	4,3
21 a 30	29,3	19,3	24,4
31 a 40	24,1	23,8	23,2
41 a 50	17,2	13,3	15,2
51 a 60	13,8	14,4	15,2
61 ou +	10,3	22,1	15,9
NR	0	0	1,8
BASE	*58*	*181*	*164*

Figura 31: Gráfico etário
Fonte: IABAS, 2013

Construídas com recursos doados pela Câmara Municipal, provenientes de economia orçamentária das verbas de gabinete dos vereadores do Rio de Janeiro, as Clínicas da Família passaram a ser uma contrapartida política. Os vereadores fortalecem suas "bases eleitorais" com o fato de estar sendo construída uma Clínica da Família na sua região eleitoral.

A Figura 32 apresenta a distribuição da cobertura de atendimento na área de saúde no município do Rio de Janeiro. Das 339 Unidades de Saúde Municipais, 122 são Clínicas da Família, distribuídas por todo o município de forma a atender a demanda específica de cada região.

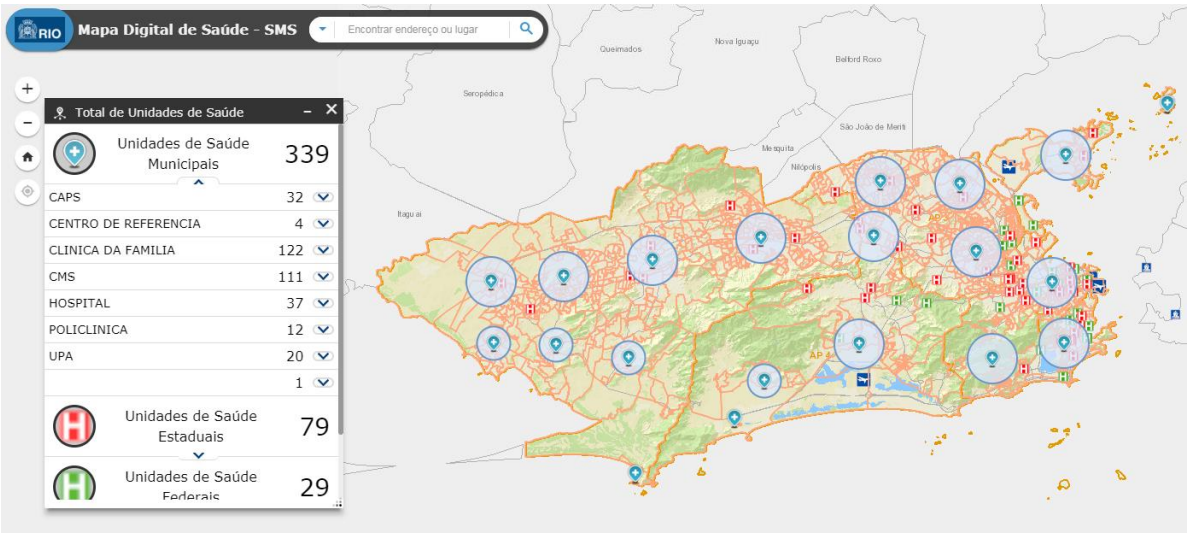


Figura 32 – Mapa da Saúde do Rio de Janeiro – Cobertura do SUS
Fonte: Site da Prefeitura do Rio de Janeiro, em outubro de 2018

A Prefeitura do Rio recebeu, em novembro de 2016, o prêmio *WONCA Global Health Award*, durante a cerimônia de abertura do maior congresso de medicina da família e comunidade do mundo, o *World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians (Wonca*), que ocorreu no

RioCentro. A premiação, que pela primeira vez realizada na América do Sul, é concedida ao país mais bem-sucedido ao oferecer e expandir a medicina de família.

Escolhida para representar o Brasil, a cidade do Rio de Janeiro foi a que mais avançou no modelo nos últimos anos, saindo de uma cobertura de 3,5% em 2008 para 66% até 2015. Ao final de 2016, a cobertura teria sido de 70% da população – estimativa da época, o que significa que mais de 4,3 milhões de cariocas teriam acesso à Estratégia Saúde da Família. Para saber onde ser atendido, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro disponibiliza site para consulta através do endereço do morador, conforme Figura 33.

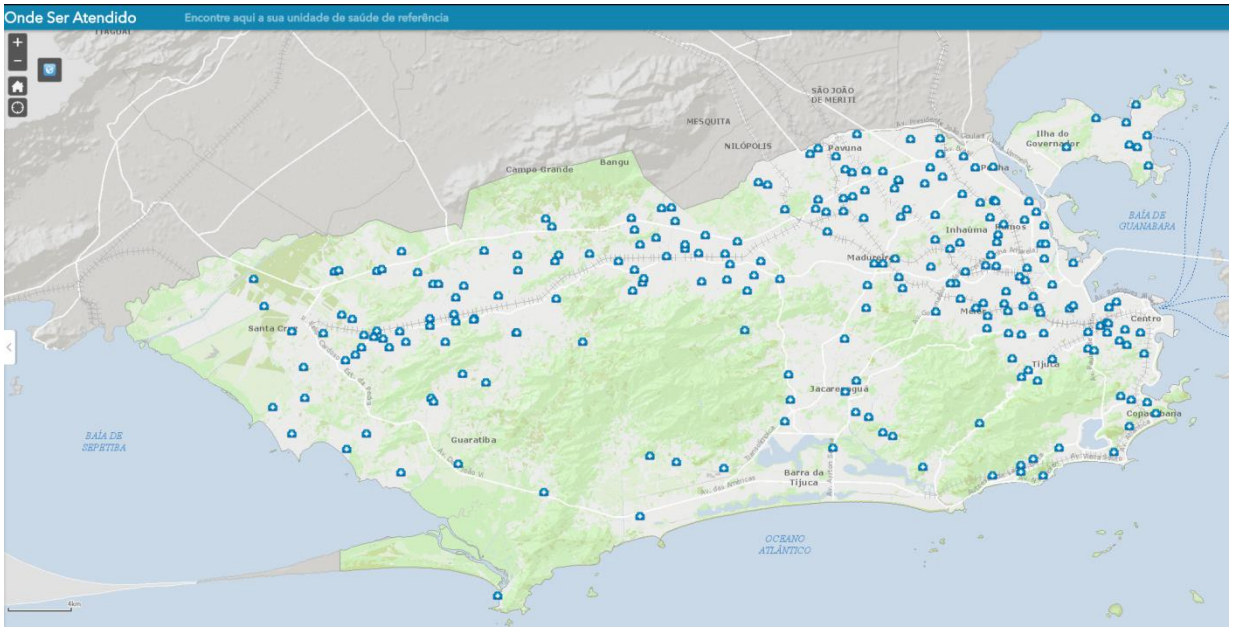


Figura 33 – Mapa da Saúde do Rio de Janeiro – Onde ser atendido pelas Clínicas da Família
Fonte: Site da Prefeitura do Rio de Janeiro, outubro de 2018

Até o início de 2017 podia-se afirmar que o programa das Clínicas da Família era um sucesso na área de saúde pública, no entanto, não se preocupa com os impactos causados pela sua implantação em área onde a saúde de outra forma, - através do lazer coletivo, já estava presente. Esse trabalho se propôs a pesquisar esse conflito entre os equipamentos de uso comunitário, entender que impactos foram esses – positivos e negativos, e gerar propostas mitigadores nas questões negativas da sua implantação nas praças da cidade.

5. ESTUDOS DE CASO: QUATRO PRAÇAS OCUPADAS

Nos últimos anos de governo do então prefeito Eduardo Paes, (gestão 2012-2016), foram lançadas licitações a fim de construir mais 40 Clínicas da Família no município, sendo 28 delas na zona oeste, especificamente nas Áreas de Planejamento – AP 4 e AP 5 (Figura 12). Desse total, 14 clínicas seriam implantadas na AP5. Dentre os 14 terrenos selecionados para implantar as edificações, oito eram situadas em praças, seja na totalidade de suas dimensões ou em pequenas ou grandes proporções. Da época do lançamento do edital até a efetivação do início das obras, alguns terrenos mudaram, sendo que das oito praças selecionadas para a pesquisa, apenas uma não era praça e sim um lote dentro de um hospital (Hospital Municipal Raphael de Paula e Souza, em Curicica).

Os bairros na AP5 que tiveram suas praças ocupadas para implantação das clínicas foram Bangu, Campo Grade, Cosmos, Paciência e Realengo. Campo Grande recebeu cinco Clínicas da Família nesse último lote, sendo três delas em praças. As duas clínicas de Realengo foram implantadas em praças. Os bairros de Bangu, Cosmos e Paciência receberam uma clínica cada um. Chama a atenção o fato de que esses bairros tiveram suas ocupações realizadas de forma regular com loteamentos e que por conta de atendimento à Lei de Parcelamento do Solo (1969), destinaram-se parcelas de glebas loteadas para implantação de equipamentos de uso público a serem definidos pela administração municipal. Muitas vezes lotes já com destinação para implantação de escolas e equipamentos de saúde foram preteridos, pois a ocupação nos terrenos das praças prevaleceu.

A ocupação de praças passou a ser objeto de indagações por parte dos moradores de áreas adjacentes às mesmas. Algumas comunidades fortes conseguiram modificar essa ocupação. No site “Se a cidade fosse nossa”, o designer e morador do Grajaú Gustavo Bueno faz um desabafo:

> A cada ano a prefeitura avança sobre nossas áreas de convivência na cidade do Rio de Janeiro “propondo” construções de equipamentos públicos de forma um tanto impositiva e buscando gerar visibilidade para o governo e seus parceiros políticos locais. Em alguns casos, como na Praça Nobel, no Grajaú, Praça Marechal Maurício Cardoso, em Olaria, Parque José Orlando Bernardes, em Vista Alegre e na Praça Waldemar Teixeira, em Pedra de Guaratiba, existe ou existiu mobilização e contestação por parte de moradores locais e com isso, algumas vitórias. Entretanto, na maioria das

> vezes, se vende à população – com apoio da mídia de massa, um sonho de saúde e educação, administrado por organizações sociais (OS). Muitas vezes, simplesmente nem se escuta a população. E isso vai de encontro à Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro que veda qualquer empreendimento ou atividade que danifique ou altere suas características originais.

O relato reflete bem o que encontramos nas conversas preliminares para elaboração do presente trabalho onde alguns moradores se queixaram exatamente dessa falta de diálogo entre o poder público e a comunidade que ele se diz atender. A falta de diálogo não se restringiu a apenas não ouvir à comunidade interessada, mas também entre os órgãos da própria prefeitura.

Apresentamos a seguir a caracterização de cada área objeto desse estudo, a fim de entender os possíveis impactos decorrentes da implantação de equipamentos públicos de saúde em áreas de lazer, mais especificamente em praças na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Dentre as oito praças iniciais a escolha das quatro praças objeto dessa dissertação seguiu os seguintes critérios:

Os critérios para escolha das praças dentro do universo inicial e que foram apresentados no capítulo da metodologia levaram em consideração as seguintes questões: (i) Praça parcialmente ocupada e com características de praça – foram selecionadas duas que atendiam a esse critério; (ii) Praça parcialmente ocupada, mas cuja área remanescente apenas contemplava quadra/campo de futebol – seis praças atendiam ao critério, a praça selecionada envolve intensa atividade esportiva e (iii) Praça totalmente ocupada. A Praça Lealdina Muniz em Bangu (Figura 34) foi escolhida como objeto de estudo por ser, dentre as oito praças da Área de Planejamento 5, a que possui características predominantemente de área de lazer comunitário e para todas as faixas etárias, gêneros e tipos de interesses. A Praça Pedro Veloso da Silveira, em Campo Grande (Figura 35), difere da primeira por sua forma e seu entorno imediato – além do fato de que a obra desta clínica parou. A Praça Sangradouro, também em Campo Grande, foi selecionada por ter desaparecido com a implantação da clínica que ocupou integralmente a superfície da praça (Figura 36). E por fim, a Praça Marobá, em Realengo (Figura 40), apresenta fortes características de práticas sociais, por ter um campo de futebol ainda ativo com intensa participação dos moradores.

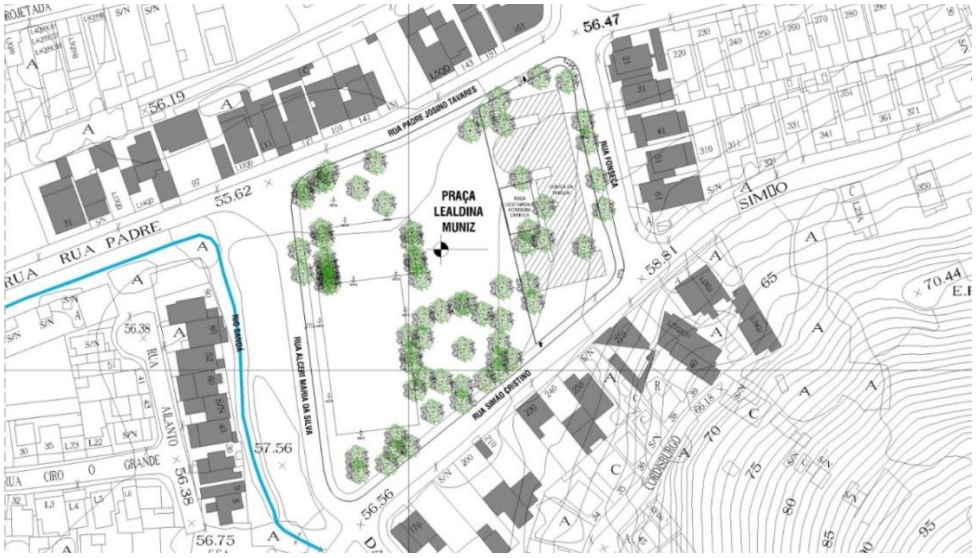


Figura 34: Implantação da clínica na Praça Lealdina Muniz em Bangu sobre planta cadastral (em obras)
Fonte: Autora, 2017

A Praça Pedro Veloso da Silveira também apresenta características marcantes de área de lazer adequada a todas as faixas etárias, e conta com áreas densamente arborizadas, equipamentos de lazer infantil, quadra poliesportiva, mesas e bancos (Figura 30). A clínica, ainda em fase de construção, ocupará um terço da área da praça. Para implantação da clínica foi aproveitada uma área que era utilizada como campo de futebol.

Figura 35: Implantação da clínica na Praça Pedro Veloso da Silveira em Campo Grande II sobre planta cadastral (obra suspensa)
Fonte: Autora, 2017

Caso mais grave de ocupação pelo poder público de áreas destinadas ao lazer, a Praça Sangradouro deixou de existir (Figura 31). Sua superfície de 2.574m² foi totalmente ocupada pela Clínica da Família que atualmente conta com espaços internos ajardinados e cercados.

Figura 36: Implantação da clínica Arthur Zanetti em Campo Grande III sobre planta cadastral
Fonte: Autora, 2017

No caso da Praça Bom Conselho, também em Realengo, a comunidade conseguiu que a praça não fosse ocupada e a mudança se deu na destinação de parte da mesma que já era destinada a outro tipo de equipamento. No nosso estudo de caso, a Praça Marobá, ou Campo do Periquito, conforme é reconhecida até mesmo pelas ferramentas de busca (*Google Maps*), não teve a mesma sorte, mas a o poder de influência de sua comunidade se fez presente, pois essa foi a terceira opção de praça para a implantação da Clínica.

O Campo do Periquito (Figuras 37, 38, 39 e 40) possui campo oficializado, gradeado e iluminado por holofotes, porém seu estado de conservação beira ao abandono. No entanto nos finais de semana o lugar é frequentado pelos moradores que organizam partidas de futebol. O lugar também é dotado de vestiários como apoio às atividades ali realizadas.

Figuras 37, 38, 39 –Campo do Periquito – Praça Marobá - Realengo
Fonte: Fotos da autora, 2017

A implantação da Clínica da Família não avançou para a área do campo justamente pela singularidade do mesmo ser cercado, ou seja, sua faixa de domínio é delimitada por elementos que geram mais segurança.

Figura 40: Implantação da clínica Romulo Carlos Teixeira em Realengo
Fonte: Autora, 2017

A metodologia adotada para avaliação das praças levou em consideração diversas escalas de análise para compreensão dos espaços livres e seu entorno imediato. Na análise do contexto geral da praça estudada dentro do bairro utilizamos imagens de satélite obtidas através do *Google Maps*, *Google Earth* ou através do Mapa Participativo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro por meio da plataforma *ArcGis*, proporcionando uma melhor compreensão sobre os espaços livres públicos.

Foram utilizadas plantas cadastrais obtidas no site do Armazém de Dados da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Na escala 1/5000 foi possível verificar os impactos viários e condições de acesso das ruas. Para a análise do entorno imediato a escala de 1/2500 permitiu a compreensão da ocupação, do uso do solo, gabaritos das edificações no entrono das praças estudadas. Utilizamos essa mesma escala para propor medidas mitigatórias de danos. Os cortes desenvolvidos na escala 1/500 ressaltam a relação da clínica com a praça, calçadas (passeio) e ruas, evidenciando as barreiras provocadas pela implantação da Clínica da Família.

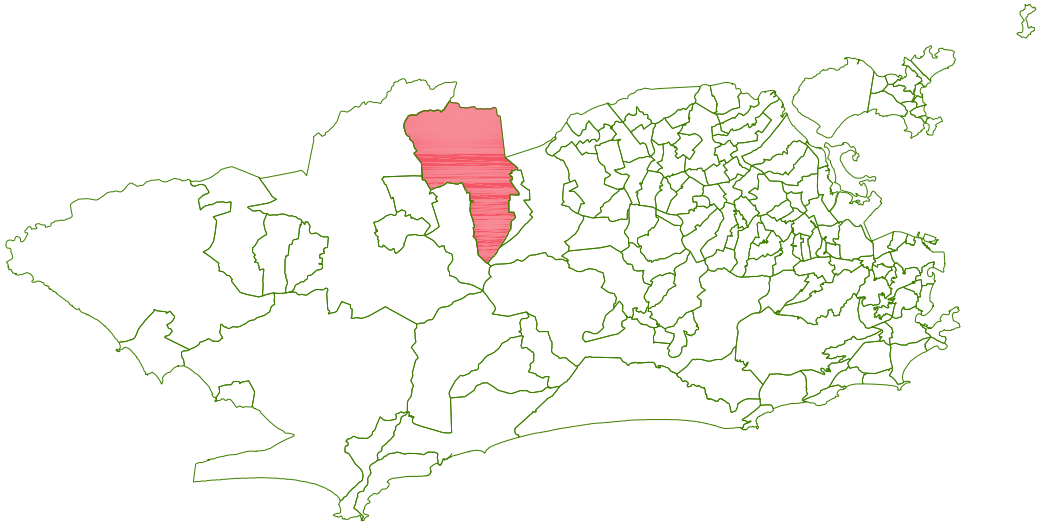
O objetivo dessa pesquisa foi analisar o impacto provocado pela ocupação do terreno da praça pela Clínica da Família. No entanto, é notório que um dos m otivos da não utilização do espaço é a falta de um projeto adequado àquela localização. Esse aspecto isolado não resolveria o problema uma vez que a questão ultrapassa questões de materialidade, principalmente quando perpassam aspectos da segurança e pertencimento, uma vez que a grande maioria da população não entende que os lugares públicos lhes pertencem e por eles devem zelar.

Outras condições impactam a utilização das praças: a sujeira e o abandono observados podem tanto ser indicativos da falta de lixeiras quanto de ações de vandalismos; a probabilidade da não utilização dos espaços públicos pode ser decorrente da ausência de conforto; o calor é o principal fator de afastamento das pessoas das ruas em horário considerado seguro. No entanto a principal queixa e consequentemente motivo de não utilização dos espaços foi a falta de segurança.

A busca pela historicidade das praças estudadas foi infrutífera. Essas praças não têm nenhum apelo arquitetônico ou cultural que as qualifiquem para um instrumento de proteção patrimonial. Também não foram encontrados registros de autoria e até mesmo motivos que levaram o logradouro a receber sua nomenclatura.

Sobre essas questões Macedo (2002) esclarece que “a produção de projetos para praças está diretamente ligada às questões políticas e econômicas”, ou seja, apenas as praças mais importantes recebem projetos ao passo que “nos bairros mais distantes do centro e mais pobres ainda eram tratadas como largos ou terreiros, sem projeto ou qualquer cuidado urbanístico”.

As praças foram analisadas e catalogadas em fichas individuais de forma a facilitar a compreensão de cada estudo de caso.



ANÁLISES FÍSICAS, SOCIOCULTURAIS E CENSITÁRIAS

5.1. PRAÇA LEALDINA MUNIZ

Bangu

PRAÇA LEALDINA MUNIZ

ANÁLISES FÍSICAS, SOCIOCULTURAIS E CENSITÁRIAS

DADOS

BAIRRO: BANGU

ÁREA DE PLANEJAMENTO: A.P. 5

DATA DE NOMEAÇÃO DO LOGRADOURO: 02/12/1987 através do Projeto de Lei 2.041/87

TIPOLOGIAS DO ENTORNO:

RESIDÊNCIAS DE UM OU DOIS PAVIMENTOS

ÁREA DA PRAÇA:

(CONFORME PAL 35.478)

5.210,00m²

ÁREA DESAFETADA:

(CONFORME DECRETO Nº 38215 de 2013)

2.334,10m²

ÁREA ATUAL DA PRAÇA:

(APÓS IMPLANTAÇÃO DAS CLÍNICAS DA FAMÍLIA)

2.875,90m²

LOCALIZAÇÃO

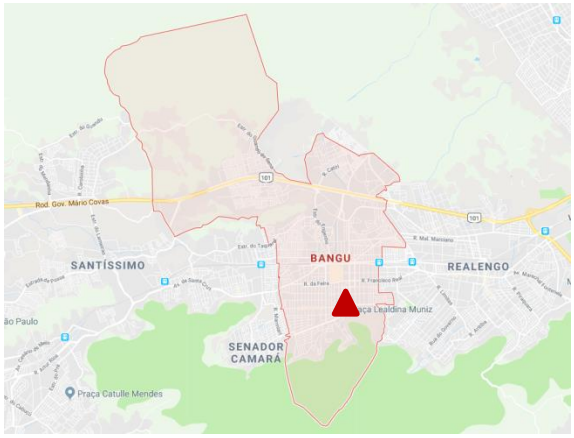


Figura 5.1.1: O bairro na cidade do Rio de Janeiro
Fonte: Google Maps com alteração da autora, 2017

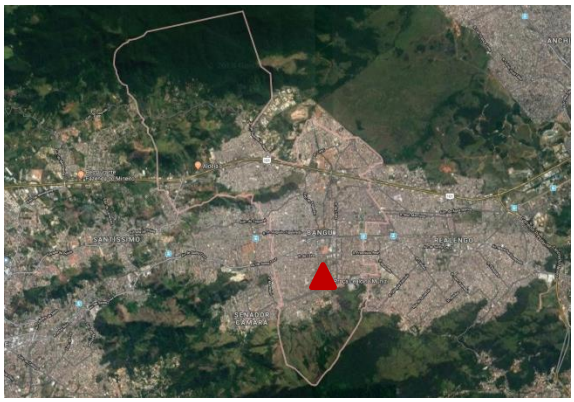


Figura 5.1.2: Localização da praça no bairro de Bangu
Fonte: Google Maps com alteração da autora, 2017

CARACTERIZAÇÃO

Figura 5.1.3: Foto aérea da praça
Fonte: IPP com intervenção da autora, 2017

Figura 5.1.4: Vista área da praça após implantação da Clínica da Família.
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017.

PRAÇA LEALDINA MUNIZ

1. HISTÓRICO DO BAIRRO[7]

A região de Bangu teve como primeiro proprietário o português Manoel de Barcelos Domingos que fundou, em 1673, a fazenda Bangu, onde ergueu uma capela e o Engenho da Serra, que fabricava açúcar, cachaça e rapadura, transportados em carros de bois até o Porto de Guaratiba.

A estrada de ferro chegou em 1878, com a inauguração do ramal de Santa Cruz da E. F. Dom Pedro II e a abertura da Estação de Bangu, em 1890. Ainda no final do século XIX, foi construída a Fábrica Bangu (1893), com vilas residenciais para técnicos e operários da fábrica.

No início do século XX a população do bairro aumentava, novas ruas eram abertas e a urbanização da região prosseguia. Contudo, na década de 1930, muitos proprietários investiam na produção e exportação de laranjas, cuja lavoura se espalhava pelos sítios vizinhos, desde o Maciço de Gericinó até a Serra de Bangu.

Na década de 1960, a política de erradicação de favelas e de remoção da sua população para a periferia do Município levou à construção dos conjuntos habitacionais Vila Aliança, Vila Kennedy, Jardim Bangu e Dom Jaime de Barros Câmara. Posteriormente, novos conjuntos foram construídos no bairro como o Sargento Miguel Filho, Dr. Antonio Gonçalves, dentre muitos outros.

A partir de 1989, a Fábrica Bangu iniciou sua decadência até encerrar suas atividades no bairro, em 2005. No seu terreno original, foi construído o Bangu Shopping, inaugurado em 2007, com lojas, cinemas e praças de alimentação.

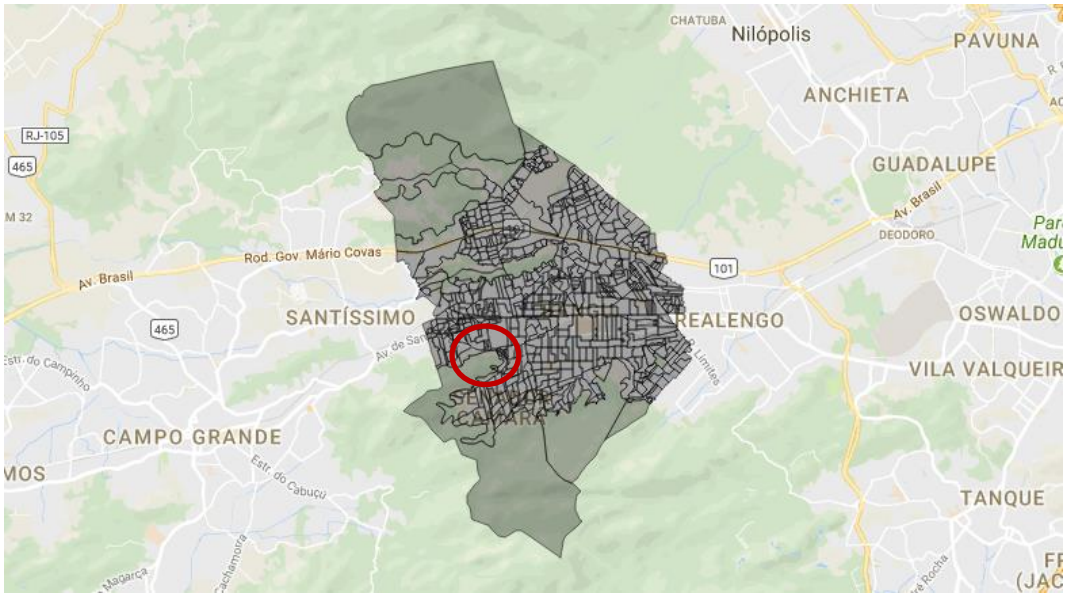


Figura 5.1.5: Bairro de Bangu com a localização da praça
Fonte: IBGE, outubro de 2017.

[7] História dos Bairros através do site "Armazém de Dados da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro" acessado em maio de 2017.

PRAÇA LEALDINA MUNIZ

2. PAL 35.478

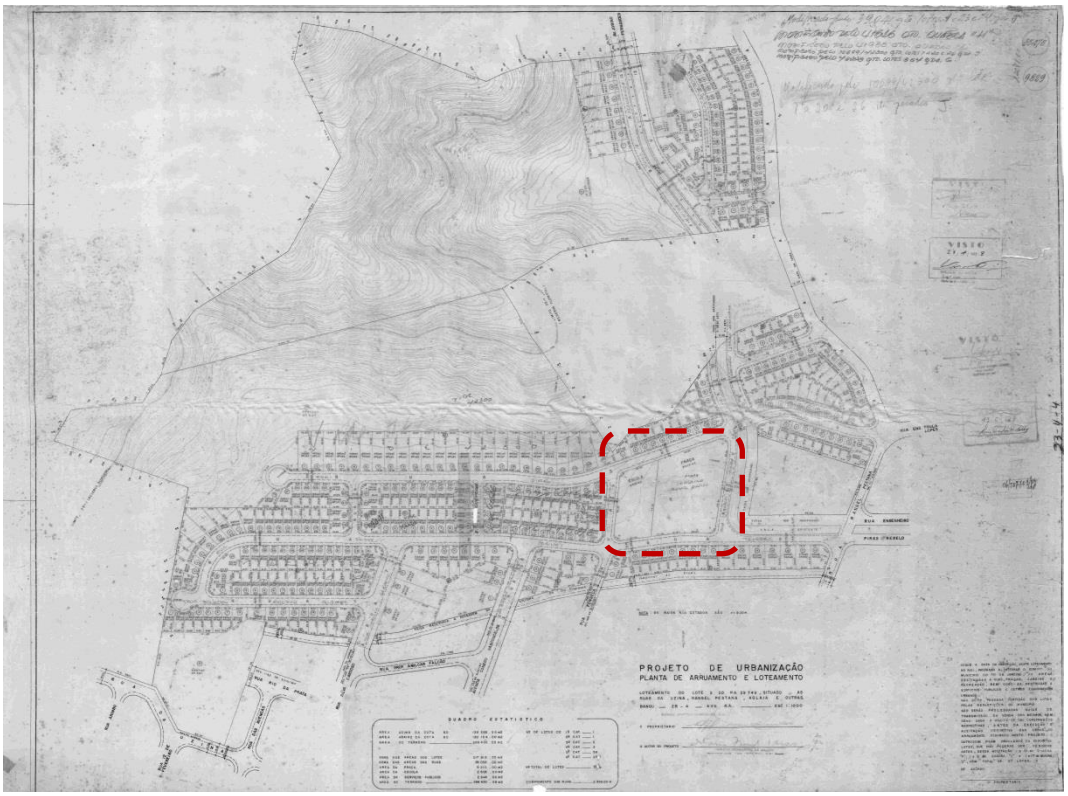


Figura 5.1.6: Projeto de Alinhamento e loteamento – PAL 35478
Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo – PCRJ, 2016

3. LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

Figura 5.1.7: Praça Lealdina Muniz
Fonte: Foto da autora. Outubro de 2017.

PRAÇA LEALDINA MUNIZ

4. LEVANTAMENTOS DO ENTORNO

TIPOLOGIAS DO ENTORNO

Como grande parte da zona oeste da cidade, o tipo predominante do entorno da Praça Lealdina Muniz é de casas de um ou dois pavimentos, sendo algumas com terraços. A maioria com quintais pavimentados e com isso há uma diminuição da permeabilidade do solo o que acaba agravando os problemas de enchentes.

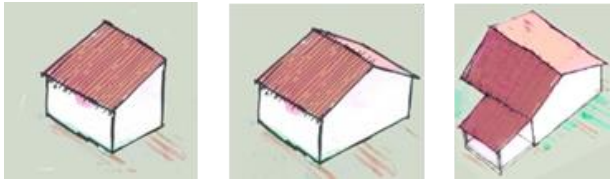


Figura 5.1.8: Tipos de edificações
Fonte: https://coisasdaarquitetura.wordpress.com/2011/02/28/tipos-e-padroes-da-arquitetura-civil-colonial-i/ acessado em março de 2018

GABARITOS DO ENTORNO

O gabarito baixo é predominante na paisagem da zona oeste, tanto nas residências quanto nos demais usos.

Figura 5.1.9: Tipologia, gabarito e ocupações
Foto da autora, outubro de 2017

FLUXOS DO ENTORNO

O fluxo de veículos no entorno da praça é pequeno, sendo apenas utilizado por moradores do local. Um trecho da praça e utilizado para treinamento de baliza por autoescolas da região.

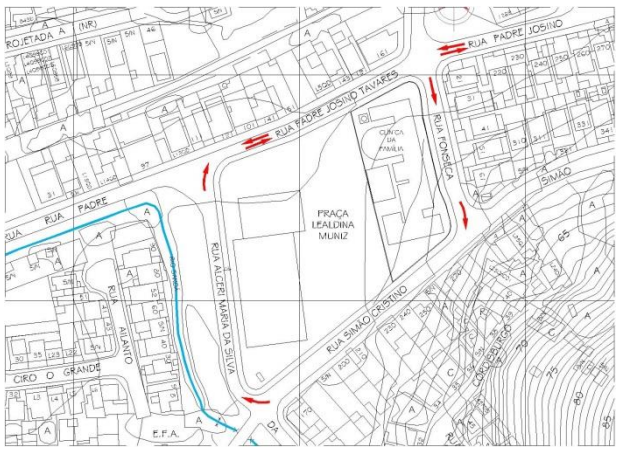


Figura 5.1.10: Fluxos
Fonte: Desenho da autora sobre cadastral, 2018

USO DO SOLO DO ENTORNO

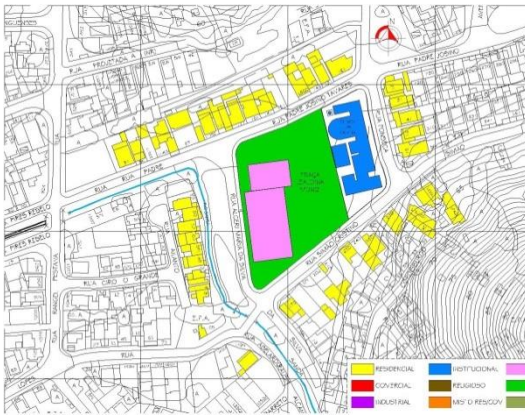


Figura 5.1.11: Usos
Fonte: Desenho da autora sobre cadastral, 2018

O uso do solo no entorno da Praça Lealdina Muniz é residencial. Não foram encontrados outros tipos de uso no entorno imediato da praça.

PRAÇA LEALDINA MUNIZ

5. MAPA FIGURA FUNDO

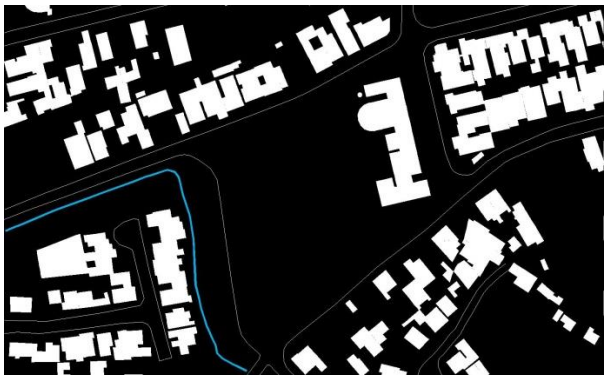


Figura 5.1.12: Mapa figura-fundo
Fonte: Desenho da autora sobre base cadastral da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2018

Observa-se através do mapa de figura e fundo que a área é relativamente ocupada, a tipologia de implantação das construções utiliza boa parte o lote. A implantação das construções permite que se perceba claramente o traçado viário e os vazios deixados pela praça e terrenos não construídos.

6. PLANTA BAIXA

Figura 5.1.13: Planta baixa
Fonte: Desenho da autora sobre cadastral, 2018

7. CORTES TRANSVERSAIS

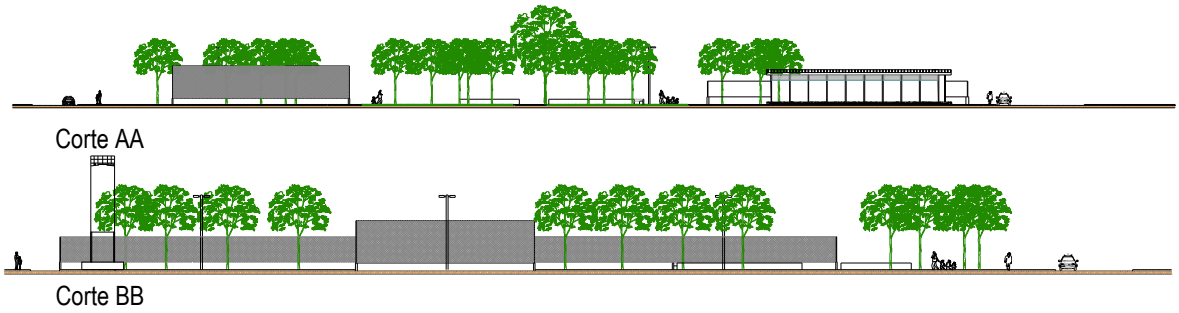


Figura 5.1.14: Cortes
Fonte: Desenho da autora, 2018

PRAÇA LEALDINA MUNIZ

8. TRATAMENTO PAISAGÍSTICO

		BANCOS	QUADRAS	EQUIPAMENTO DE LAZER	EQUIPAMENTO DE ESPORTE	OBRAS DE ARTE	ACESSIBILIDADE	ILUMINAÇÃO	LIXEIRA	BICICLETÁRIO	ORELHÃO	CERCAMENTO	VESTIÁRIOS	QUIOSQUE	PERGOLADOS	SEGURANÇA	JARDIM	ARBORIZAÇÃO DE CALÇADA	ARBORIZAÇÃO DA PRAÇA	MEIO FIO
SITUAÇÃO GERAL DE CONSERVAÇÃO	BOM																			
	REGULAR																			
	RUIM		X		X			X								X		X	X	X
	PÉSSIMO	X		X													X			
	INEXISTENTE					X	X		X	X	X	X	X	X	X					

Figura 5.1.15: Levantamento realizado entre janeiro e fevereiro de 2017
Fonte: Elaborado pela autora, 2017

9. ELEMENTOS VEGETAIS

Nº.	ETQ. Nº.	FAMÍLIA	ESPÉCIE		ORIGEM	DAP (cm)	ALTURA (m)	COPA (m)	FOTOS
			NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR					
1	99865842	Fabaceae	***Leucanea leucocephala***	Leucaena	Exótica	6,37	4,45	2,62	1 - 2
2	99865843	Fabaceae	***Delonix regia***	Flamboyant	Exótica	47,45	7,97	4,55	3 - 4
3	99865844	Bignoniáceae	***Handroanthus heptaphyllus***	Ipê Rosa	Nativa	7,64	6,59	3,11	5 - 6
4	99865845	Compretaceae	***Terminalia catappa L***	Amendoeira	Exotica	31,53	9,12	4,3	7 - 8
5	99865874	Anacardiaceae	***Schinus terebinthifolius***	Aroeira	Nativa	21,66	5,74		9 - 10
6	99865875	morta							11- 12
7	99865876	Bignoniáceae	***Tabebuia chrysantha***	Ipê Amarelo	Nativa	7,01	3,06	2,38	13 - 14
8	99865877	Fabaceae	***Sesbania punicea***	Cambaí-vermelho	Nativa	7,64	4,82	1,19	15 - 16
9	99865878	Malpighiáceas	***Malpighia emarginata***	Acerola	Nativa	6,05	2,75	1,56	17 - 18
10	99865879	Malpighiáceas	***Malpighia emarginata***	Acerola	Nativa	5,41	2,79	1,59	19 - 20
11	99865880	morta							21 - 22
12	99865881	morta							23 - 24
13	99865882	morta							25 - 26
14	99865883	Fabaceae	***Leucanea leucocephala***	Leucaena	Exótica	8,60	4,28	1,84	27 - 28
15	99865884	Fabaceae	***Caesalpinia echinara***	Pau Brasil	Nativa	7,01	3,07	1,75	29 - 30
16	99865885	Compretaceae	***Terminalia catappa L***	Amendoeira	Exótica	41,72	12,5	3,93	31 - 32
17	99865886	Compretaceae	***Terminalia catappa L***	Amendoeira	Exótica	41,45	11,89	3,73	33 - 34
18	99865887	Compretaceae	***Terminalia catappa L***	Amendoeira	Exótica	26,75	13,46	5,15	35 - 36
19	99865888	Chrysobalanaceae	***Licania tomentosa***	Oiti	Nativa	36,31	13,71	3,06	37 - 38
20	99865889	Malpighiáceas	***Malpighia emarginata***	Acerola	Nativa	6,01	1,32	1,05	39 - 40

Figura 5.1.16: Levantamento arbóreo realizado em maio de 2016
Fonte: Elaborado pela autora, 2017

- Para a implantação da Clínica da Família foram removidas seis espécies das quais quatro já estavam mortas.

ID nº 4 - Amendoeira

ID nº 9 - Acerola

PRAÇA LEALDINA MUNIZ

10. ANÁLISES DE CAMPO

- A praça possui duas quadras, uma área de convivência e alguma arborização.
- As espécies arbóreas estão necessitando de manutenção e cuidados. Algumas estão tomadas de erva passarinho e outras pragas.
- Os brinquedos da praça estão necessitando de substituição e colocação de novos tipos.

Figura 5.1.17: Mobiliário e quadra
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017.

- Possui uma ampla área sem nenhum mobiliário ou indivíduo arbóreo.
- A praça conta com um número relativamente adequado de bancos, no entanto eles estão localizados em áreas onde a incidência solar é grande.
- A área não possui lixeiras o que acaba gerando o descarte irresponsável do lixo por todos os cantos da praça.

Figura 5.1.18: Espaço livre
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017.

- A iluminação da praça é feita por postes do tipo quatro pétalas e nas quadras refletores triplos ou quádruplos. Apenas a quantidade de postes e a distribuição dos mesmos é que deixa a desejar.

Figura 5.1.19:Postes
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017.

PRAÇA LEALDINA MUNIZ

11. IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DA CLÍNICA DA FAMÍLIA

Figura 5.1.20: Calçada entre praça e Clínica
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017.

- Nesse primeiro caso analisado, os impactos da implantação da clínica nessa área da praça foram, até certo ponto, positivos por se tratar de área que era destinada à construção de escola, e que, portanto, até a implantação da clínica não era utilizada com área de lazer dos moradores.

Figura 5.1.21: Calçada e rampa acessível
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017.

- A implantação da clínica não levou em consideração a Norma Brasileira de Acessibilidade e ignorou os acessos por rampas formando barreiras principalmente aos cadeirantes.

Figura 5.1.22:Calçada
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017.

- Outrossim, não houve um cuidado para a implantação: a clínica dá as costas para a praça. Os passeios possuem larguras diferentes em cada lado da clínica, sendo que em alguns casos não há espaço suficiente para cumprir a exigência de arborização de passeio.

PRAÇA LEALDINA MUNIZ

12. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA OCUPAÇÃO POR CLÍNICAS

Figura 5.1.23: Vista aérea da Clínica
Fonte: Autora, 2018

13. ANÁLISES DOS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DA CLÍNICA

Figura 5.1.24: Diagrama dos impactos mais significativos
Fonte: Autora, 2018

PRAÇA LEALDINA MUNIZ

14. USOS, FUNÇÕES E APROPRIAÇÕES

Trecho da praça, na Rua Alcerir Maria da Silva, é utilizado por autoescolas para aula de baliza.

Figura 5.1.25: Foto
Fonte: Foto da Autora, outubro de 2017

15. RELAÇÕES DOS MORADORES COM A PRAÇA

Mesmo sob a influência de altas temperaturas (foto tirada em 14 de novembro de 2017 às 11h51min) os moradores utilizavam a quadra de futebol.

Figura 5.1.26: Foto
Fonte: Foto da Autora, outubro de 2017

16. PERFIL DOS FREQUENTADORES DA PRAÇA

O perfil de uso da Praça Lealdina Muniz segue um padrão de utilização típico de praças, onde de acordo com a idade os gêneros os números vão se alterando. Na infância, seguindo o equilíbrio de nascimentos, homens e mulheres frequentam a pracinha. Com o passar dos anos a frequência a partir da ótica de gêneros modifica com predomínio dos homens por conta da oferta de equipamentos preferidos pelo sexo masculino. No entanto, são as mulheres que acompanham os mais jovens nas idas à praça. Foram entrevistados 10 frequentadores em cada praça.

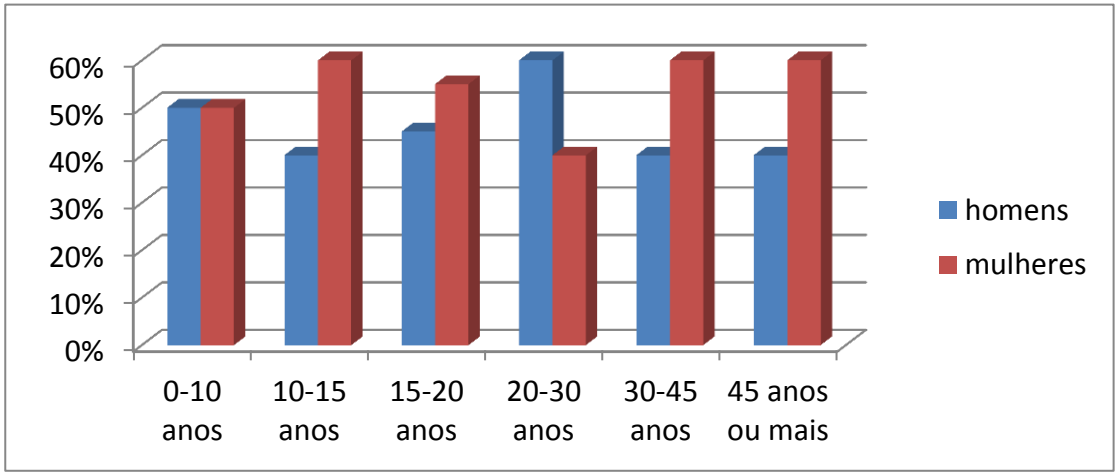


Figura 5.1.27: Gráfico de perfil dos frequentadores
Fonte: Pesquisa de campo realizada entre janeiro e fevereiro de 2018

PRAÇA LEALDINA MUNIZ

17. RELAÇÃO DA PRAÇA COM O ENTORNO

A Praça Lealdina Muniz é circundada por edificações de baixo gabarito, notadamente residências o que confere à área um aspecto típico de praças interioranas. Percebe-se uma uniformidade na volumetria, pois a maioria das construções possui dimensões, altura e forma bastante parecidas. O lote predominante na área, de dimensões razoáveis, incentiva a implantação das construções a ocuparem boa parte do lote. As construções possuem pouca variação em altura.

18. RELAÇÃO DA CLÍNICA COM A PRAÇA

A Clínica da Família foi implantada dando “as costas” para a praça. A entrada é feita pela Rua Padre Josino Tavares e não há nenhuma relação da praça com a clínica além da visibilidade permitida pelo gradeamento.

19. IMPACTOS POSITIVOS DA IMPLANTAÇÃO DA CLÍNICA

Não há como negar que a questão da segurança melhorou com a implantação da clínica naquela área. O movimento causado pela construção e posteriormente pelo uso da clínica fortaleceu esse sentimento de segurança.

20. IMPACTOS NEGATIVOS DA IMPLANTAÇÃO DA CLÍNICA

Notadamente a questão mais impactante sob o ponto de vista negativo é a falta de integração entre o espaço livre e o espaço privado.

PRAÇA LEALDINA MUNIZ

FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

- **Fontes bibliográficas:**

ABREU, Aloisio. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Zahar, 1987

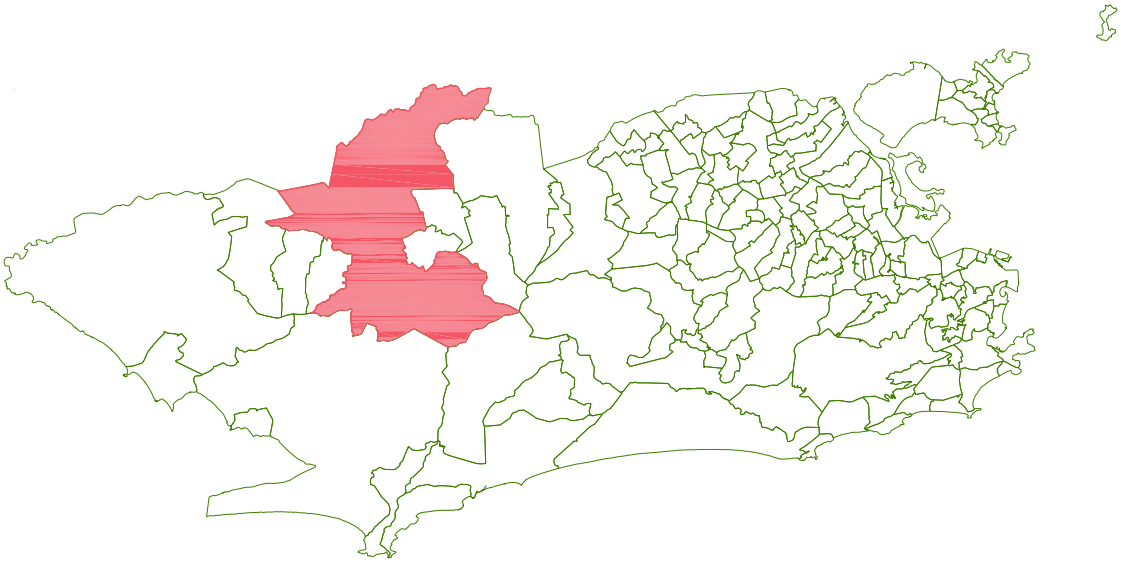
MANSUR, André Luis. O **Velho Oeste Carioca: História da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (De Deodoro a Sepetiba) do século XVI aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2008.

- **Sites consultados:**

http://armazemdados.img.com.br/HistoriaDosBairros/index.html?appid=41d00924c573463e8ba92c1b2b4f5641

http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/principal.asp

http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=096ae1e5497145838ca64191be66f3e3



ANÁLISES FÍSICAS, SOCIOCULTURAIS E CENSITÁRIAS

5.2. PRAÇA PEDRO VELOSO DA SILVEIRA

Campo Grande

PRAÇA PEDRO VELOSO DA SILVEIRA

ANÁLISES FÍSICAS, SOCIOCULTURAIS E CENSITÁRIAS

DADOS

BAIRRO: CAMPO GRANDE

ÁREA DE PLANEJAMENTO: A.P. 5

DATA DE NOMEAÇÃO DO LOGRADOURO: 29 /11/ 1985 através do Decreto nº 5583

TIPOLOGIAS DO ENTORNO:

RESIDÊNCIAS DE UM OU DOIS PAVIMENTOS E MULTIFAMILIARES

ÁREA DA PRAÇA:

(CONFORME PAL 38228)

6.684,52m²

ÁREA DESAFETADA:

(CONFORME DECRETO Nº 41903 de 2016)

2.182,62m²

ÁREA ATUAL DA PRAÇA:

(APÓS IMPLANTAÇÃO DAS CLÍNICAS DA FAMÍLIA)

4.491,90m²

LOCALIZAÇÃO

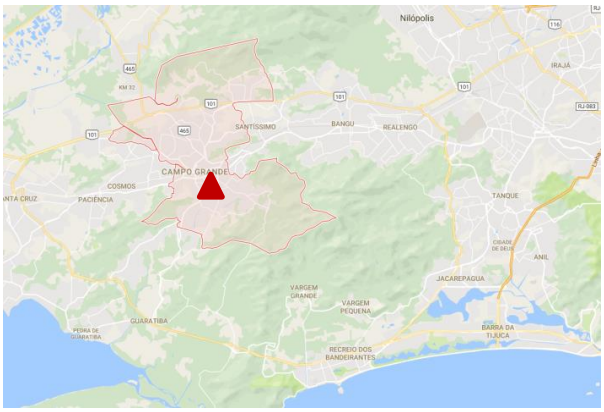


Figura 5.2.1: O bairro na cidade do Rio de Janeiro
Fonte: Google Maps com alteração da autora, 2017

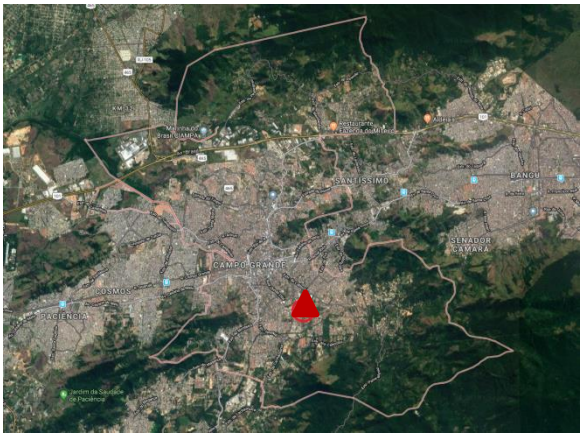


Figura 5.2.2: Localização da praça no bairro
Fonte: Google Maps com alteração da autora, 2017

CARACTERIZAÇÃO

Figura 5.2.3: Foto aérea da praça
Fonte: IPP com intervenção da autora, 2017

Figura 5.2.4: Vista área após implantação da Clínica da Família.
Fonte: Autora, outubro de 2017

PRAÇA PEDRO VELOSO DA SILVEIRA

1. HISTÓRICO DO BAIRRO[8]

As terras que iam do atual bairro de Deodoro, passavam por Bangu e iam até Cosmos, faziam parte das paragens conhecidas como o "Campo Grande". A região, que ia do rio da Prata ao Mendanha, era habitada pelos índios Picinguaba. Após a fundação da Cidade em 1565, passou a pertencer à grande Sesmaria de Irajá. Desmembrada em 1673, a área foi doada, pelo Governo Colonial, a Manoel Barcelos Domingos, dono de vasta propriedade que se estendia até o Gericinó.

Em 1757, foi criada a freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, onde foi construída a Igreja Matriz, ainda existente.

Na região, as atividades principais eram o cultivo da cana-de-açúcar e a criação do gado bovino. Os produtos eram escoados pela Estrada Real de Santa Cruz, que ia até São Cristóvão. Entre 1760 e 1770, na antiga fazenda do Mendanha, o padre Antonio Couto da Fonseca plantou as primeiras mudas de café que alavancaram o desenvolvimento da cultura cafeeira por todo o Vale do Paraíba, até Minas Gerais.

A partir da segunda metade do século XIX, com a implantação da E. F. Dom Pedro II, foi construída a estação de Campo Grande, inaugurada em 2 de dezembro de 1879, que muito contribuiu para o adensamento do núcleo urbano do bairro, pois facilitava o acesso ao Centro da Cidade. Em 1894, a Cia de Carris Urbanos ganhou a concessão para explorar linha de bondes a tração animal, alcançando localidades mais distantes. Em 1915, foram implantados os bondes elétricos, aumentando a ocupação da área e estimulando um intenso comércio interno.

Com a decadência da cultura do café, a região voltou-se para a citricultura. Dos primeiros anos do século XX até a década de 1940, Campo Grande foi considerada uma grande região produtora de laranjas, o que lhe rendeu o nome de "Citrolândia". Na década de 1930, durante o governo de Washington Luis, a Estrada Real de Santa Cruz foi incorporada à antiga estrada Rio-São Paulo, integrando Campo Grande ao tecido urbano da Cidade.

Na década de 60, no governo de Carlos Lacerda, a Avenida Brasil, aberta em 1946, atingiria Campo Grande. A partir daí, surgiu o Distrito Industrial de Campo Grande e a indústria de pneus Michelin, que deram novo perfil à região, antes agrícola. Grandes loteamentos foram implantados ao longo dos eixos formados pelas estradas do Cabuçu, do Pré, do Monteiro, da Cachamorra, do Campinho, do Pedregoso, de Sete Riachos, do Mendanha e da Posse. Merece destaque a Serra do Mendanha, com sua reserva florestal e cachoeiras e o Parque Estadual da Pedra Branca, com trilhas apropriadas ao ecoturismo, que dão acesso ao ponto culminante do Município, o Pico da Pedra Branca, com 1025 metros de altitude.

Cabe acrescentar que a denominação, delimitação e codificação do bairro foram estabelecidas pelo Decreto Nº 3158, de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280, de 23 de agosto de 1985.

[8] História dos Bairros através do site "Armazém de Dados da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro" acessado em maio de 2017.

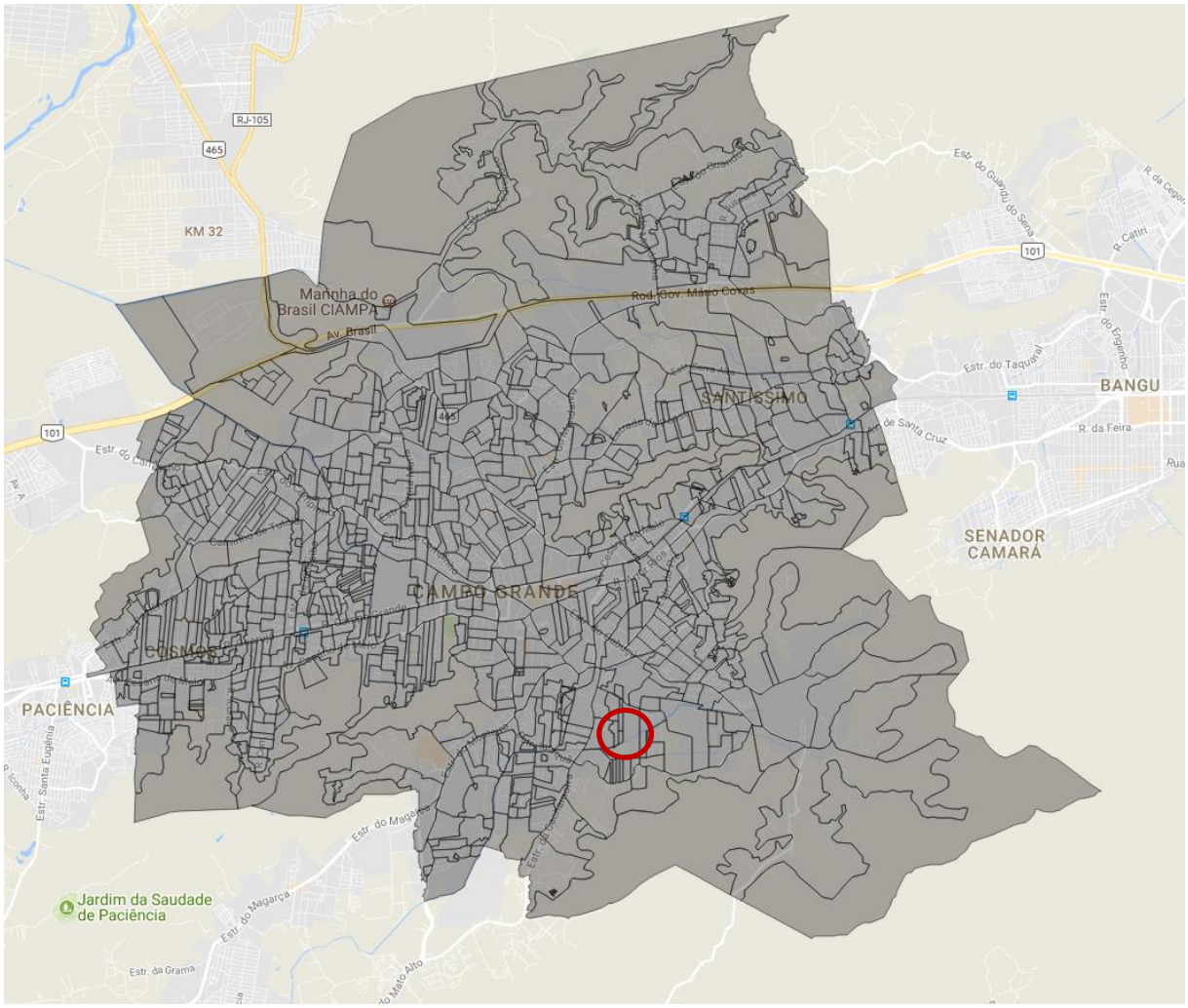


Figura 5.2.5: Bairro de Campo Grande com localização da praça
Fonte: IBGE, outubro de 2017

PRAÇA PEDRO VELOSO DA SILVEIRA

2. PAL 35.488

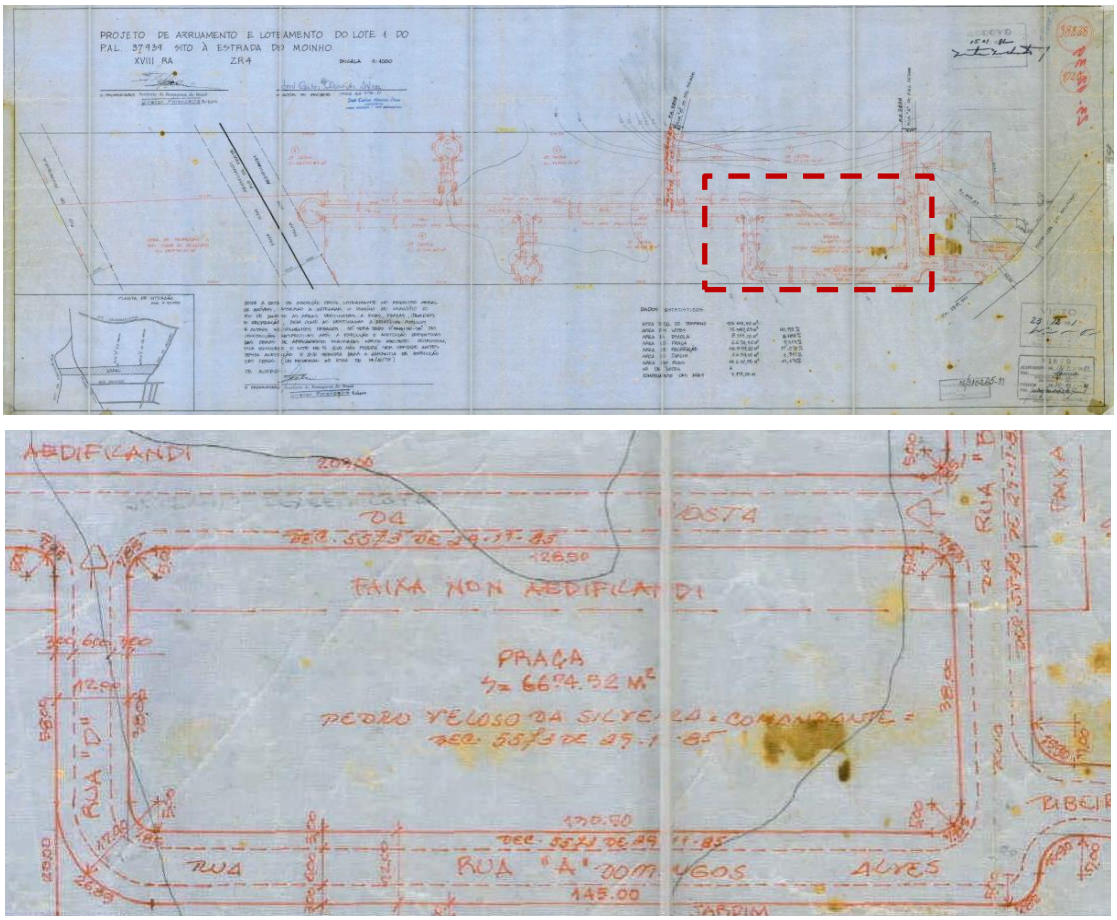


Figura 5.2.6: Projeto de Alinhamento e loteamento – PAL 35488
Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo – PCRJ, 2016

3. LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

Figura 5.2.7: Praça Pedro Veloso da Silveira
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017.

PRAÇA PEDRO VELOSO DA SILVEIRA

4. PAL 35.488

TIPOLOGIAS DO ENTORNO

O tipo predominante do entorno da Praça Pedro Veloso da Silveira é de imóveis de um ou dois pavimentos, sendo algumas com terraços. No entanto no entorno da praça também há um conjunto de residencial multifamiliar.

Figura 5.2.8: Tipologias construtivas
Fonte: https://granjaverdeimoveis.com.br
acessado em março de 2018

GABARITOS DO ENTORNO

O gabarito baixo é predominante na paisagem da zona oeste, tanto nas residências quanto nos demais usos. No entanto destaca-se na paisagem alguns prédios com oito pavimentos. Na foto abaixo o Conjunto habitacional do Sisal.

Figura 5.2.9: Tipologia, gabarito e ocupações
Foto da autora, outubro de 2017

FLUXOS DO ENTORNO

O fluxo de veículos no entorno da praça é relativamente pequeno, porém nas ruas trafegam ônibus.

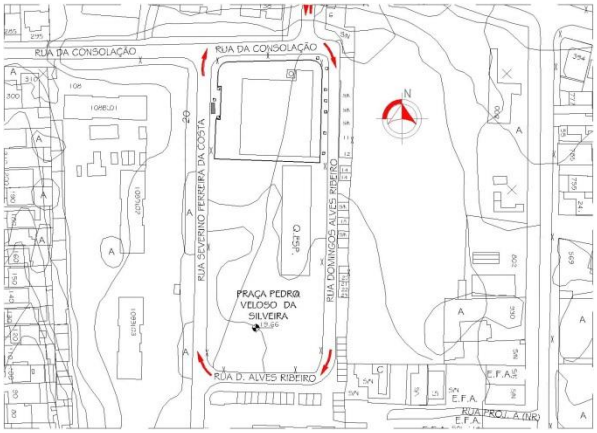


Figura 5.2.10: Fluxos
Fonte: Desenho da autora sobre cadastral, 2018

USO DO SOLO DO ENTORNO

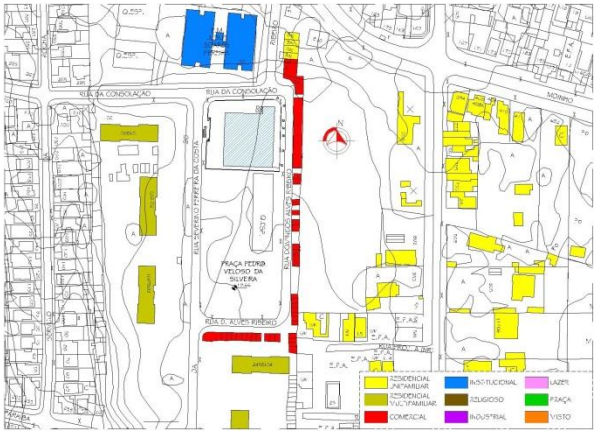


Figura 5.2.11: Usos
Fonte: Desenho da autora sobre cadastral, 2018

O uso do solo no entorno da Praça Pedro Veloso Da Silveira da Silveira é misto. Um pequeno comércio se destaca em duas das laterais do quadrilátero que forma a praça.

PRAÇA PEDRO VELOSO DA SILVEIRA

5. MAPA FIGURA FUNDO

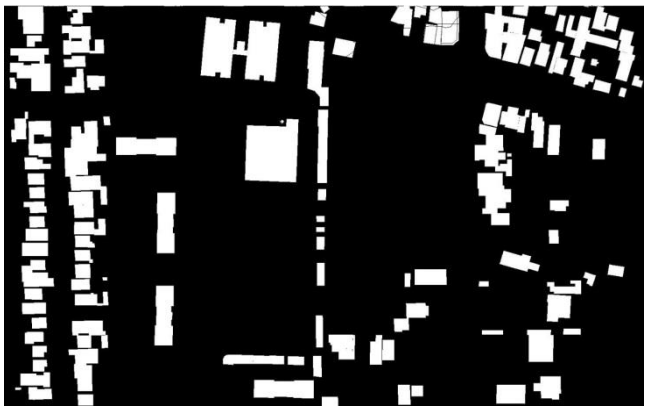


Figura 5.2.12: Mapa figura-fundo
Fonte: Desenho da autora sobre base cadastral da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2018

O mapa de figura e fundo do entorno da Praça Pedro Veloso da Silveira aponta para extensos espaços livres, sejam eles a própria praça, o campo de futebol adjacente ou os espaços livres privados, especialmente os intraquadras pertencentes aos condomínios que são bastante característicos nessa área de Campo Grande.

6. PLANTA BAIXA

Figura 5.2.13: Planta baixa
Fonte: Desenho da autora sobre cadastral, 2018

7. CORTES TRANSVERSAIS

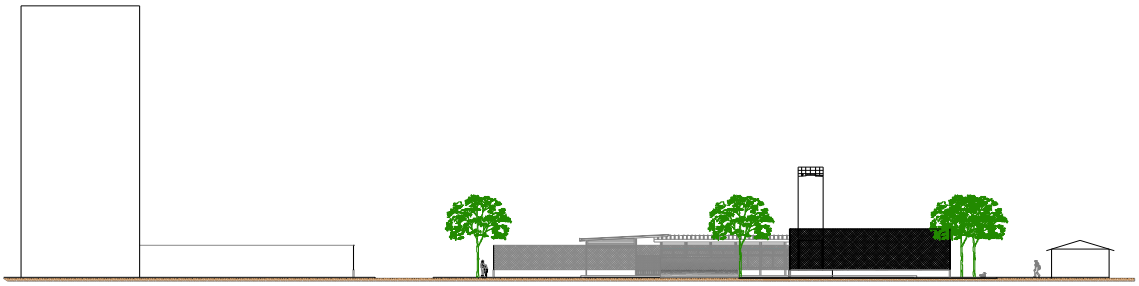


Figura 5.2.14: Cortes
Fonte: Desenho da autora, 2018

PRAÇA PEDRO VELOSO DA SILVEIRA

8. AVALIAÇÕES VISUAIS

		BANCOS	QUADRAS	EQUIPAMENTO DE LAZER	EQUIPAMENTO DE ESPORTE	OBRAS DE ARTE	ACESSIBILIDADE	ILUMINAÇÃO	LIXEIRA	BICICLETÁRIO	ORELHÃO	CERCAMENTO	VESTIÁRIOS	QUIOSQUE	PERGOLADOS	SEGURANÇA	JARDIM	ARBORIZAÇÃO DE CALÇADA	ARBORIZAÇÃO DA PRAÇA	MEIO FIO
SITUAÇÃO GERAL DE CONSERVAÇÃO	BOM																			
	REGULAR		X	X	X															
	RUIM	X														X			X	
	PÉSSIMO						X	X	X					X			X	X		X
	INEXISTENTE					X				X	X	X	X		X					

Figura 5.2.15: Levantamento realizado entre janeiro e fevereiro e 2017
Fonte: Elaborado pela autora, 2017

9. ELEMENTOS VEGETAIS

Nº.	ETQ. Nº.	FAMÍLIA	ESPÉCIE		ORIGEM	DAP	ALTURA (m)	COPA (m)	FOTOS
			NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR					
1	B3689202	Myrtaceae	*Syzygium cumini*	Jamelão	exótica	50,00	11,15	2,78	01 - 02
2	B3689203	Myrtaceae	*Syzygium cumini*	Jamelão	exótica	46,18	12,55	4,21	03 - 04
3	B3689204	Combretaceae	*Terminalia catappa L*	Amendoeira	exótica	19,43	7,95	3,62	05 - 06
4	B3689205	Combretaceae	*Terminalia catappa L*	Amendoeira	exótica	15,29	6,65	4,10	07 - 08
5	B3689206	Combretaceae	*Terminalia catappa L*	Amendoeira	exótica	30,25	7,51	2,82	09 - 10
6	B3689207	Combretaceae	*Terminalia catappa L*	Amendoeira	exótica	9,87	5,86	2,90	11 - 12
7	B3689208	Combretaceae	*Terminalia catappa L*	Amendoeira	exótica	28,34	8,92	2,92	13 - 14
8	B3689209	Combretaceae	*Terminalia catappa L*	Amendoeira	exótica	13,06	3,82	1,54	15 - 16
9	B3689210	Myrtaceae	*Syzygium cumini*	Jamelão	exótica	48,09	12,96	5,52	17 - 18
10	B3689211	Myrtaceae	*Syzygium cumini*	Jamelão	exótica	49,36	10,9	5,70	19 - 20
11	B3691673	Myrtaceae	*Syzygium cumini*	Jamelão	exótica	55,41	13,6	5,85	21 - 22
12	B3691674	Myrtaceae	*Syzygium cumini*	Jamelão	exótica	49,04	14,24	7,70	23 - 24
13	B3691675	Myrtaceae	*Syzygium cumini*	Jamelão	exótica	63,69	14,42	4,18	25 - 26
14	B3691676	Myrtaceae	*Syzygium cumini*	Jamelão	exótica	49,68	14,8	5,81	27 - 28
15	B3691677	Combretaceae	*Terminalia catappa L*	Amendoeira	exótica	34,71	11,11	5,05	29 - 30
16	B3691678	Combretaceae	*Terminalia catappa L*	Amendoeira	exótica	15,61	6,5	2,94	31 - 32
17	B3691679	Myrtaceae	*Syzygium cumini*	Jamelão	exótica	63,69	13,1	5,62	33 - 34
18	B3691680	Myrtaceae	*Syzygium cumini*	Jamelão	exótica	53,18	8,68	3,30	35 - 36
19	B3691681	Myrtaceae	*Syzygium cumini*	Jamelão	exótica	46,82	7,92	4,30	37 - 38
20	B3691682	Combretaceae	*Terminalia catappa L*	Amendoeira	exótica	22,93	6,13	2,86	39 - 40
21	B3693065	Myrtaceae	*Syzygium cumini*	Jamelão	exótica	43,95	10,28	3,93	41 - 42
22	B3693066	Myrtaceae	*Syzygium cumini*	Jamelão	exótica	7,4/11,2/8,3	5,73	3,01	43 - 44

Figura 5.2.16: Levantamento arbóreo realizado em maio de 201
Fonte: Elaborado pela autora, 2017

- A implantação da clínica da família respeitou as árvores existentes, desta forma não houve necessidade de remoção arbórea.

PRAÇA PEDRO VELOSO DA SILVEIRA

10. ANÁLISE DE CAMPO

- A praça possui duas quadras, uma área de convivência e alguma arborização.
- As espécies arbóreas estão necessitando de manutenção e cuidados. Algumas estão tomadas de erva passarinho e outras pragas.
- Os brinquedos da praça estão necessitando de manutenção e reparos.

Figura 5.2.17: Mobiliário
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017.

- Possui uma ampla área sem nenhum mobiliário ou indivíduo arbóreo.
- A praça conta com um número relativamente adequado de bancos, no entanto eles estão localizados em áreas onde a incidência solar é grande.
- A área não possui lixeiras o que acaba gerando o descarte irresponsável do lixo por todos os cantos da praça.

Figura 5.2.18: Quadra
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017.

- A iluminação da praça é feita por postes do tipo padrão com uma pétala, ora voltado para a praça ora voltado para a via. São esparsos e frequentemente escondido entre os galhos das inúmeras árvores, o que gera várias áreas de sombra. Nas proximidades das quadras a iluminação é feita com refletores duplos.

Figura 5.2.19: Postes
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017.

PRAÇA PEDRO VELOSO DA SILVEIRA

11. IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DA CLÍNICA DA FAMÍLIA

Figura 5.2.20: Fundações
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017.

- Nesse caso, ainda não dá para mensurar os impactos da implantação da clínica, pois essa obra foi paralisada pelo poder público.

Figura 5.2.21: Tapumes
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017.

- O status da obra no momento da paralisação é de construção do *radier* e da mureta que futuramente irá receber o gradil.

Figura 5.2.22: Calçadas
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017.

- A instalação de tapumes somada à suspensão das obras gerou insegurança. Os próprios moradores retiraram os tapumes que cercavam a obra paralisada.

PRAÇA PEDRO VELOSO DA SILVEIRA

12. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA OCUPAÇÃO POR CLÍNICAS

Figura 5.2.23: Vista aérea das fundações da Clínica
Fonte: Foto da autora, outubro 2017

13. ANÁLISES DOS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DA CLÍNICA

Figura 5.2.24: Diagrama dos impactos da implantação da clínica
Fonte: Elaborado pela autora, 2018

PRAÇA PEDRO VELOSO DA SILVEIRA

14. USOS, FUNÇÕES E APROPRIAÇÕES

Trecho com brinquedos. As opções são consideráveis em relação às outras praças estudadas, no entanto os mesmos necessitam de manutenção e reparos.

Figura 5.2.25: Brinquedos
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017

15. RELAÇÕES DOS MORADORES COM A PRAÇA

As áreas são utilizadas pelos moradores nos finais de semana. Durante a semana o uso é maior nos horários de entrada e saída da escola.

Figura 5.2.26: Foto
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017

16. PERFIL DOS FREQUENTADORES DA PRAÇA

Pela proximidade da Escola Municipal Jesus Soares Pereira, a Pedro Veloso da Silveira é bastante frequentada por crianças e jovens de diversas faixas etárias. Por conta disso há um equilíbrio nos gêneros até a faixa dos 20 anos. A partir daí a predominância do sexo feminino se deve a natureza dos serviços oferecidos nos arredores da praça que consistem basicamente em salões de beleza e papelaria. Foram entrevistados 10 frequentadores em cada praça.

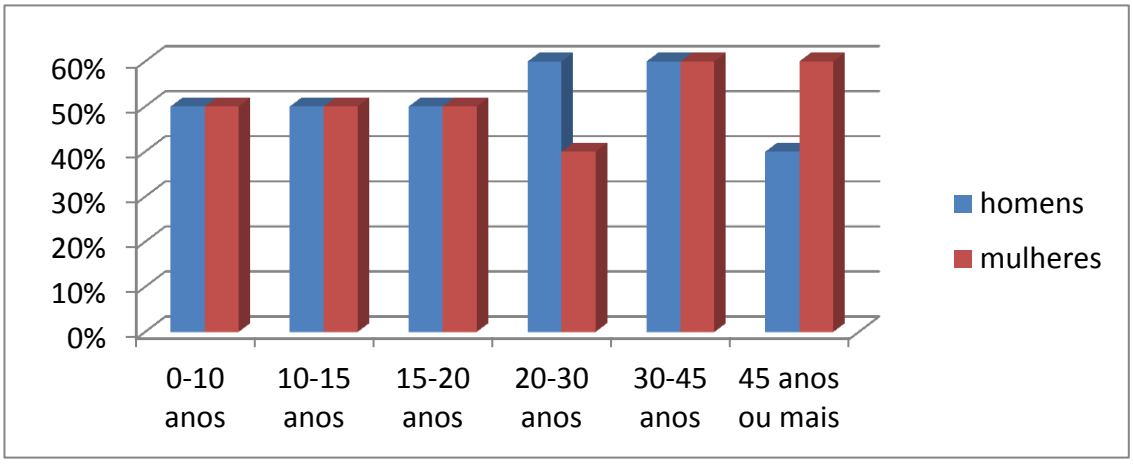


Figura 5.2.27: Gráfico do perfil dos frequentadores
Fonte: Pesquisa de campo realizada entre janeiro e fevereiro e 2017

PRAÇA PEDRO VELOSO DA SILVEIRA

17. RELAÇÃO DA PRAÇA COM O ENTORNO

A Praça Pedro Veloso da Silveira é circundada por edificações multifamiliares e comércio e serviços. Um grande condomínio de prédios - Morada do Moinho - domina o entorno marcando visivelmente a paisagem. Dentro dos lotes há grandes áreas livres sem uso definido sendo utilizado comumente como estacionamento.

18. RELAÇÃO DA CLÍNICA COM A PRAÇA

A Clínica da Família está sendo implantada dando “as costas” para a praça. A entrada será feita pela Rua Severino Ferreira da Costa e não há nenhuma relação da praça com a clínica além da visibilidade permitida pelo gradeamento. O gradeamento previsto para a demarcação do lote da clínica deixarão as calçadas estreitas da mesma forma que ocorreu em outras ocupações.

19. IMPACTOS POSITIVOS DA IMPLANTAÇÃO DA CLÍNICA

Ainda não dá para mensurar os impactos positivos, mas como visto nos demais casos estudados a questão da segurança poderá melhorar com a implantação da clínica naquele trecho da praça. O movimento causado pelo uso da clínica poderá fortalecer esse aspecto da sensação de segurança.

20. IMPACTOS NEGATIVOS DA IMPLANTAÇÃO DA CLÍNICA

Como já observado na clínica da Praça Lealdina Muniz, a questão mais impactante sob o ponto de vista negativo é a falta de integração entre o espaço livre e o espaço privado.

PRAÇA PEDRO VELOSO DA SILVEIRA

FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

- **Fontes bibliográficas:**

ABREU, Aloisio. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Zahar, 1987

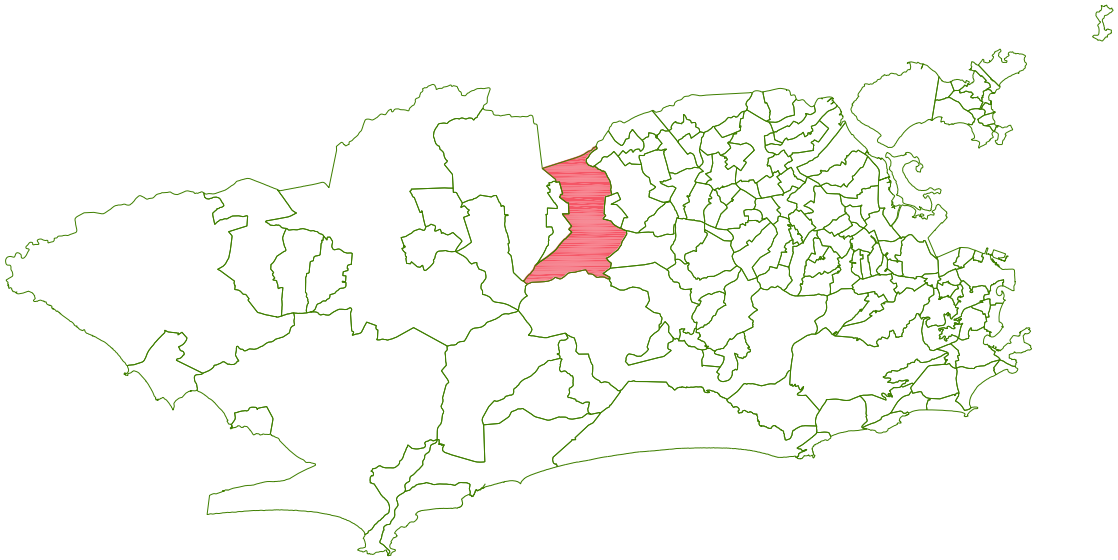
MANSUR, André Luis. O **Velho Oeste Carioca: História da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (De Deodoro a Sepetiba) do século XVI aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2008.

- **Sites consultados:**

http://armazemdados.img.com.br/HistoriaDosBairros/index.html?appid=41d00924c583463e8ba92c1b2b4f5641

http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/principal.asp

http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=096ae1e5497145838ca64191be66f3e3#



ANÁLISES FÍSICAS, SOCIOCULTURAIS E CENSITÁRIAS

5.3. PRAÇA MAROBÁ

Realengo

PRAÇA MAROBÁ

ANÁLISES FÍSICAS, SOCIOCULTURAIS E CENSITÁRIAS

DADOS

BAIRRO: CAMPO GRANDE

ÁREA DE PLANEJAMENTO: A.P. 5

DATA DE NOMEAÇÃO DO LOGRADOURO: não foram encontradas informações

TIPOLOGIAS DO ENTORNO:

RESIDÊNCIAS DE UM OU DOIS PAVIMENTOS E SHOPPING

ÁREA DA PRAÇA:

(CONFORME PAL 18249)

5.990,00m²

ÁREA DESAFETADA:

(CONFORME DECRETO Nº 41412 de 2016)

1.401,30m²

ÁREA ATUAL DA PRAÇA:

(APÓS IMPLANTAÇÃO DAS CLÍNICAS DA FAMÍLIA)

4.588,70m²

CARACTERIZAÇÃO

Figura 5.3.4: Foto aérea da praça
Fonte: IPP com intervenção da autora, 2017.

LOCALIZAÇÃO

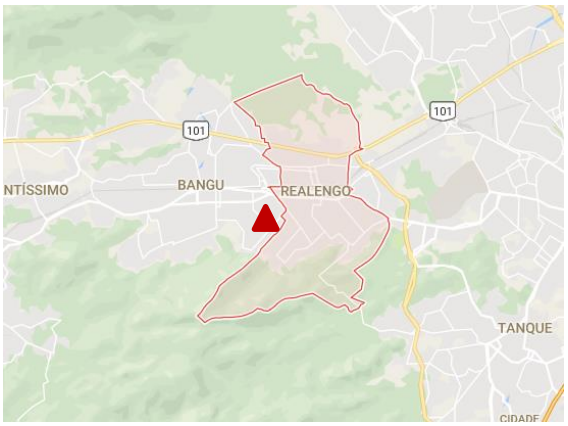


Figura 5.3.1: O bairro na cidade do Rio de Janeiro
Fonte: Google Maps com alteração da autora, 2017

Figura 5.3.2: Localização da praça no bairro
Fonte: Google Maps com alteração da autora, 2017

Figura 5.3.4: Vista aérea da praça após implantação da Clínica da Família.
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017.

PRAÇA MAROBÁ

1. HISTÓRICO DO BAIRRO[9]

Ao contrário da versão de que Realengo seria uma abreviatura de "Real Engenho", o nome teria como origem o termo "Campos Realengos", usado para nomear os campos de serventia pública que eram utilizados, principalmente, para a pastagem do gado por parte dos que não possuíam terra própria.

No reinado de Dom Pedro II, Realengo se converteria em Zona Militar, com a instalação da escola de tiro e da Imperial Academia Militar. Após a proclamação da República, uma série de instalações militares veio a se implantar no bairro, como o 1º Batalhão de Engenheiros (1897), a fábrica de cartuchos e artifícios de guerra (1898) e a Escola de Guerra (1911) que, mais tarde, transferiu-se para o Município de Resende.

A ferrovia chegou em 1878, com a inauguração da estação de Realengo. Terras desmembradas da antiga Fazenda Piraquara dariam lugar a arruamentos e respectivos loteamentos como o Bairro Barata, Bairro Piraquara, Vila Itambi, Jardim Novo Realengo, entre muitos outros. Do lado norte da linha férrea, surgiram os loteamentos Jardim Água Branca e Batan.

Nas décadas de 1970 e 1980, foram construídos conjuntos habitacionais como os conjuntos Dom Pedro I, Capitão Teixeira e Água Branca, e surgiram comunidades de baixa renda como a Vila São Miguel, Batan, Cosme Damião, entre outras.

Destacam-se, no bairro, a Universidade Castelo Branco (1995), a Lona Cultural Gilberto Gil (1998) e a importante Floresta do Piraquara, última grande área verde nas encostas setentrionais do Maciço da Pedra Branca.

Cabe acrescentar que a denominação, delimitação e codificação do bairro foram estabelecidas pelo Decreto Nº 3158, de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985.

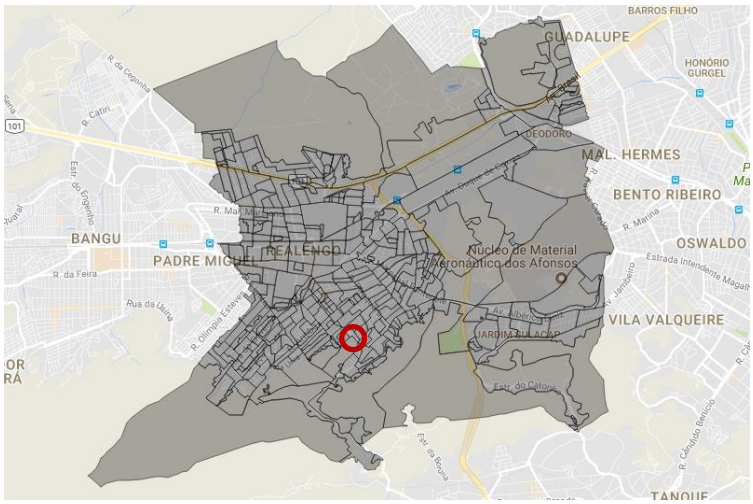


Figura 5.3.5: bairro de Realengo com Campos dos Afonsos
Fonte: IBGE, oputubro de 2017.

[9] História dos Bairros através do site "Armazém de Dados da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro" acessado em maio de 2017.

PRAÇA MAROBÁ

2. PAL 18249

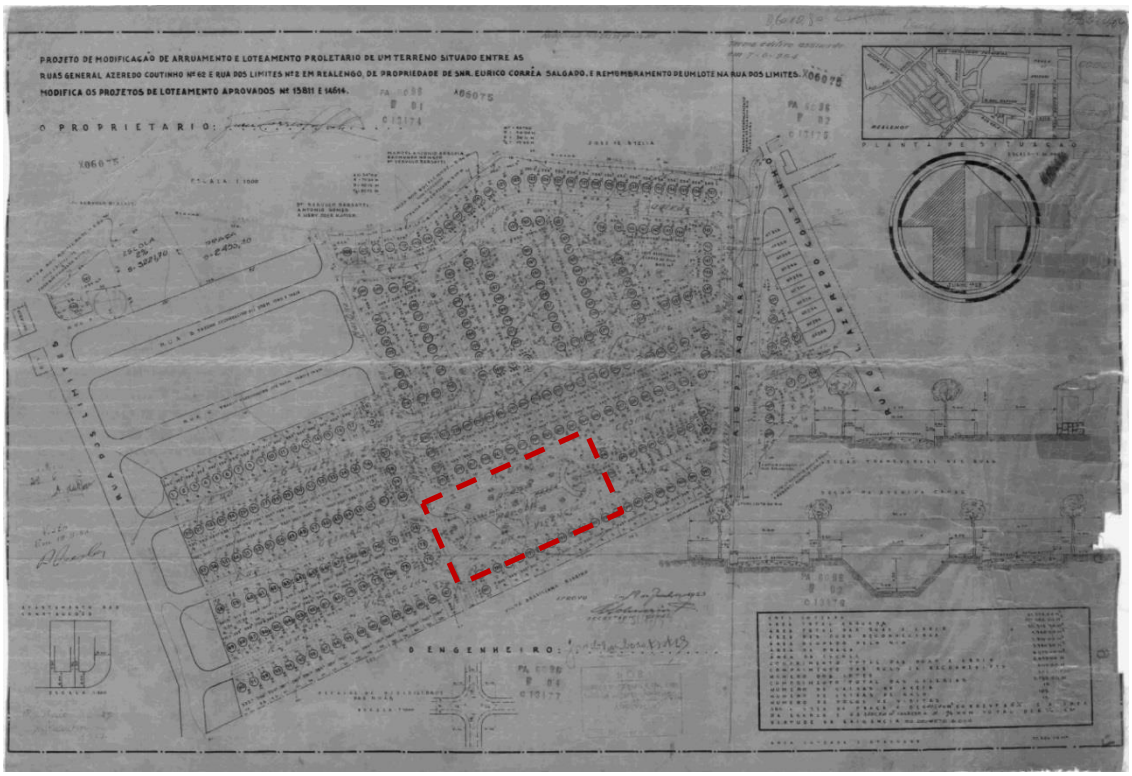


Figura 5.3.6: Projeto de Alinhamento e loteamento – PAL 18249
Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo – PCRJ, 2016

3. LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

Figura 5.3.7: Praça MAROBÁ
Fonte: Imagem do Google Street View , março de 2010.

PRAÇA MAROBÁ

4. LEVANTAMENTOS DO ENTORNO

TIPOLOGIAS DO ENTORNO

O entorno da Praça Marobá é ocupado por edificações típicas da zona oeste. Imóveis baixos, residências, sem estilo definido. Alguns imóveis possuem terraços, outros grandes telhados.

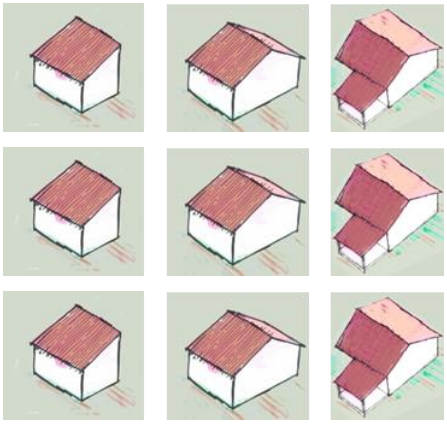


Figura 5.3.8: Tipos predominantes
Fonte: https://coisasdaarquitetura.wordpress.com acessado em março de 2018

GABARITOS DO ENTORNO

O gabarito baixo é predominante em todo o entorno da praça. Nenhuma edificação se destaca na paisagem.

Figura 5.3.9: Tipologia, gabarito e ocupações
Foto da autora, outubro de 2017

FLUXOS DO ENTORNO

O fluxo de veículos no entorno da praça é pequeno, porém constante.

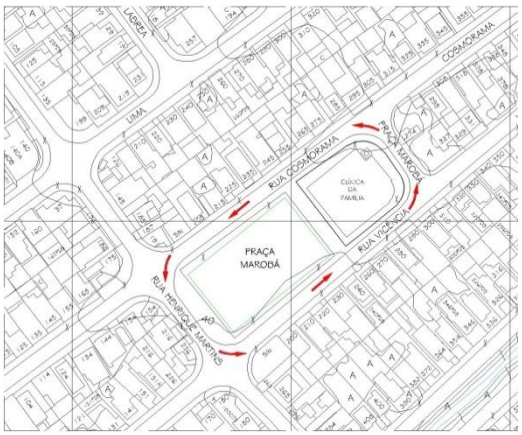


Figura 5.3.10: Fluxos
Fonte: Desenho da autora sobre cadastral, 2018

USO DO SOLO DO ENTORNO

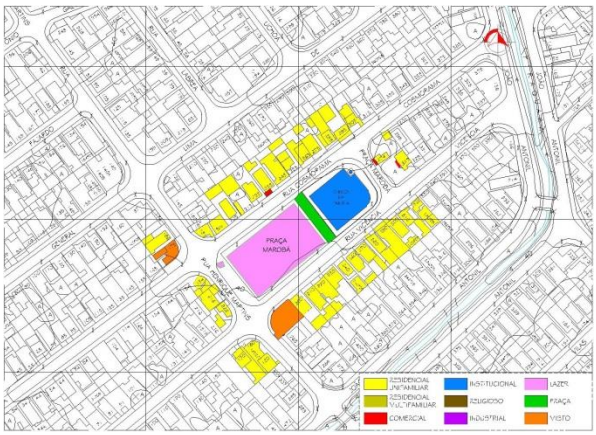


Figura 5.3.11: Usos
Fonte: Desenho da autora sobre cadastral, 2018

Por ser um ponto de confluência, a Praça Marobá possui um uso bastante diversificado com casas, comércios e serviços.

PRAÇA MAROBÁ

5. MAPA FIGURA FUNDO

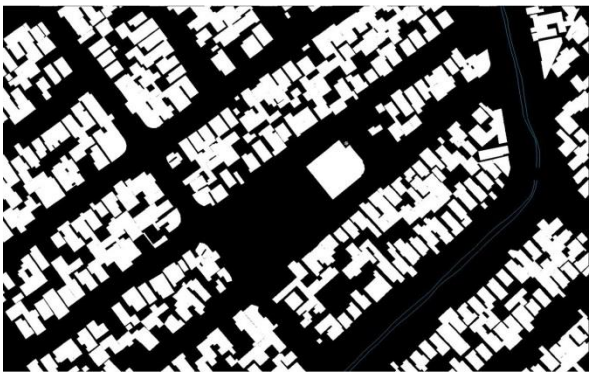


Figura 5.3.12: Mapa figura-fundo
Fonte: Desenho da autora sobre base cadastral da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2018

Com características semelhantes ao mapa de figura da Praça Lealdina Muniz, o mapa figura fundo da área do entorno da Praça Marobá mostra que a área é relativamente ocupada, a tipologia de implantação das construções utiliza boa parte o lote. A implantação das construções permite que se perceba claramente o traçado viário e os vazios deixados pela praça e terrenos não construídos. A presença do Rio Piraquara é fortemente marcada nesse mapa.

6. PLANTA BAIXA

Figura 5.3.13: Planta baixa
Fonte: Desenho da autora sobre cadastral, 2018

7. CORTES TRANSVERSAIS

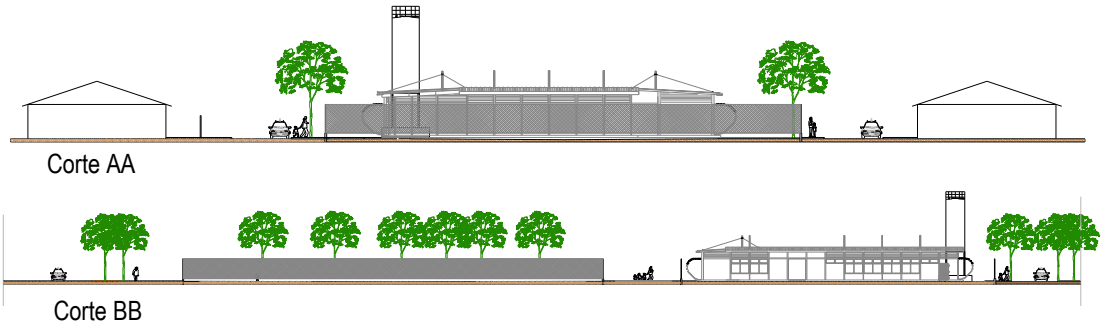


Figura 5.3.14: Cortes
Fonte: Desenho da autora, 2018

PRAÇA MAROBÁ

8. TRATAMENTO PAISAGÍSTICO

		BANCOS	QUADRAS	EQUIPAMENTO DE LAZER	EQUIPAMENTO DE ESPORTE	OBRAS DE ARTE	ACESSIBILIDADE	ILUMINAÇÃO	LIXEIRA	BICICLETÁRIO	ORELHÃO	CERCAMENTO	VESTIÁRIOS	QUIOSQUE	PERGOLADOS	SEGURANÇA	JARDIM	ARBORIZAÇÃO DE CALÇADA	ARBORIZAÇÃO DA PRAÇA	MEIO FIO
SITUAÇÃO GERAL DE CONSERVAÇÃO	BOM																			
	REGULAR																			
	RUIM		X		X			X						X		X				
	PÉSSIMO	X					X					X	X				X	X	X	X
	INEXISTENTE			X		X			X	X	X				X					

Figura 5.3.15: Levantamento realizado entre janeiro e fevereiro de 2017
Fonte: Elaborado pela autora, 2017

9. ELEMENTOS VEGETAIS

Nº.	ETQ. Nº.	FAMÍLIA	ESPÉCIE		ORIGEM	DAP (cm)	ALTURA (m)	COPA (m)	FOTOS
			NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR					
1	194700	Moraceae	*Ficus benjamina*	figueira-benjamin	Exótica	30/25	7	9,00	1
2	194701	Moraceae	*Ficus benjamina*	figueira-benjamin	Exótica	27	5	6,00	2
3	194702	Moraceae	*Ficus benjamina*	figueira-benjamin	Exótica	42/15	6	6,00	3
4	194703	Sapindaceae	*Sapindus saponaria*	sabão-de-soldado	Nativa	14	4	3,50	4
5	194704	Sapindaceae	*Sapindus saponaria*	sabão-de-soldado	Nativa	29	5	5,00	5
6	194705	Sapindaceae	*Sapindus saponaria*	sabão-de-soldado	Nativa	25	4	4,50	6
7	194706	Sapindaceae	*Sapindus saponaria*	sabão-de-soldado	Nativa	27	7	5,00	7
8	194707	Sapindaceae	*Sapindus saponaria*	sabão-de-soldado	Nativa	21	5	5,00	8
9	194708	Sapindaceae	*Sapindus saponaria*	sabão-de-soldado	Nativa	34	5	7,00	9
10	194709	Sapindaceae	*Sapindus saponaria*	sabão-de-soldado	Nativa	8	4	1,50	10
11	194710	Sapindaceae	*Sapindus saponaria*	sabão-de-soldado	Nativa	6	3,5	0,50	10
12	194711	Anacardiaceae	*Schinus terebinthifolia*	aroeira	Nativa	9	3	1,50	10
13	194712	Anacardiaceae	*Schinus terebinthifolia*	aroeira	Nativa	29	5	6,00	11
14	194713	Moraceae	*Ficus benjamina*	figueira-benjamin	Exótica	50	7	5,00	12
15	194714	Moraceae	*Ficus benjamina*	figueira-benjamin	Exótica	18/18/16/14/11	7	5,00	13
16	194715	Moraceae	*Ficus benjamina*	figueira-benjamin	Exótica	40	7	7,00	14
17	194716	Sapindaceae	*Sapindus saponaria*	sabão-de-soldado	Nativa	38	6	6,00	15
18	194717	Sapindaceae	*Sapindus saponaria*	sabão-de-soldado	Nativa	40	7	7,00	16
19	194718	Sapindaceae	*Sapindus saponaria*	sabão-de-soldado	Nativa	19	4	5,00	17

Figura 5.3.16: Levantamento arbóreo realizado em
Fonte: Elaborado pela autora, 2017

- Para a implantação da clínica da família houve a necessidade de remoção de apenas um indivíduo arbóreo, uma *ficus benjamina*.

ID nº 2 – Figueira-benjamin

PRAÇA MAROBÁ

10. ANÁLISE DE CAMPO

- A praça tem uma intensa vida social por conta da quadra de futebol onde são disputadas partidas do esporte.
- As árvores ficam no entorno da quadra, mas estão em péssimo estado de conservação.

Figura 5.3.16 Quadra
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017.

- Não existem brinquedos na praça. Não existe opção de lazer para as crianças na Praça Marobá.
- As espécies arbóreas estavam necessitando de manutenção e cuidados. Algumas estavam tomadas de erva passarinho e outras pragas.
- A área não possuía lixeiras o que acabava gerando o descarte irresponsável do lixo por todos os cantos da praça.

Figura 5.3.17: Calçada
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017.

- A iluminação da praça era feita por postes do tipo quatro pétalas com refletores na área da quadra de futebol.

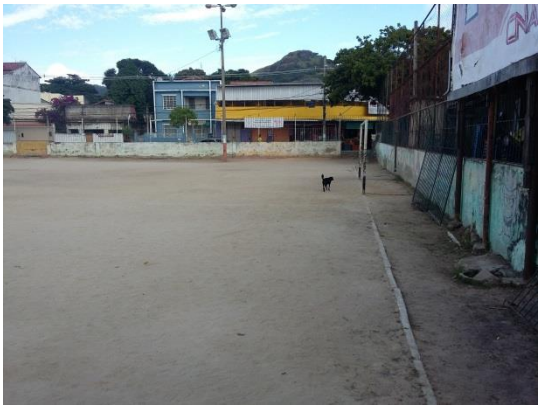


Figura 5.3.18: Postes
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017.

PRAÇA MAROBÁ

11. IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DA CLÍNICA DA FAMÍLIA

Figura 5.3.19:Cava de árvore
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017.

- A implantação da clínica na área da Praça não levou em consideração as árvores existentes no passeio. Com isso em vários trechos não existe passagem de pedestres no passeio.

Figura 5.3.20: Calçada interrompida
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017.

- Em alguns trechos não há nenhuma possibilidade de passagem.

Figura 5.3.21: Brise soleil danificado
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017.

- Outro problema recorrente na implantação das clínicas tão próximas a campos de futebol é que a estrutura do *brise soleil* acaba sendo danificada pelas boladas.

PRAÇA MAROBÁ

12. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA OCUPAÇÃO POR CLÍNICAS

Figura 5.3.22: Vista aérea da Clínica da Família
Fonte: Foto da autora, 2017

13. ANÁLISES DOS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DA CLÍNICA

Figura 5.3.23: Diagrama dos impactos da implantação da clínica
Fonte: Elaborado pela autora, 2018

PRAÇA MAROBÁ

14. USOS, FUNÇÕES E APROPRIAÇÕES

A grande quadra domina praticamente todo espaço disponível da praça. A quadra é mantida pela associação de moradores, um político local e com patrocínio dos comerciantes que expõem suas propagandas nas laterais do cercado.

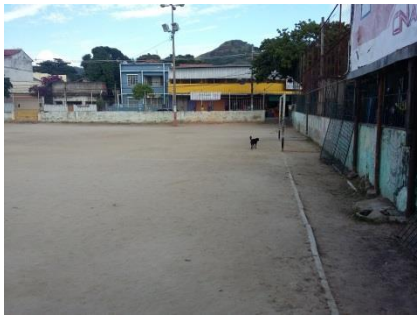


Figura 5.3.24: Quadra
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017

15. RELAÇÕES DOS MORADORES COM A PRAÇA

Por ser uma praça onde a quadra de futebol ocupa toda a área de lazer, uma vez que não há outros atrativos, a praça é utilizada majoritariamente por homens, principalmente nos finais de semana.

Figura 5.3.25: Jogadores
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017

16. PERFIL DOS FREQUENTADORES DA PRAÇA

A Praça Marobá dentre as praças estudada é onde mais sobressai o domínio masculino por conta da intensa atividade futebolística. As mulheres geralmente estão de passagem. Poucas crianças foram vistas na praça, no entanto o predomínio é de meninos. Foram entrevistados 10 frequentadores em cada praça.

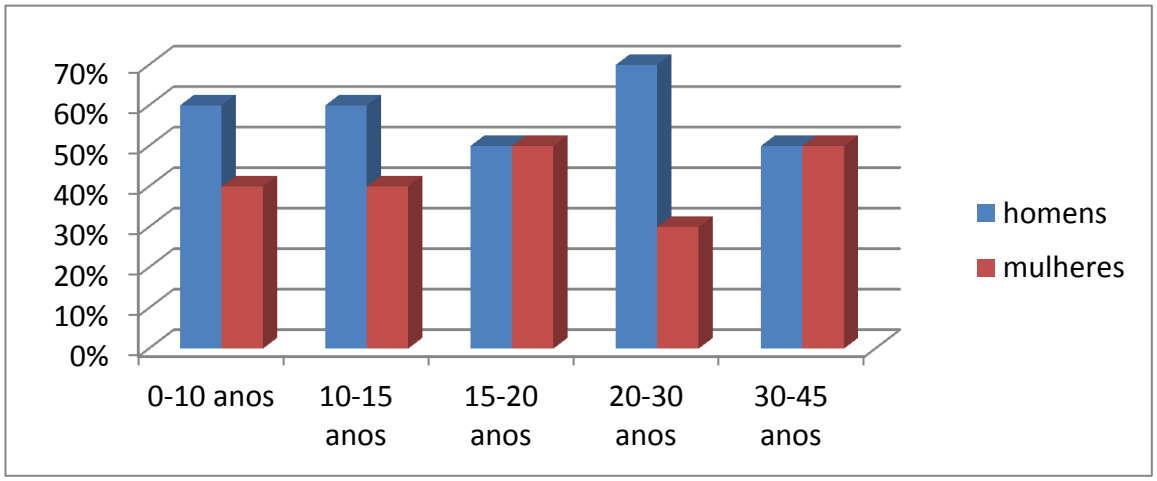


Figura 5.3.26: Gráfico com perfil dos frequentadores
Fonte: Pesquisa de campo realizada entre janeiro e fevereiro e 2017

PRAÇA MAROBÁ

17. RELAÇÃO DA PRAÇA COM O ENTORNO

A Praça Marobá é circundada por edificações de baixo gabarito, com uso misto entre residencial, comercial e de serviços. Percebe-se uma uniformidade na volumetria, pois a maioria das construções possui dimensões, altura e forma bastante parecidas. O tipo de lote predominante incentiva a implantação das construções em boa parte do lote. As construções possuem pouca variação em altura.

18. RELAÇÃO DA CLÍNICA COM A PRAÇA

A Clínica da Família Romulo Carlos Teixeira foi implantada de fundos para a praça. A entrada é feita pela Rua Sem Nome e cujo endereço oficial é Praça Marobá e não há nenhuma relação da praça com a clínica além da visibilidade permitida pelo gradeamento.

19. IMPACTOS POSITIVOS DA IMPLANTAÇÃO DA CLÍNICA

Além dos aspectos de ter uma Clínica da Família na porta de casa, os moradores do entorno da Praça Marobá relataram que a clínica acabou com o ruído que eles percebiam vindo da quadra existente no local antes da ocupação.

20. IMPACTOS NEGATIVOS DA IMPLANTAÇÃO DA CLÍNICA

Caso mais grave de descaso na implantação das clínicas em praça, a questão mais impactante sob o ponto de vista negativo é a total falta de acessibilidade. Os passeios que já eram estreitos tornaram-se praticamente inexistentes em alguns trechos em vista da presença de elementos arbóreos de porte consideráveis, e a falta de integração entre o espaço livre e o espaço privado conforme relatado nas ocupações anteriores.

PRAÇA MAROBÁ

FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

- **Fontes bibliográficas:**

ABREU, Aloisio. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Zahar, 1987

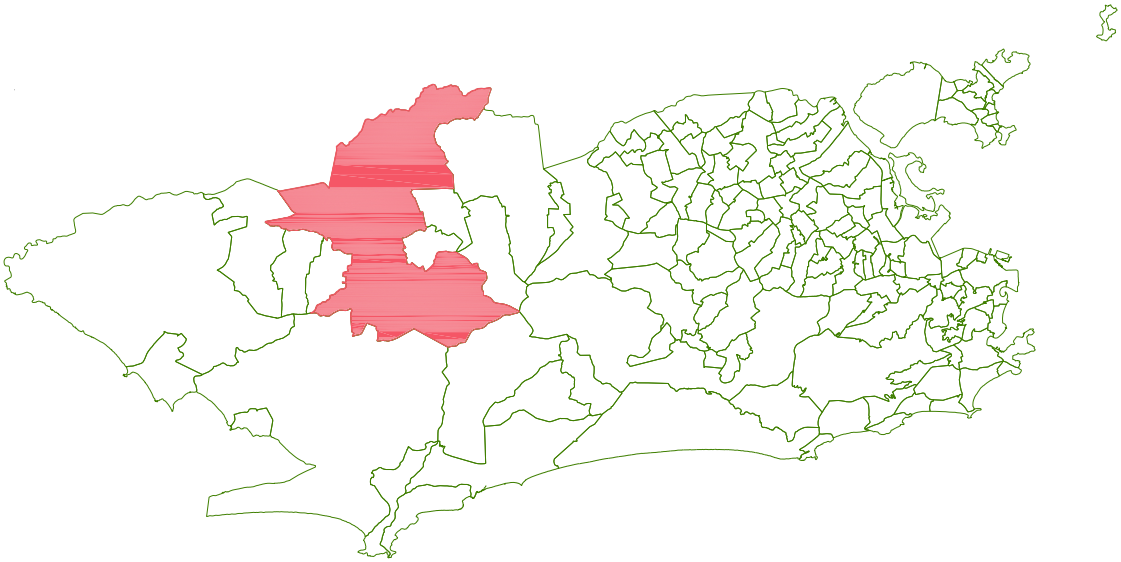
MANSUR, André Luis. O **Velho Oeste Carioca: História da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (De Deodoro a Sepetiba) do século XVI aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2008.

- **Sites consultados:**

http://armazemdados.img.com.br/HistoriaDosBairros/index.html?appid=41d00924c574464e7ba92c1b2b4f5641

http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/principal.asp

http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=096ae1e5497145747ca64191be66f4e4#



ANÁLISES FÍSICAS, SOCIOCULTURAIS E CENSITÁRIAS

5.4. PRAÇA SANGRADOURO

Campo Grande

PRAÇA SANGRADOURO

ANÁLISES FÍSICAS, SOCIOCULTURAIS E CENSITÁRIAS

DADOS

BAIRRO: CAMPO GRANDE

ÁREA DE PLANEJAMENTO: A.P. 5

DATA DE NOMEAÇÃO DO LOGRADOURO: 09 /11/ 1981 através do Decreto nº 3282

TIPOLOGIAS DO ENTORNO:

RESIDÊNCIAS DE UM OU DOIS PAVIMENTOS E SHOPPING

ÁREA DA PRAÇA:

(CONFORME PAL 36717)

2.574,00m²

ÁREA DESAFETADA:

(CONFORME DECRETO Nº41413 de 2016)

2.574,00m²

ÁREA ATUAL DA PRAÇA:

(APÓS IMPLANTAÇÃO DAS CLÍNICAS DA FAMÍLIA)

0,00m²

LOCALIZAÇÃO

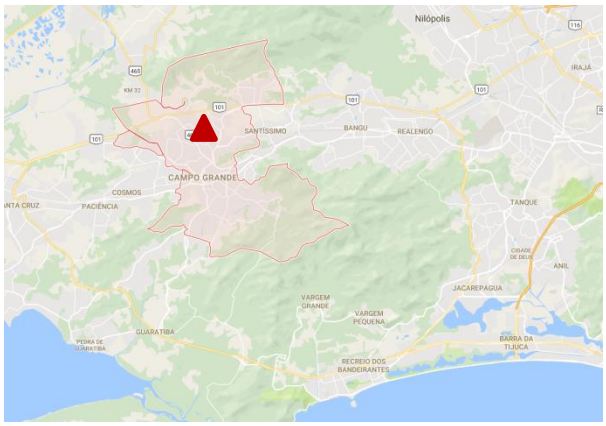


Figura 5.4.1: O bairro na cidade do Rio de Janeiro
Fonte: Google Maps com alteração da autora, 2017

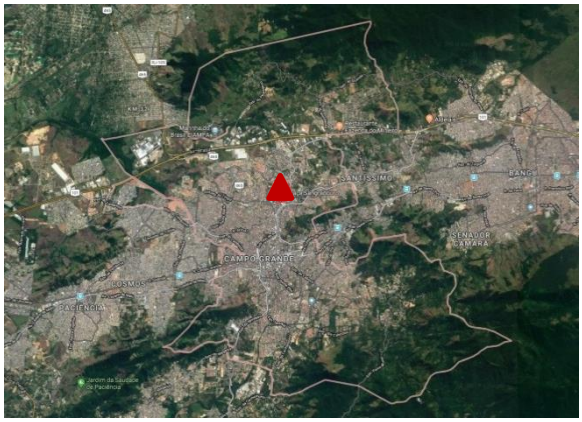


Figura 5.4.2: Localização da praça no bairro
Fonte: Google Maps comAlteração da autora, 2017

CARACTERIZAÇÃO

Figura 5.4.3: Foto aérea da praça
Fonte: IPP com intervenção da autora, 2017.

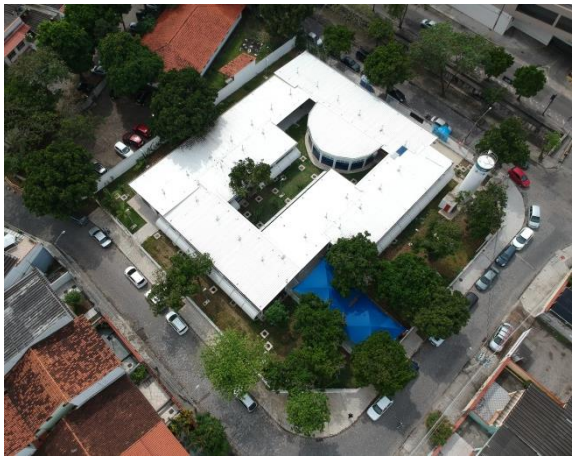


Figura 5.4.4: Vista área da praça após implantação da Clínica da Família.
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017.

PRAÇA SANGRADOURO

1. PAL 36717

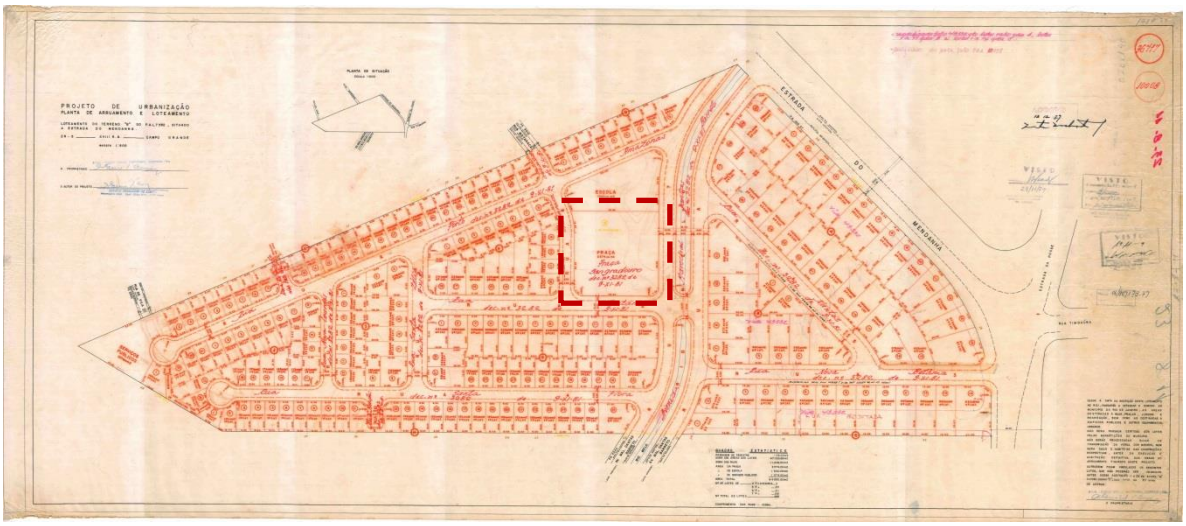


Figura 5.4.5: Projeto de Alinhamento e loteamento – PAL 36717
Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo – PCRJ, 2016

2. LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

Figura 5.4.6: Praça Sangradouro
Fonte: Imagem do Google Street Viewer de outubro de 2014.

PRAÇA SANGRADOURO

3. LEVANTAMENTOS DO ENTORNO

TIPOLOGIAS DO ENTORNO

Destaca-se no entorno da Praça Sangradouro, o grande centro comercial do bairro de Campo Grande West Shopping. Além do shopping, a tipologia predominante no entorno da praça é de residências unifamiliares de um ou dois pavimentos e algum pequeno comercio local.

Figura 5.4.7: Tipologias predominantes
Fonte: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos acessado em março de 2018

GABARITOS DO ENTORNO

O gabarito baixo é predominante em todo o entorno da praça, sendo o shopping a edificação mais alta.

Figura 5.4.8: Tipologia, gabarito e ocupações
Foto da autora, outubro de 2017

FLUXOS DO ENTORNO

O fluxo de veículos no entorno da praça é médio, porém a Estrada do Mendanha é uma via arterial de fluxo intenso.

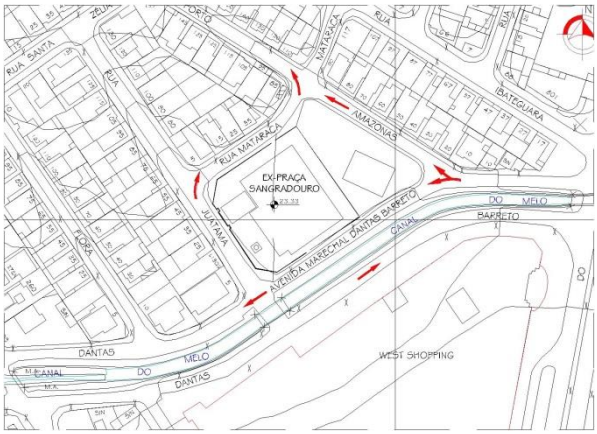


Figura 5.4.9: Fluxos
Fonte: Desenho da autora sobre cadastral, 2018

USO DO SOLO DO ENTORNO

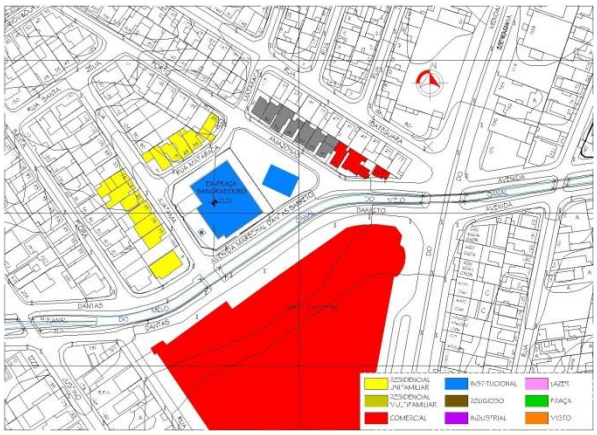


Figura 5.4.10: Usos
Fonte: Desenho da autora sobre cadastral, 2018

O uso do solo no entorno da Praça Sangradouro é misto. Destacando-se o uso comercial por conta do West Shopping.

PRAÇA SANGRADOURO

4. MAPA FIGURA FUNDO

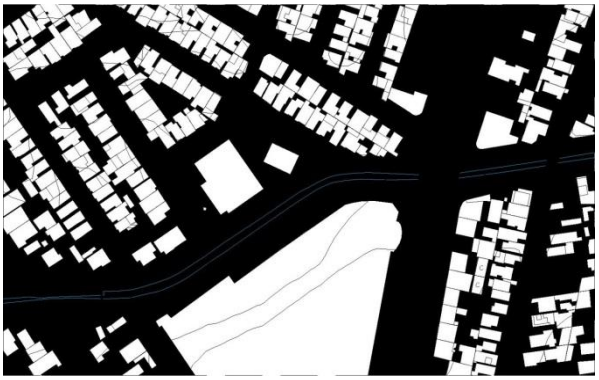


Figura 5.4.11: Mapa figura-fundo
Fonte: Desenho da autora sobre base cadastral da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2018

Os vazios mais perceptíveis no mapa de figura e fundo do entorno da antiga Praça Sangradouro são das largas avenidas que margeiam o shopping e terrenos não construídos. Nas demais áreas a predominância é da tipologia de implantação das construções que utiliza boa parte do lote, situação típica de boa parte da zona oeste do Rio de Janeiro, principalmente na AP5.

5. PLANTA BAIXA

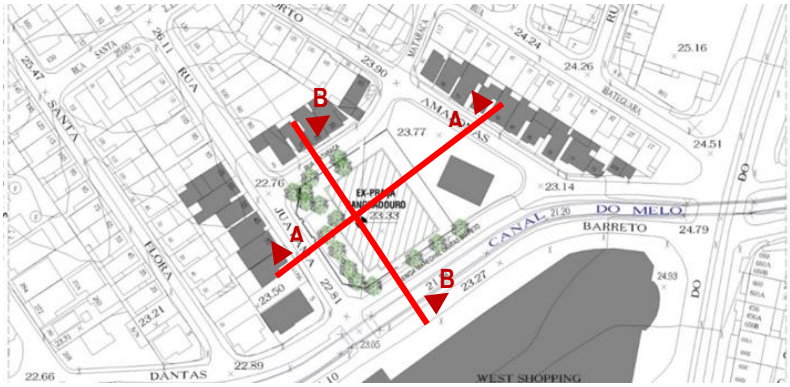


Figura 5.4.12: Planta baixa
Fonte: Desenho da autora sobre cadastral, 2018

6. CORTES TRANSVERSAIS

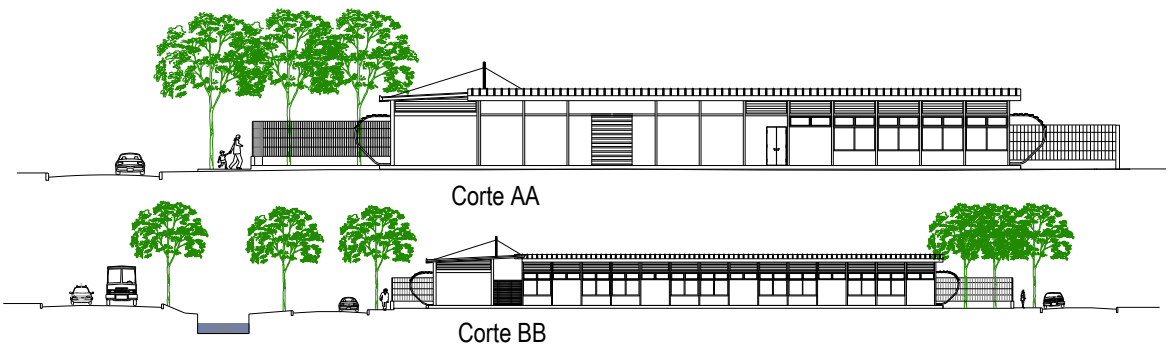


Figura 5.4.13: Cortes
Fonte: Desenho da autora, 2018

PRAÇA SANGRADOURO

7. TRATAMENTO PAISAGÍSTICO

		BANCOS	QUADRAS	EQUIPAMENTO DE LAZER	EQUIPAMENTO DE ESPORTE	OBRAS DE ARTE	ACESSIBILIDADE	ILUMINAÇÃO	LIXEIRA	BICICLETÁRIO	ORELHÃO	CERCAMENTO	VESTIÁRIOS	QUIOSQUE	PERGOLADOS	SEGURANÇA	JARDIM	ARBORIZAÇÃO DE CALÇADA	ARBORIZAÇÃO DA PRAÇA	MEIO FIO
SITUAÇÃO GERAL DE CONSERVAÇÃO	BOM																			X
	REGULAR						X	X								X		X	X	
	RUIM								X											
	PÉSSIMO																			
	INEXISTENTE	X	X	X	X	X				X	X	X	X	X	X		X			

Figura 5.4.14: Levantamento realizado entre janeiro e fevereiro e 2017
Fonte: Elaborado pela autora, 2018

8. ELEMENTOS VEGETAIS

Nº	ETQ. Nº.	FAMÍLIA	ESPÉCIE		ORIGEM	DAP	ALTURA (m)	COPA (m)	FOTOS
			NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR					
1	99865852	Bombacaceae	*Pachira aquatica Aubl*	monguba	nativa	23,25	5,16	2,43	1 - 2
2	99865853	Bombacaceae	*Pachira aquatica Aubl*	monguba	nativa	45,54	8,89	4,47	3 - 4
3	99865854	Bombacaceae	*Pachira aquatica Aubl*	monguba	nativa	51,27	8,15	2,77	5 - 6
4	99865855	Bombacaceae	*Pachira aquatica Aubl*	monguba	nativa	34,71	8,34	5,00	7 - 8
5	99865856	Bombacaceae	*Pachira aquatica Aubl*	monguba	nativa	41,08	9,55	5,94	9 - 10
6	99865857	Bombacaceae	*Pachira aquatica Aubl*	monguba	nativa	34,39	18,65	7,71	11 - 12
7	99865858	Bombacaceae	*Pachira aquatica Aubl*	monguba	nativa	28,34	8,38	4,26	13 - 14
8	99865859	Bombacaceae	*Pachira aquatica Aubl*	monguba	nativa	34,08	7,11	4,43	15 - 16
9	99865860	Bombacaceae	*Pachira aquatica Aubl*	monguba	nativa	16,88	5,70	3,73	17 - 18
10	99865861	Bombacaceae	*Pachira aquatica Aubl*	monguba	nativa	28,34	8,85	5,32	19 - 20
11	99865862	Bombacaceae	*Pachira aquatica Aubl*	monguba	nativa	42,04	7,96	5,26	21 - 22
12	99865863	Bombacaceae	*Pachira aquatica Aubl*	monguba	nativa	79,62	9,87	6,04	23 - 24
13	99865864	Bombacaceae	*Pachira aquatica Aubl*	monguba	nativa	38,22	9,54	4,60	25 - 26
14	99865865	Bombacaceae	*Pachira aquatica Aubl*	monguba	nativa	42,68	9,15	5,82	27 - 28
15	99865866	Bombacaceae	*Pachira aquatica Aubl*	monguba	nativa	38,22	8,84	4,52	29 - 30
16	99865867	Bombacaceae	*Pachira aquatica Aubl*	monguba	nativa	42,36	9,33	4,10	31 - 32
17	99865868	Bombacaceae	*Pachira aquatica Aubl*	monguba	nativa	37,58	9,14	4,11	33 - 34
18	99865869	Combretaceae	*Terminalia catappa*	amendoeira - da - praia	exótica	22,93	10,25	2,36	35 - 36
19	99865870	Combretaceae	*Terminalia catappa*	amendoeira - da - praia	exótica	22,29	10,64	6,42	37 - 38
20	99865871	Bombacaceae	*Pachira aquatica Aubl*	monguba	nativa	59,87	13,44	5,03	39 - 40
21	99865872	Bombacaceae	*Pachira aquatica Aubl*	monguba	nativa	37,90	8,56	3,70	41 - 42
22	99865873	Bombacaceae	*Pachira aquatica Aubl*	monguba	nativa	54,78	12,31	7,22	43- 44

Figura 5.4.15: Levantamento arbóreo realizado em novembro de 2015
Fonte: Elaborado pela autora, 2018

- Para a implantação da clínica da família houve necessidade de remoção de apenas duas mongubas.

ID nº 9 - Monguba

ID nº 11 - Monguba

PRAÇA SANGRADOURO

9. ANÁLISE DE CAMPO

- A praça não possuía nenhum equipamento adequado.
- Possuía uma ampla área sem nenhum indivíduo arbóreo e que servia com campinho de futebol. O local era utilizado com frequência para instalação temporária de circos.

Figura 5.4.16: Vista da praça
Fonte: Google Street View, outubro de 2014

- Os brinquedos da praça eram poucos e necessitavam de manutenção e reparos.
- As espécies arbóreas estavam necessitando de manutenção e cuidados. Algumas estavam tomadas de erva passarinho e outras pragas.
- A área não possuía lixeiras o que acabava gerando o descarte irresponsável do lixo por todos os cantos da praça.

Figura 5.4.17: Vista lateral
Fonte: Google Street View, outubro de 2014

- Toda a iluminação da praça era feita por um único poste do tipo padrão de uma pétala na esquina das ruas Juatama com Avenida Marechal Dantas Barreto.

Figura 5.4.18: Esquina
Fonte: Google Street View, outubro de 2014.

PRAÇA SANGRADOURO

10. ANÁLISE DO IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DA CLÍNICA DA FAMÍLIA NA PRAÇA

Figura 5.4.19: Lateral da clínica
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017.

- A praça foi totalmente ocupada pela implantação da clínica.

Figura 5.4.20: Jardim lateral
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017.

- Dentro dos gradis da clínica há uma extensa área verde que ficou restrita aos usuários da clínica e no horário em que esta funciona.

Figura 5.4.21: Esquina
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017.

- Apesar dos grandes espaços ociosos dentro do lote da clínica o exterior da mesma ficou apertado com calçadas estreitas por conta da arborização do passeio. Somente na esquina há espaço, mas mal aproveitado urbanisticamente.

PRAÇA SANGRADOURO

11. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA OCUPAÇÃO POR CLÍNICAS

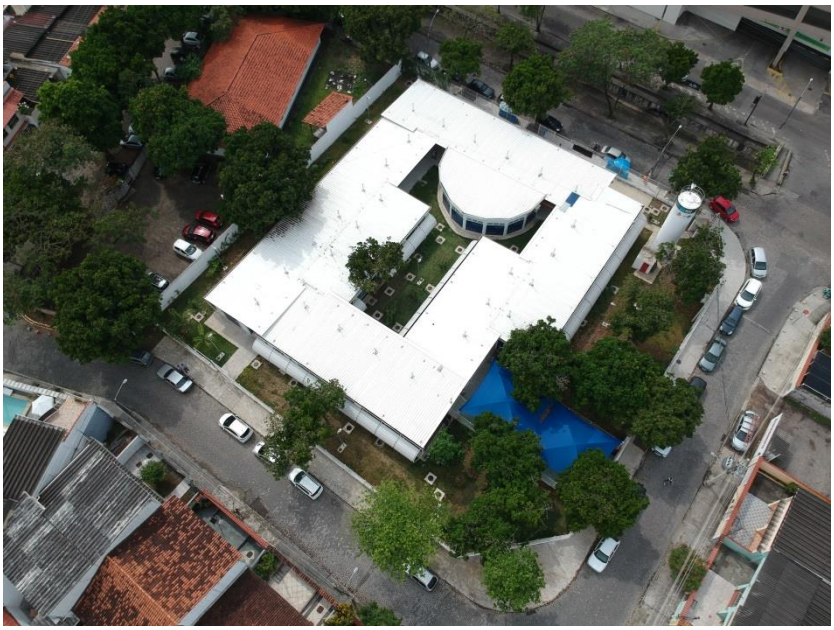


Figura 5.4.22: Vista aérea obtida da clínica
Fonte: Foto da autora, outubro de 2017

12. ANÁLISES DOS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DA CLÍNICA

Figura 5.4.23: Diagrama dos impactos da implantação da clínica
Fonte: Elaborado pela autora, 2018

PRAÇA SANGRADOURO

13. USOS, FUNÇÕES E APROPRIAÇÕES

Atualmente a clínica ocupa toda a área da antiga praça.

Figura 5.4.24: Clínica
Fonte: Google Street View, fevereiro de 2017

14. RELAÇÕES DOS MORADORES COM A PRAÇA

Não havendo mais praça a análise relacional dos moradores com a mesma ficou apenas a partir das lembranças de poucos entrevistados.

Figura 5.4.25: Vista geral
Fonte: Google Street View, outubro de 2014

15. PERFIL DOS FREQUENTADORES DA PRAÇA

Pela inexistência de praça, o local antes conhecido como Praça Sangradouro agora é basicamente frequentado por pessoas que buscam atendimento na Clínica da Família. As demais pessoas entrevistadas estavam de passagem. Foram entrevistados 10 frequentadores em cada praça.

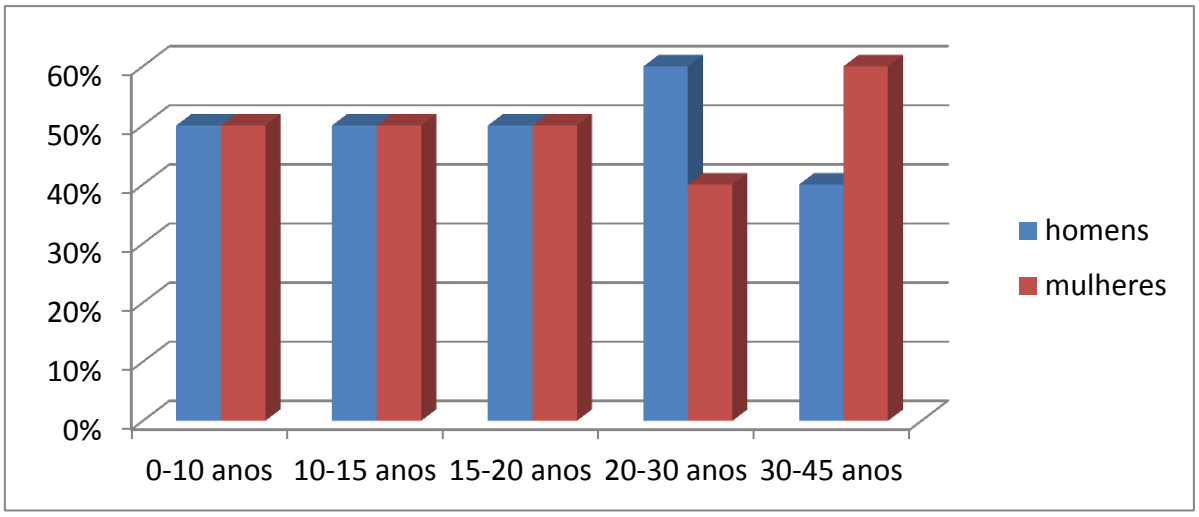


Figura 5.4.26: Gráfico de perfil dos frequentadores
Fonte: Pesquisa de campo realizada entre janeiro e fevereiro de 2017

PRAÇA SANGRADOURO

16. RELAÇÃO DA PRAÇA COM O ENTORNO

A Praça Sangradouro é circundada por edificações de baixo gabarito, com uso misto entre residencial, comercial e de serviços. Predomina na paisagem a edificação do centro comercial West Shopping que dá fundos para a praça. O lote predominante na área, de dimensões razoáveis, incentiva a implantação das construções a ocuparem boa parte do lote. As construções possuem pouca variação em altura. O canal do Melo marca a paisagem da praça por ele acompanhar a Avenida Marechal Dantas Barreto.

17. RELAÇÃO DA CLÍNICA COM A PRAÇA

Ao ocupar toda a praça a Clínica da Família Arthur Zanetti acabou com as opções de lazer do seu entorno imediato. Duas praças se encontram a pelo menos 300 metros de distância da antiga Praça Sangradouro podendo ser uma opção de lazer para os antigos usuários.

18. IMPACTOS POSITIVOS DA IMPLANTAÇÃO DA CLÍNICA

Pelo estado de abandono em que a praça se encontrava os aspectos positivos dessa ocupação, mesmo sendo ela 100% e com isso acabando com a praça, foram apontados pelos usuários do seu entorno, principalmente na questão de segurança.

19. IMPACTOS NEGATIVOS DA IMPLANTAÇÃO DA CLÍNICA

Obviamente a extinção de um espaço livre público dessa forma é nitidamente um aspecto negativo considerável, no entanto percebe-se que os aspectos negativos dessa ocupação foram mitigados pelo fato de que o local estava há muito tempo abandonado pelo poder público o que facilitou a aprovação de sua ocupação.

PRAÇA SANGRADOURO

FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

- **Fontes bibliográficas:**

ABREU, Aloisio. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

MANSUR, André Luis. O **Velho Oeste Carioca: História da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (De Deodoro a Sepetiba) do século XVI aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2008.

- **Sites consultados:**

http://armazemdados.img.com.br/HistoriaDosBairros/index.html?appid=41d00924c573463e7ba92c1b2b4f5641

http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/principal.asp

http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=096ae1e5497145737ca64191be66f3e3#

6. DIRETRIZES DE PROJETOS

6.1. Diretrizes Gerais

Ao longo da dissertação salientamos pontos importantes no âmbito do direito urbanístico para compreender os mecanismos de ocupação desses espaços livres públicos sob o ponto de vista da legalidade. Percebemos, porém que por mais que os instrumentos jurídicos garantidores da proteção da paisagem e dos espaços livres existam, esses preceitos não são respeitados. Não obstante a opinião ser contrária a essa ocupação, cabe propor diretrizes para a escolha dos espaços que receberão os futuros equipamentos públicos a fim de auxiliar os próximos governantes na intenção de preservar esses espaços ou pelo menos minimizar os impactos negativos de tal ocupação.

Esse capítulo de Diretrizes de Projeto visa a minimizar os impactos negativos da implementação de equipamentos públicos nas praças. A relação da inserção do equipamento público deve ser mais bem estudada para que haja uma harmonia nessa ocupação, sendo direcionado prioritariamente aos gestores municipais, bem como o corpo técnico da prefeitura, como apoio ao conhecimento do território e na tomada de decisão quanto à aprovação dos projetos.

A condição de inserção do equipamento urbano nos locais destinados ao lazer deve ser precedida de estudos sobre a real necessidade dessa implantação. Caso seja comprovada a necessidade dessa implantação esta deverá ser condicionada para que haja total integração desse equipamento público ao seu entorno imediato, mantendo as condições de centralidade urbana que os equipamentos comunitários oferecem.

Seguindo as orientações das consultorias realizadas durante essa pesquisa com profissionais da área do Direito Urbanístico, e salvaguardando as diferenças existentes entre o Direito Romano base do Direito Brasileiro e o Direito Americano que se utiliza do método jurídico de ponderação, e entendendo que existe a necessidade de uma adequação à técnica conhecida como ponderação de direitos, uma vez que os dois direitos em conflito (saúde e lazer) são direitos constitucionais de mesma hierarquia, construiu-se um conceito instrumental inspirado na técnica de ponderação de direitos, questionando:

1º - Se há demanda para novos equipamentos de saúde - no caso do objeto dessa pesquisa, mas serve para outros equipamentos públicos;

2º - Se existem outros terrenos, correspondendo a "próprios municipais" específicos para a implantação desse equipamento;

3º - Se existem outros espaços livres públicos menos utilizados pela comunidade que possam receber esse novo equipamento público com menos impactos negativos para seu entorno.

Figura 41: Primeira fase da ponderação
Fonte: Elaborado pela autora, 2018

Vale ressaltar que a ponderação de interesses consiste no "método necessário ao equacionamento das colisões entre princípios da Lei maior, onde se busca alcançar um ponto ótimo, em que a restrição a cada um dos bens jurídicos de estatura constitucional envolvidos seja a menor possível, na medida exata necessária à salvaguarda do bem jurídico contraposto" (SARMENTO, 2003).

Figura 42: Conflito de direitos
Fonte: Elaborado pela autora, 2018

A demanda de novas unidades da rede de saúde municipal é apontada pela Secretaria Municipal de Saúde que indica a área de atuação que necessita de ampliação de atendimento. No caso das Clínicas da Família, o sistema Saúde da Família conta com equipes que se

deslocam até as residências dos atendidos e a distância entre a unidade base e a residência deve ser a menor possível para agilizar o atendimento e ampliar o número de atendidos.

Após a constatação de que há demanda por novo equipamento, de que não há outros locais "próprios municipais" destinados especificamente para construção de equipamento público e que há outras praças cuja utilização seja precária, passamos a questionar se existem:

- Outras opções de espaços livres públicos – não necessariamente "próprios municipais", sem utilização definida;
- Outras opções de espaços livres públicos na vizinhança destinados ao lazer, de forma a averiguar o real impacto da subtração do espaço ocupado pela clínica;
- Outras opções de saúde, tais como, Clínicas da Família, Unidades de Pronto Atendimento ou hospitais próximos;
- Outros tipos de imóvel que poderiam abrigar as Clínicas da Família necessárias para atender especificamente àquelas comunidades.

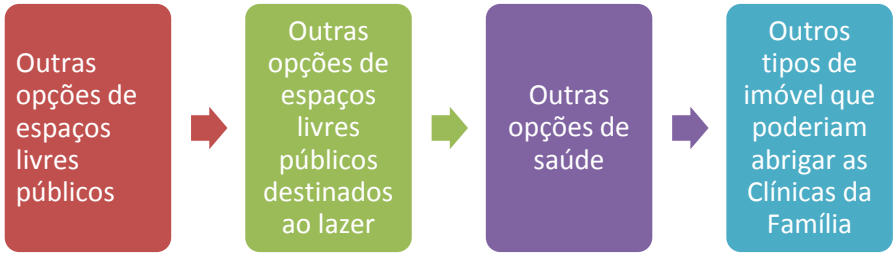


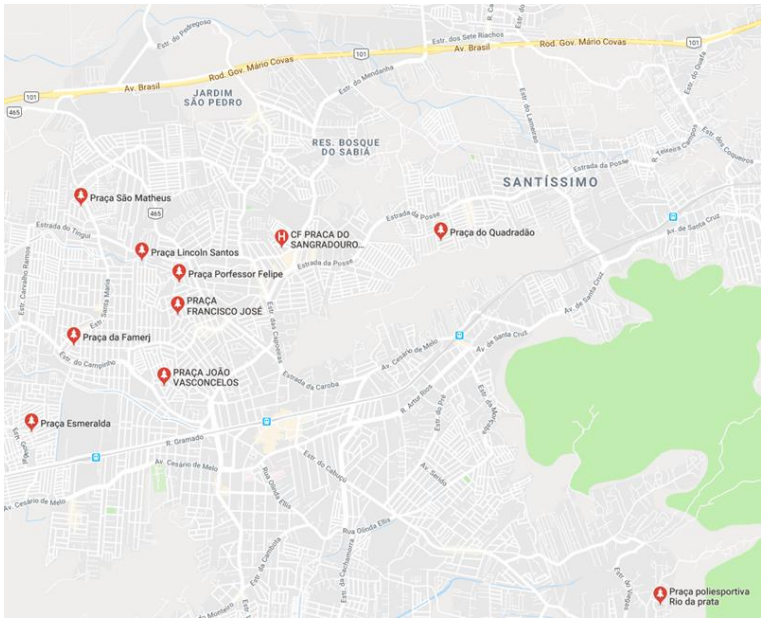
Figura 43: Segunda fase da ponderação
Fonte: Elaborado pela autora, 2018

Conforme apontamos no capítulo dedicado à fundamentação teórica baseada no Direito Urbanístico, a escolha dos terrenos por parte dos interessados, no caso a Secretaria Municipal de Saúde em conjunto com o Gabinete da Casa Civil e a Riourbe, estabelecem seus critérios baseados na localização geográfica da necessidade. Em atendimento a Lei nº 6766 de 1979, os grandes proprietários de terra são obrigados a destinar um percentual de área para que permaneça disponível para instalação de equipamento urbano e para a construção de equipamento de uso comunitário – clínicas, escolas, etc.

O fato da não utilização dos lotes oriundos do atendimento à Lei de Uso e Parcelamento do Solo – Lei nº 6766 surge como sinal de alerta de que algo está errado tanto na destinação desses lotes quanto nos critérios de escolha da área a ser destinada aos serviços públicos. Não existem diretrizes concretas para distribuição e localização desses lotes. Além

disso, não há no Brasil, em qualquer esfera do poder executivo, um controle total sobre o patrimônio imobiliário, seja ele terreno, lote ou edificação. Além disso, a Constituição Federal, nos seus art. 3º e 193º, dispõe sobre o bem estar e justiça sociais. É condição para o bem-estar social da população a oferta de infraestrutura que lhe dê suporte, como um bem coletivo constitucionalmente protegido.

Tomando como exemplo a região de Campo Grande no entorno da Praça Sangradouro, que foi ocupada na sua totalidade pela Clínica da Família Medalhista Olímpico Arthur Zanetti, em uma pesquisa no banco de dados da Prefeitura e ferramentas de pesquisa da internet encontramos algumas praças.



As praças mais próximas:

- Praça Lincoln Santos
- Praça da FAMERJ
- Praça Francisco José
- Praça Poliesportiva Rio Da Prata
- Praça João Vasconcelos
- Praça São Matheus
- Praça Esmeralda
- Praça do Quadradão
- Praça Professor Felipe

Figura 44: Localização de praças em Campo Grande
Fonte: Desenho da autora sobre imagem do Google Maps, 2018

Em um raio de 500m encontramos outros espaços semelhantes ao eliminado pela implantação da Clínica e um terreno particular que poderia ser objeto de negociação, se fosse necessário.

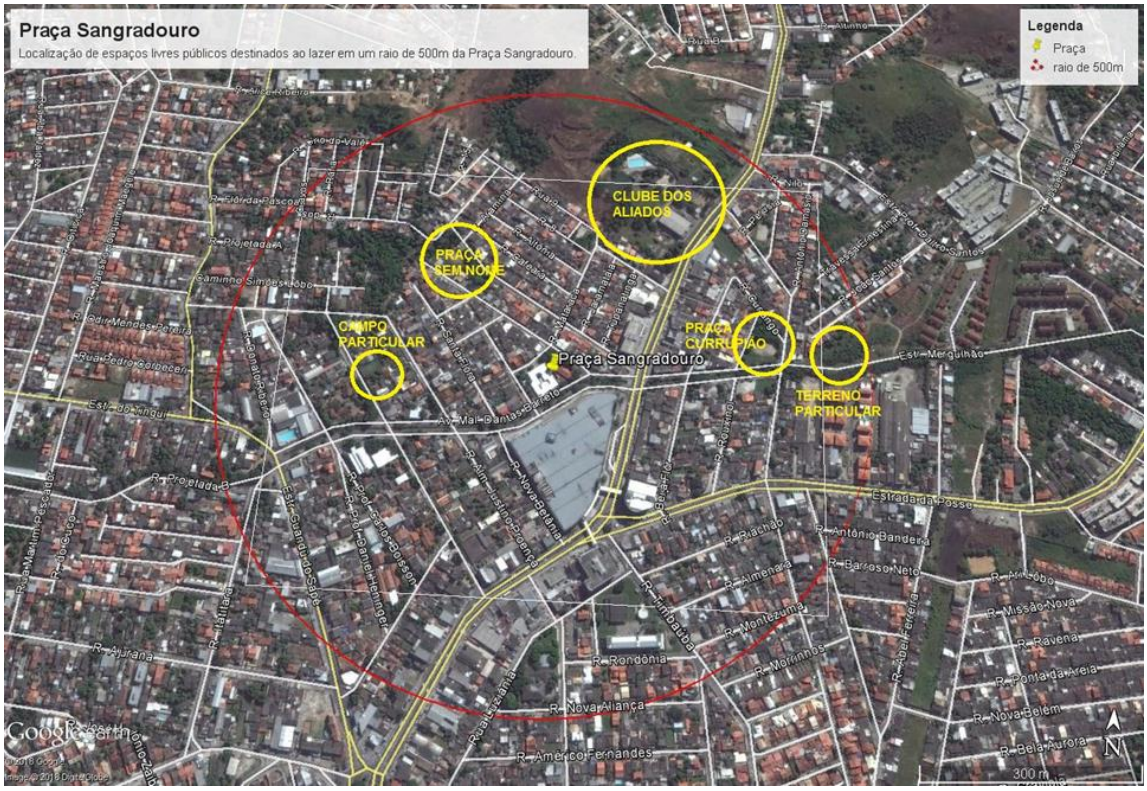
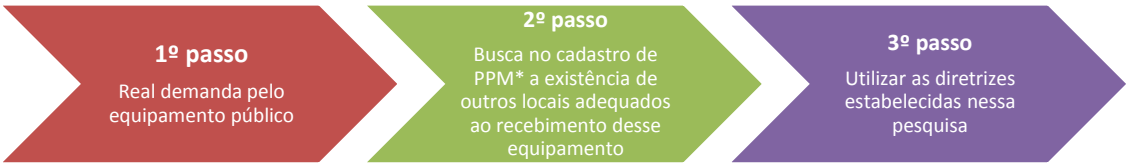


Figura 45: Localização de espaços livres em um raio de 500m da Praça Sangradouro
Fonte: Desenho da autora sobre imagem do Google Earth, 2018

Em seguida, o **segundo passo** seria catalogar esse patrimônio de próprios municipais a fim de que os mesmos possam ser utilizados adequadamente. Com a multiplicação de empreendimentos imobiliários oriundos do programa Minha Casa Minha Vida, o município recebeu lotes regularizados para tal fim nos últimos anos. No entanto, na maioria das vezes as áreas destinadas aos espaços livres públicos são relegadas a um plano que nunca se concretiza transformando possíveis praças em terrenos baldios desprovidos de função. Segundo o Ministério das Cidades/UFRJ (2018), vale ressaltar que quadra vazia não é praça; um gramado não constitui uma praça; o espaço da praça deve ser de fato tratado paisagisticamente.

O terceiro e último passo compreende as diretrizes propriamente ditas para essa ocupação. Não temos a pretensão de formular um manual de procedimentos para implantação de equipamentos públicos em espaços livres públicos, mas fornecer um conjunto de reflexões e propostas a partir de preocupações que nos incitaram a pesquisar o tema, haja vista que não há como negar que essas ocupações ocorrem e continuarão a ocorrer. Em vista disso, urge apresentar diretrizes para orientar essas ocupações.



PPM* – Próprios Municipais

Figura 46: Passos a serem seguidos na tomada de decisão

Fonte: Elaborado pela autora, 2018

As diretrizes, especificações e recomendações aqui definidas buscam garantir que essa implantação contribua positivamente com as demandas já existentes nas áreas de lazer e recreação dos espaços livres públicos. As opções de ocupações que atualmente se apresentam desintegradas de seu entorno podem ser transformados em propostas integradoras da paisagem de forma que essa ocupação seja mais previdente e assim possam ser unificadoras partindo-se do pressuposto de que se for necessária a ocupação do terreno da praça é fundamental que ela seja bem articulada e que seja desenvolvida concomitantemente com o projeto paisagístico de requalificação do espaço remanescente.

Figura 47: Danos na Clínica Romulo Carlos Teixeira implantada na Praça Marobá em Realengo

Fonte: Foto da autora, novembro de 2017

Observou-se ao longo da pesquisa, especificamente nos estudos de caso, mas também em outras praças ocupadas por Clínicas da Família, que o fato de se tratar separadamente a implantação da clínica sem levar em consideração a praça trouxe algumas consequências negativas, e que são de difícil solução sem que sejam tomadas medidas projetuais (ver caso da Praça Bom Conselho), para praça e para a clínica.

No caso do entorno das praças ocupadas por clínicas, as consequências mais graves são observadas no passeio, geralmente onde existem indivíduos arbóreos de grande porte, e

que com a da implantação do equipamento, perdem condição de acessibilidade. Na parte da Praça Bom Conselho onde foi implantada a Clínica Rogério Pinto da Mota não houve a preocupação em estabelecer recuos a fim de que situações como a apresentada na Figura 50 não ocorressem.

Figura 48: Clínica Rogério Pinto da Mota implantada na Praça Bom Conselho em Realengo
Foto da Autora (maio de 2017)

Depois de esgotadas todas as opções de ponderações elencadas nesse capítulo, logo após a decisão de se implantar o equipamento urbano na praça, a primeira ação seria a aplicação da técnica que compreende 3 passos, conforme gráfico da Figura 49.

Figura 49: Técnica dos "Três 'Ds"
Fonte: Elaborado pela Autora, outubro de 2018

Aplicando o primeiro passo - Delimitação do terreno: a área destinada ao novo equipamento público em área de praça não poderá ultrapassar o limite de 50% da área de lazer daquela comunidade.

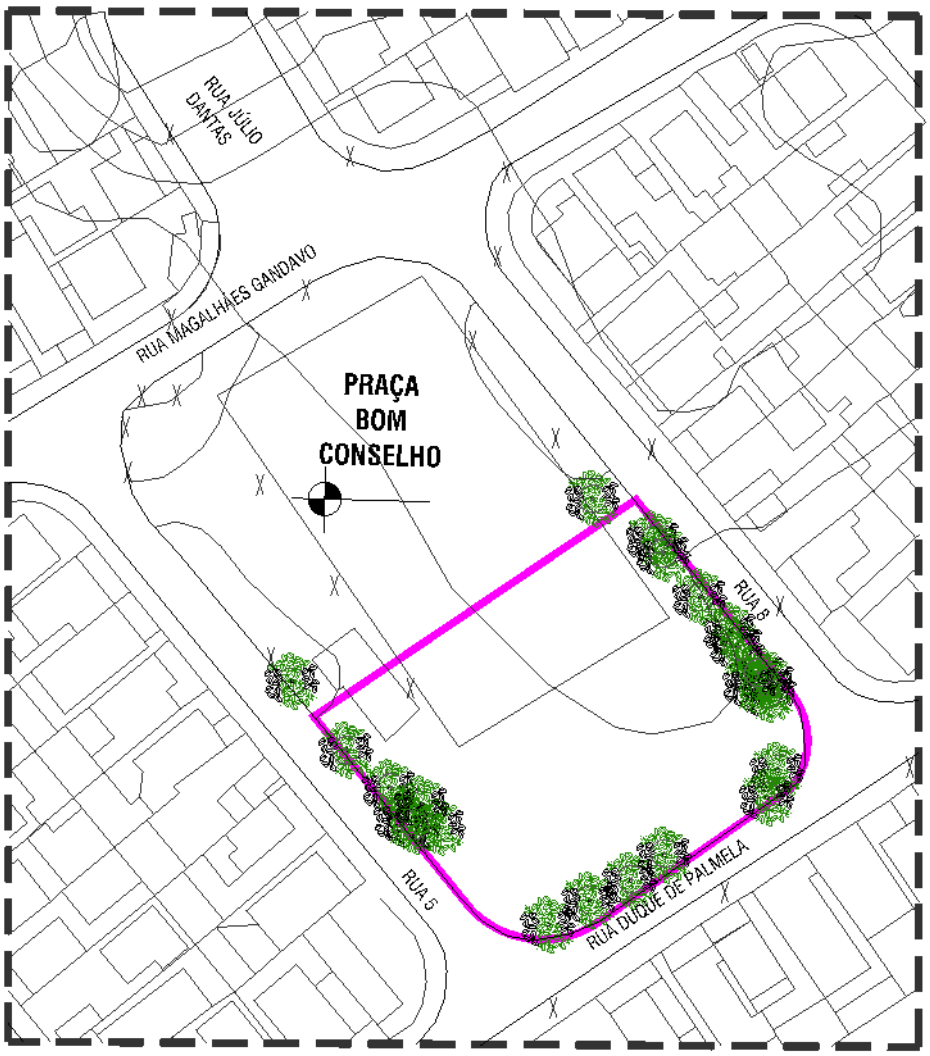


Figura 50: 1º passo – delimitação de metade do espaço livre público destinado ao lazer.
Arte sobre cadastral – Autora (outubro de 2018)

Cumprida essa diretriz passamos a determinação do recuo e consequentemente a demarcação do limite real do terreno. Para tal toma-se por base a localização dos elementos arbóreos existentes no passeio adotando as medidas de 1,50 a partir do seu centro para determinação do raio da gola e mais 1,50 para o passeio totalizando, na maioria dos casos, em 3m de largura total do passeio no mínimo nos trechos onde a árvore se encontra mais próxima ao meio-fio.

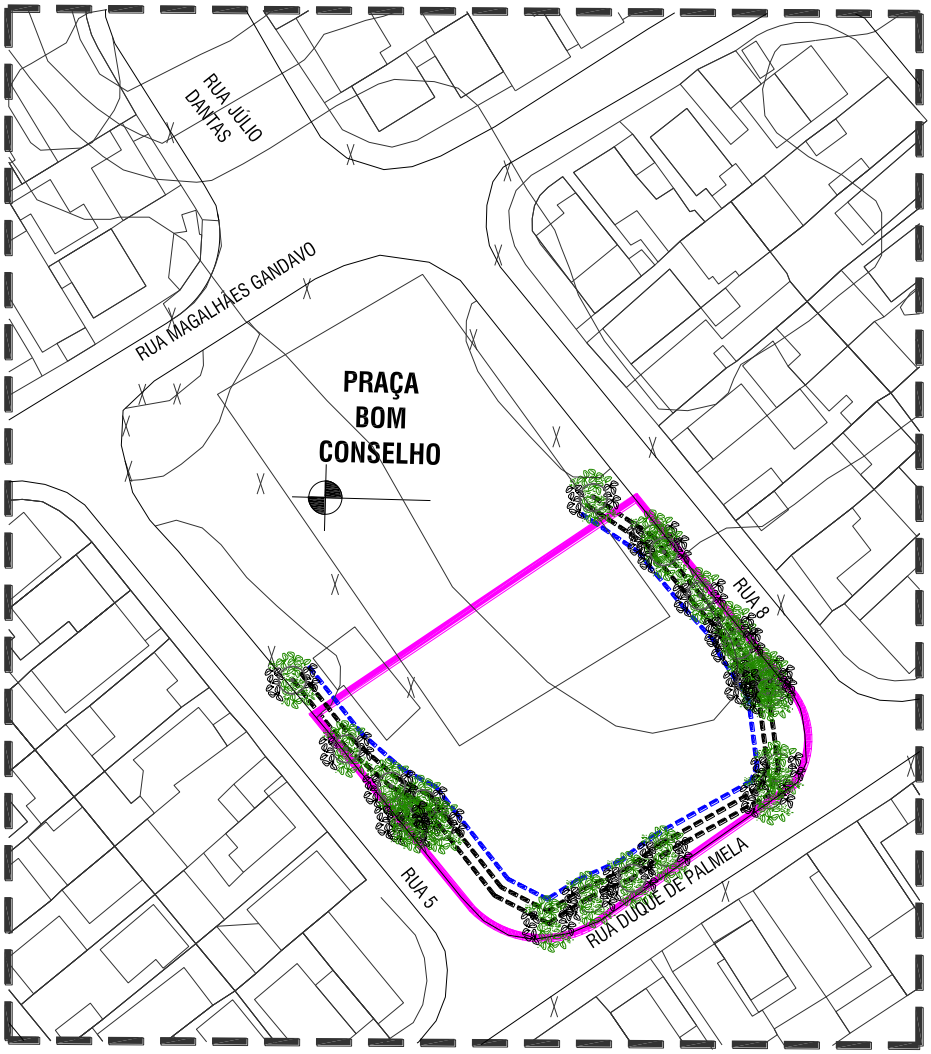


Figura 51: 2º passo – delimitação das distâncias da gola e do passeio.
Arte sobre cadastral – Autora (outubro de 2018)

Figura 52: 2º passo – delimitação das distâncias da gola e do passeio - cortes
Arte sobre cadastral – Autora (outubro de 2018)

Após a delimitação desses limites mínimos traçamos um lote retilíneo utilizando-se a pior situação. Sendo assim o lote ficaria com uma configuração conforme figura 55.

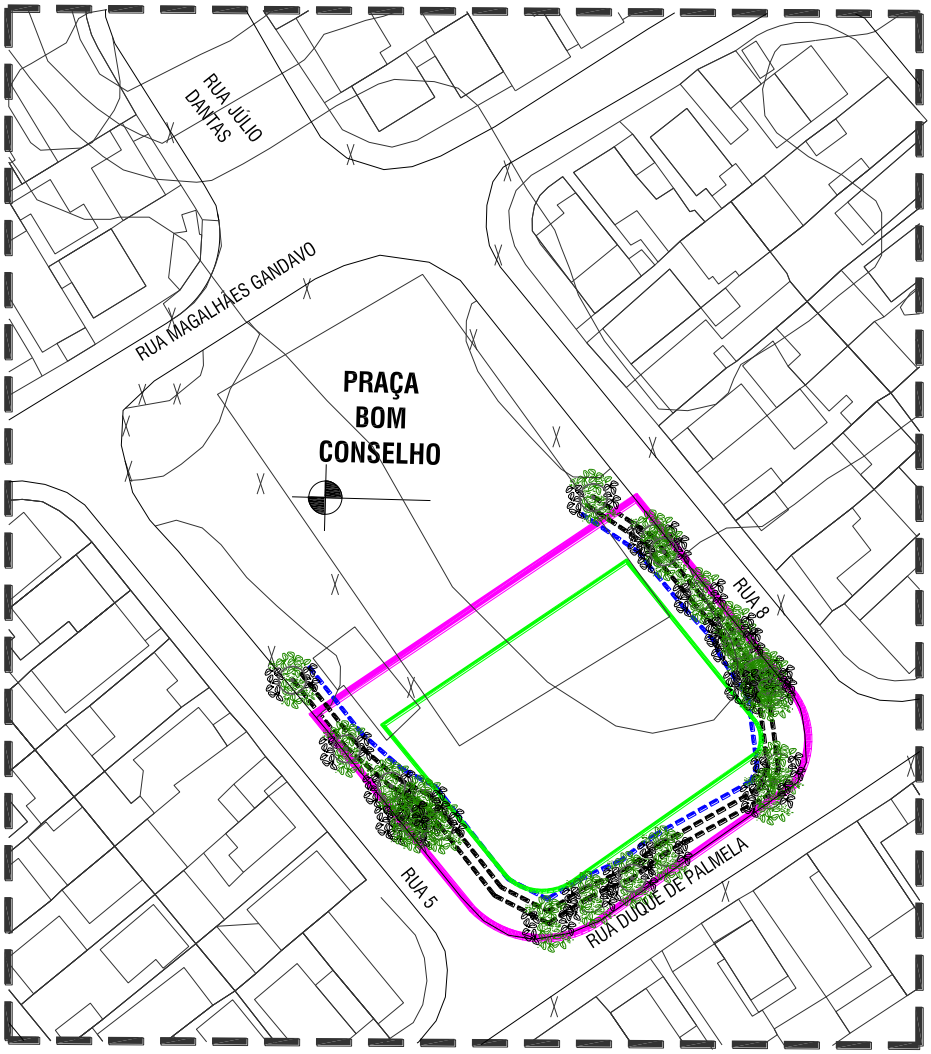


Figura 53: 2º passo – delimitação dos recuos baseado nos indivíduos arbóreos do passeio.
Arte sobre cadastral – Autora (outubro de 2018)

Figura 54: 2º passo – delimitação dos recuos baseado nos indivíduos arbóreos do passeio - cortes
Arte sobre cadastral – Autora (outubro de 2018)

Após essa delimitação do terreno, o segundo passo inclui a demarcação dos afastamentos de no mínimo 3m em todos os lados (frente, fundos e laterais) de forma a deixar o equipamento afastado das divisas. Desta forma poderiam ser atendidos os coeficientes de ocupação e de permeabilidade do solo.

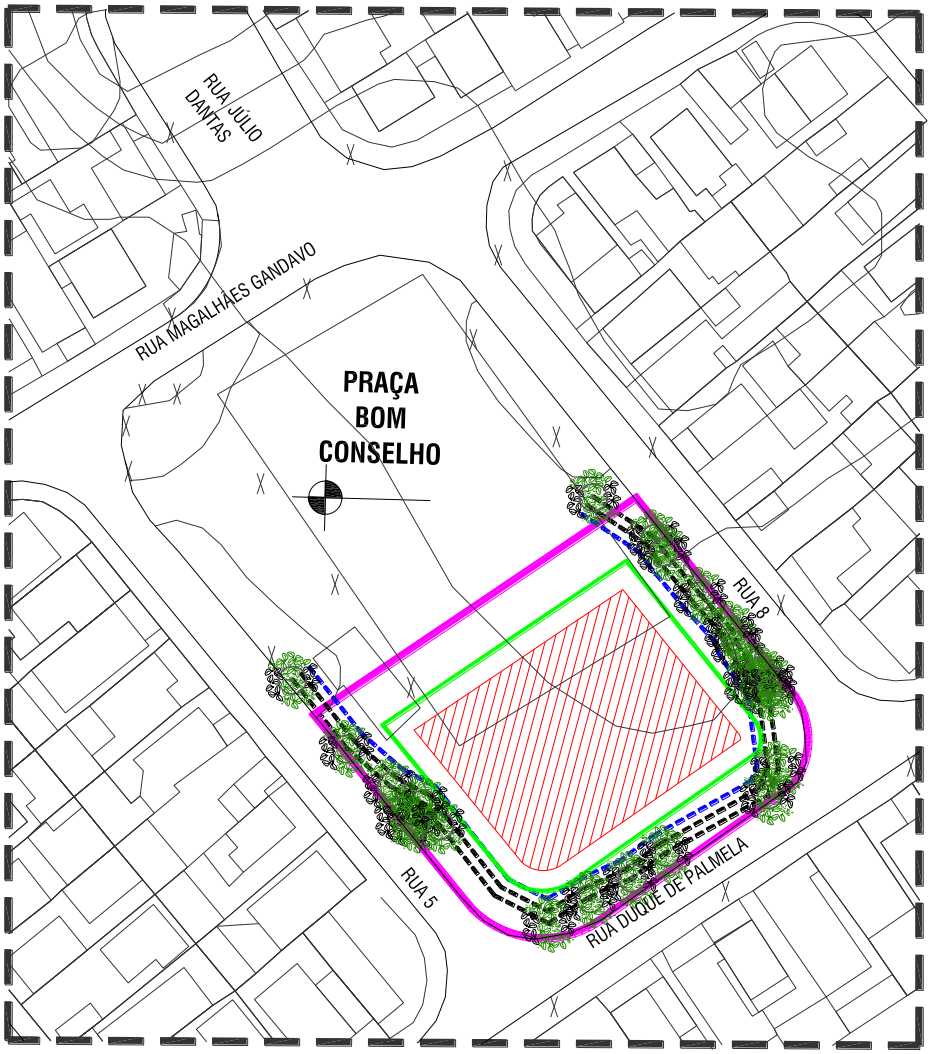


Figura 55: 3º passo – demarcação dos afastamentos mínimos de 3m.
Arte sobre cadastral – Autora (outubro de 2018)

Figura 56: 3º passo – demarcação dos afastamentos mínimos de 3m - cortes
Arte sobre cadastral – Autora (outubro de 2018)

Numa comparação entre a adoção das diretrizes sugeridas nessa pesquisa e a real implantação da Clínica Rogério Pinto da Mota na Praça Bom Conselho verificou-se que houve uma redução de apenas 8% de área de ocupação do solo, sem contar o átrio, conforme figura 59.

A Clínica Romulo Carlos Teixeira implantada na Praça Marobá, assim como outras clínicas, sofre com a proximidade com o que restou do campo de futebol com as “boladas” nos *brises* que compõem as fachadas do equipamento de saúde.

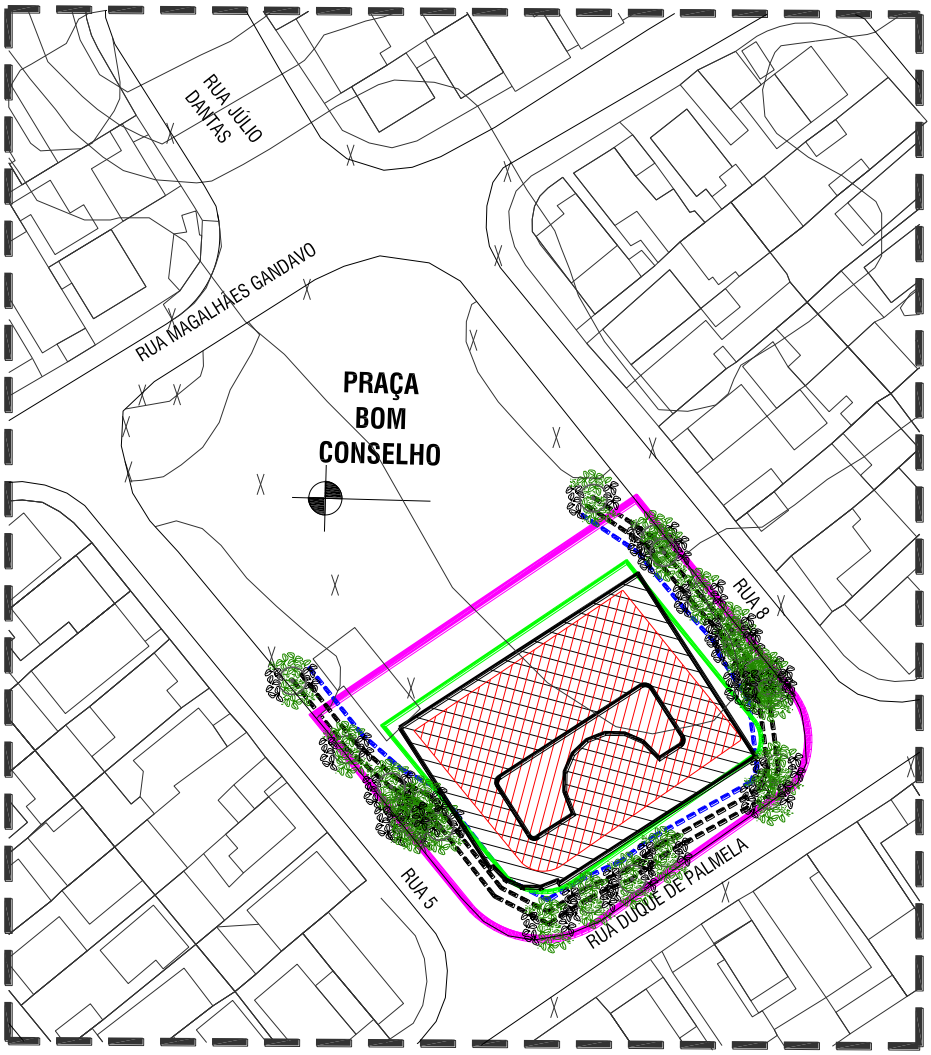


Figura 57: Comparação entre a proposta da pesquisa e a real ocupação
Arte sobre cadastral – Autora (outubro de 2018)

De acordo com o Caderno de Diretrizes para Implantação de Equipamentos Públicos nos Empreendimentos do Minha Casa Minha Vida (MinCidades/UFRJ, 2018),

> [...] as áreas institucionais do empreendimento devem ter dimensão, forma e localização compatíveis com o porte dos equipamentos previstos em instrumentos específicos, a saber: (a) Relatório de Diagnóstico de Demanda; (b) Matriz de Responsabilidade e (c) Instrumento de Compromisso (pág.61) e as áreas destinadas aos usos comerciais e de serviços devem ter dimensão e

> diversidade de atividades compatíveis com o porte do empreendimento (pág. 75).

Observa-se uma preocupação com a localização e dimensões desses equipamentos desde a concepção dos empreendimentos desse porte. Muitos lotes destinados às praças são oriundos da doação por conta da Lei Federal de Parcelamento e segundo o Caderno acima referido

> [...] a demanda para Unidades Básicas de Saúde deverá contar com uma área institucional mínima de 500m2 e que esteja de acordo com o porte necessário para suprir a demanda. A Portaria Nº 340, de 4 de março de 2013, que redefine o Componente Construção do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), estabelece em seu Anexo I terrenos mínimos que variam entre 500m2 a 890m2. Apesar de o referido Anexo ter sido revogado pela Portaria Nº 1.903, de 4 de setembro de 2013, o critério dimensional é válido para a presente especificação. (pág. 65).

A importância da manutenção dos espaços livres de edificações também é questão de saúde. Segundo o Caderno de Diretrizes, "um bairro não é formado apenas por quadras edificadas. A presença de espaços livres de edificação garante a circulação de pedestres e veículos e a presença de espaços de estar e lazer". (pág.104). No referido documento "as diretrizes estabelecidas objetivam garantir que o desenho urbano dos empreendimentos do programa possibilite condições físico-espaciais para que a vida pública e coletiva ocorra nos espaços destinados a uso dos moradores" (pág. 104).

> Portanto não se trata simplesmente de reservar espaços arborizados e vegetados. Muitas vezes os espaços apenas vegetados não servem para atender à demanda do convívio social. Desta forma os parâmetros buscam construir um referencial de soluções projetuais desejadas e evitar soluções inconvenientes ou equivocadas. O espaço residual ou o espaço de preservação e conservação sozinhos não atendem os objetivos pretendidos e, portanto indica-se a associação entre espaços de preservação e espaços de lazer (pág. 104).

Os espaços remanescentes após a ocupação pelo equipamento urbano deverão conter equipamentos esportivos e recreativos básicos, separados de acordo com as faixas etárias dos usuários aos quais se destinam, daí a importância de se conhecer a comunidade local seus

usos e apropriações desses espaços. O projeto do empreendimento deve prever a instalação de equipamentos de lazer ativo (quadras poliesportivas, campos de futebol, equipamentos de ginástica, brinquedos, etc.).

As intervenções pontuais ao longo da cidade que partem de profissionais diferentes geram múltiplas paisagens, que não conversam entre si, gerando cenários dicotômicos e paisagens desconectadas. Enquanto arquiteta e paisagista proponho nessa Dissertação uma inter-relação entre as partes a fim de que a leitura da cidade como um todo tenha uma identidade espacial e cultural.

Pontos a serem considerados:

a) Implantação de acordo com o equipamento.

Os casos devem ser analisados separadamente e em consonância com o uso que será dado à parte do espaço livre público que restará após a implantação do mesmo. Sendo assim, uma praça que será ocupada por uma clínica terá seu entorno adequado a um equipamento de saúde e uma praça ocupada por uma escola terá seu adequado a um equipamento dedicado à educação seja ela de educação infantil, ensino fundamental I ou II ou até mesmo de ensino médio (caso do Estado).

Deverá conter:

- Acessos;
- Área de deambulação;
- Parquinho infantil;
- Equipamentos de saúde (academias);
- Mesas e bancos;
- Vegetação adequada;
- Equipamentos esportivos diversos (quadras, pistas de skate, mesas de tênis de mesa);
- Ciclovias;
- Quiosques.

Figura 58: Diagrama dos pontos a serem considerados na requalificação da área remanescente
Autora (outubro de 2018)

No exemplo da Praça Bom Conselho o que restou da quadra de futebol não é adequado à prática esportiva, pois as dimensões residuais se aproximam de um quadrilátero regular, ou seja, uma figura geométrica com quatro lados de mesmo comprimento. Seguindo as diretrizes recomendadas nessa pesquisa poderíamos requalificar esse espaço utilizando quiosques, ciclovias, parquinho, ampliação da arborização, mesas para jogos e espaços para promoção da saúde através de exercícios físicos, além de requalificar a quadra com dimensões adaptadas para o retorno às práticas esportivas.

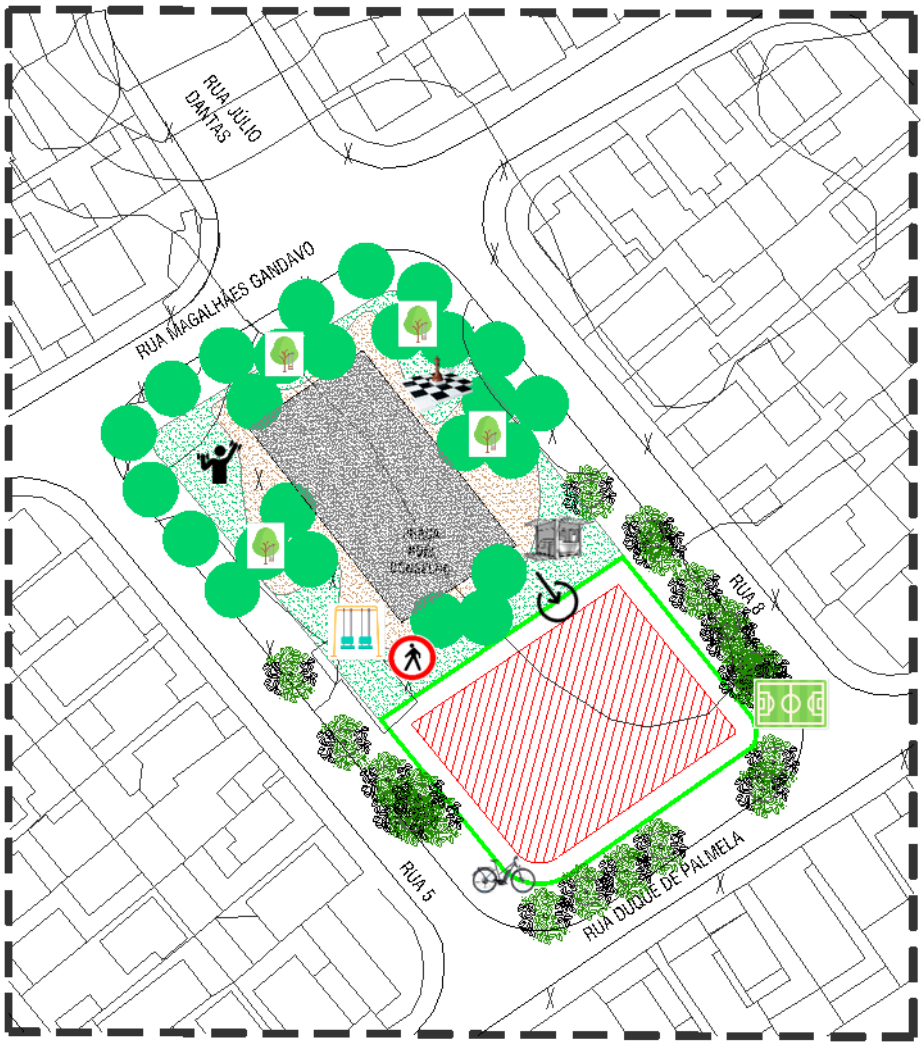


Figura 59: Aplicação dos pontos na requalificação da área remanescente na Praça Bom Conselho (antes de implantar o equipamento público)
Autora (outubro de 2018)

Por fim, recomendamos que as praças já ocupadas sofram processo de requalificação pela prefeitura a fim de mitigar os impactos negativos causados pela implantação do equipamento de saúde.

6.2. Recomendações para os casos estudados

O objetivo nesse item é propor pequenas ações a fim de mitigar os danos causados na implantação das Clínicas da Família nos casos estudados. Propõem-se medidas simples, já que as mesmas já se encontram em funcionamento e, conforme salientado anteriormente, somente com medidas drásticas como derrubadas de muro a fim de atender recuos adequados ou remoção de indivíduos arbóreos conseguiríamos uma verdadeira adequação do espaço mitigando de fato os efeitos negativos dessas ocupações.

É preciso novamente ressaltar a importância dos espaços livres para as dinâmicas da cidade, pois segundo Miranda Magnoli (1982), "espaços livres de edificação em meio urbano, como todo espaço não edificado e incluem quintais, jardins públicos e privados, ruas, avenidas, parques e praças, parques, rios, florestas, mangues e praias urbanas, ou simples vazios urbanos". Nessa direção, para Tardin, "espaços livres são elementos considerados fundamentais no processo de ordenação e qualificação do território urbano e são vistos com um sistema com valores próprios e com grande potencial de reestruturação" (TARDIN, 2005). O Grupo SEL_RJ, que vem desde 2005 se dedicando ao estudo dos espaços livres públicos e suas dinâmicas, considera esses espaços como "um sistema complexo, inter-relacionado", assumindo diversos papéis dentre eles os destinados a atividades de lazer e convívio social, "podendo apresentar um maior ou menor grau de planejamento e projeto, um maior ou menor interesse de gestão pública".

Ao longo da Dissertação criticaram-se as implantações das clínicas ou qualquer outro equipamento nas praças, no entanto a realidade tem demonstrado que nas últimas décadas isso se tornou muito comum e a fim de que essas implantações tenham seus efeitos negativos minimizados estabelecemos alguns critérios a serem observados.

A conscientização de que existem limites não anula a necessidade de se propor uma metodologia que poderá ser aperfeiçoada a partir das críticas que porventura venham a surgir. Costa e Mendonça (2012) ao analisarem a complexidade das transformações da cidade sugerem que "as alternativas de formulação de políticas públicas não são triviais nem podem ser implementadas isoladamente". Alguns dos aspectos considerados pelos autores são:

- Políticos
- Institucionais
- Fundiários
- Socioambientais
- Simbólicos
- Arquitetônicos-urbanísticos
- Econômico-financeiro

Novais *et al*. (2007), em pesquisa sobre grandes centros urbanos conclui entre outros aspectos, que "as condições institucionais não pesam muito no processo de decisão, implementação e gestão de projetos", que "as incertezas quanto aos processos desencadeados pelos grandes projetos tornam necessário enfatizar mais a discussão do programa e conteúdo dos projetos do que os seus eventuais resultados ou impactos relacionados ao

desenvolvimento urbano e social" e que "o compromisso político com o projeto torna o poder público vulnerável e sujeito a maiores riscos".

A aceleração do processo de construção do plano/projeto e de tomada de decisão por parte da administração pública, sem a participação da população com o predomínio de propostas burocráticas e políticas em detrimentos de propostas técnicas sob justificativas diversas e implementadas sem nenhuma participação social, legitima à força projetos políticos em função do poder simbólico dos projetos que possuem grande apelo popular, tais como as Clínicas da Família.

Essas obras têm sido cada vez mais aceitas e ansiadas pela população carente dos serviços de saúde e educação. No entanto o caráter de marketing político prevalece em detrimento da real necessidade da população que não cobra responsabilidade das administrações públicas locais e da administração pública geral quanto à previsão e provisão de novos equipamentos em conformidade com essas necessidades de forma a atender a demanda real, ou seja, uma distribuição mais justa de bens, serviços, investimentos públicos em toda a cidade.

A elaboração de projetos desenvolvidos em conjunto, fazendo parte de um plano de desenvolvimento, envolvendo a gestão futura, proporcionaria maiores chances de sucesso do empreendimento. A utilização de instrumentos jurídicos presentes no Plano Diretor, abordados nessa Dissertação, a fim de orientar as ações dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano, é o caminho, mas não garantidor de sucesso.

Sakata (2012) afirma que "tanto para políticos como para arquitetos envolvidos no projeto de espaços públicos, a grande recompensa é o reconhecimento da sociedade". Segundo Sakata, os arquitetos "quando fazem parte de órgãos do governo ou quando são contratados pelo poder público para desenvolver projetos, arquitetos são formadores de políticas públicas e seus valores passam a integrar programas de governo e discursos políticos". Isso só reforça a nossa responsabilidade com o que produzimos.

Um dos frequentes problemas dessas implantações, e que ficou evidente em quase todas as praças visitadas – incluindo as oito praças da proposta original da pesquisa, é a questão das árvores nas calçadas. Por serem originalmente passeios de espaços livres não havia até então preocupação com o fato de que as árvores estavam no meio desse passeio, pois não havia obstáculo para o pedestre quando este se deparava com o indivíduo arbóreo na

calçada. Com a instalação da clínica, a mureta de divisão do “lote” transformou-se em um obstáculo naquelas áreas onde existem elementos dessa natureza (Figura 62).

Figura 60 - Foto do entorno da Clínica da Família implantada na Praça Bom Conselho
Fonte: Foto da autora, maio de 2017

Com relação às ações de mitigação dos efeitos dessas implantações entendemos que o adensamento arbóreo é um dos principais caminhos pra a solução tanto do problema de falta de integração quanto com relação a possíveis incômodos oriundos do local original – a praça - no equipamento implantado – a clínica, seja pela proximidade de quadra de futebol ou escolas, seja por eventuais festividades que possam voltar a ocorrer nas pracinhas. A arborização urbana também irá contribuir para melhoria do ar, tanto em qualidade quanto em temperatura. Segundo informações colhidas no site da Fundação Parques e Jardins-FPJ, a arborização urbana é uma das principais funções do órgão. Viver em torno de árvores melhora a saúde e o bem-estar físico e mental das pessoas. A arborização urbana proporciona benefícios que vão muito além da função paisagística, tais como:

- Regulação térmica das altas temperaturas
- Redução da exposição solar
- Conforto ambiental
- Melhoria da qualidade do ar
- Redução da poluição sonora e visual
- Auxiliar na conservação do ambiente.

No site da FPJ, encontramos orientações para tornar exequível qualquer proposta de arborização na cidade. Uma das ferramentas é o Plano Diretor de Arborização Urbana da Cidade do Rio de Janeiro. Segundo a FPJ,

> [...] o PDAU Rio, aprovado pelo Decreto nº 42.685/2016, é o documento técnico que define as diretrizes necessárias para a implantação, monitoramento, avaliação, conservação e expansão da arborização urbana. Representa a primeira consolidação do planejamento da arborização da cidade do Rio de Janeiro. O PDAU-Rio foi elaborado por equipe multidisciplinar atuante na arborização e demais áreas verdes na cidade e com a participação social através de oficinas e consulta pública.

O sistema de espaços livres públicos no Rio de Janeiro é projetado e mantido pala FPJ em conjunto com a Subsecretaria de Meio Ambiente, atrelada à Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente - SECONSERMA e a Companhia de Limpeza Urbana - Comlurb, que é responsável pelas podas das árvores nas ruas e praças da cidade. No entanto a gestão desses espaços tem encontrado ao longo dos últimos anos muitas dificuldades, principalmente falta de verba e redução de pessoal, o que tem acarretado em falhas significativas na manutenção dos elementos arbóreos das praças. A Fundação Parques e Jardins – FPJ é o órgão responsável pela aprovação dos projetos de arborização urbana, item que faz parte das exigências para obtenção do Habite-se das edificações. No entanto, no caso da implantação das Clínicas da Família nas praças, o órgão responsável pela manutenção e gestão do espaço só foi acionado no momento da aprovação dos projetos de arborização urbana.

Essa preocupação com a forma de gestão dos espaços livres públicos não é recente. O Grupo SEL (2009) já havia questionado "como articular o modo coletivo de gestão e o modo individual de apropriação e reapropriação dos sistemas de espaços livres".

As diretrizes propostas nessa dissertação complementam o que já está disposto no código de obras do Município, bem como no Decreto 322, no Plano Diretor e na Lei Orgânica. São pequenas questões que não foram incluídas nesses documentos, por não haver previsão de ocupação de espaços livres públicos para edificação.

Percebe-se uma preocupação com o programa da unidade de saúde, com a distribuição dos espaços e até mesmo com a programação visual das clínicas conforme descrito no

documento disponibilizado pela SMS no site da Prefeitura, mas não há recomendação quanto aos cuidados da implantação do equipamento com relação aos impactos no seu entorno.

No caso da clínica da família instalada na Praça Lealdina Muniz concluímos que o equipamento público poderia ter sido implantado voltando-se para a praça. A estrutura de lazer da praça poderia ter uma maior integralidade com o novo equipamento servindo-se mutuamente.

Figura 61: Proposta de requalificação para Praça Lealdina Muniz
Arte sobre cadastral (outubro de 2018)

Como a Praça Lealdina Muniz conta com amplos espaços e sua configuração espacial é bem caracterizada, seria necessária apenas a reforma dos equipamentos existentes e a instalação de outros a fim de completar a requalificação do espaço público destinado ao lazer. Da mesma forma poderíamos propor uma mudança na entrada da Clínica da Família da Praça Marobá permitindo uma melhor integração entre o equipamento público e o espaço de lazer.

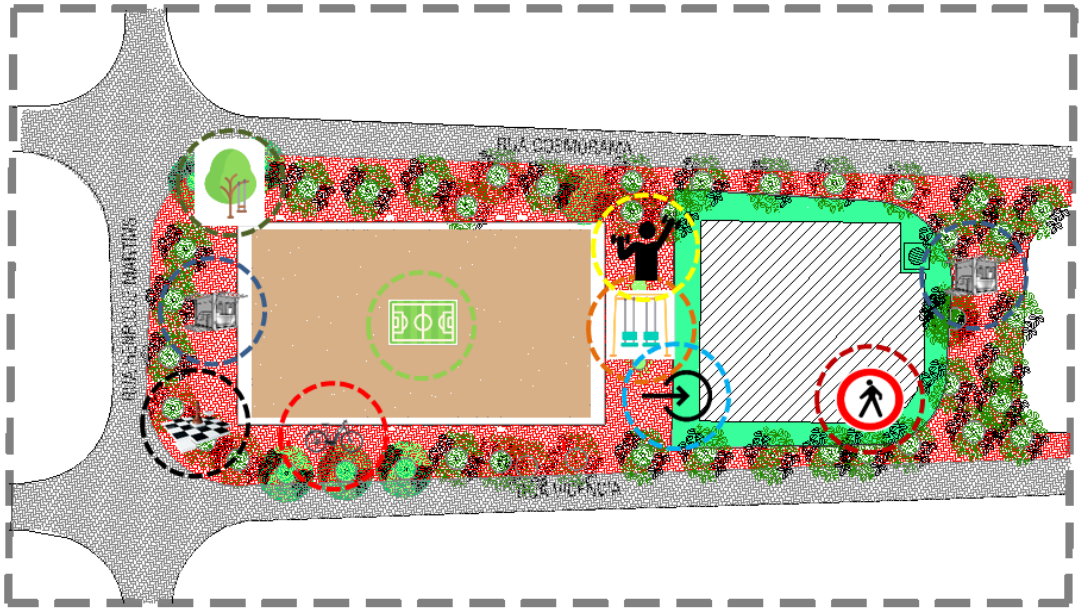


Figura 62: Proposta de requalificação para Praça Marobá (Campo do Periquito)
Desenho elaborado pela autora sobre cadastral, outubro de 2018

Já na Clínica da Família da Praça Pedro Veloso da Silveira, como a obra está paralisada na fundação em *radier*, é possível utilizar algumas diretrizes propostas nessa pesquisa. Recomendamos manter a entrada conforme projeto original, em razão do desenvolvimento já estudado para essa unidade, mas estipulando um recuo que permita uma área de deambulação em frente à entrada. Basicamente para essa requalificação a adoção dos recuos seria suficiente.

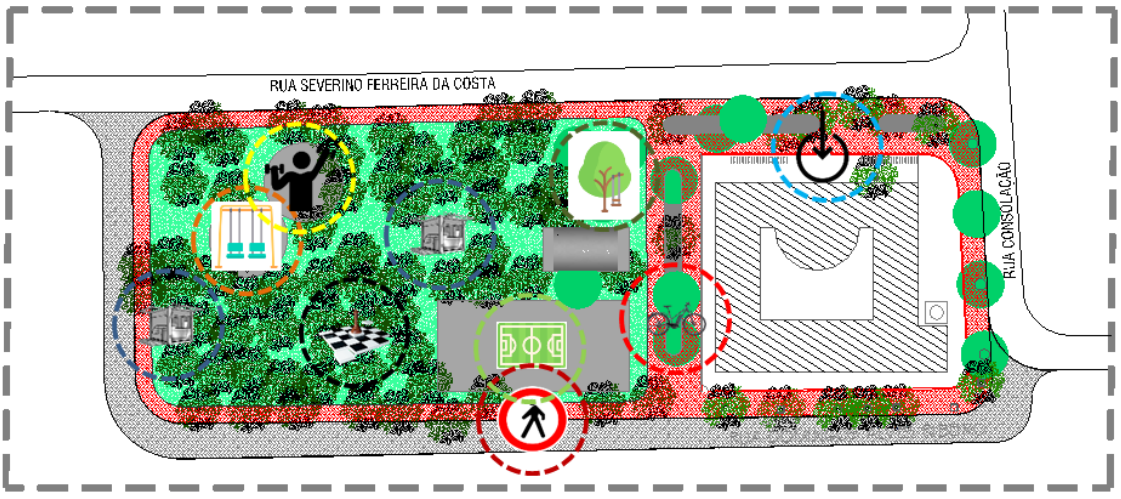


Figura 63: Proposta de requalificação para Praça Pedro Veloso da Silveira
Desenho elaborado pela autora sobre cadastral, outubro de 2018

No caso da Praça Sangradouro, que perdeu 100% do seu espaço de lazer, a alternativa seria a busca de outros locais de lazer nas proximidades, conforme apontado anteriormente nas Figuras 44 e 45.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de Dissertação se propôs a estudar quatro praças ocupadas por equipamentos públicos de saúde e compreender o seu papel dentro do sistema urbano, considerando o contexto em que elas estão inseridas, sua forma, seu uso e sua apropriação. A análise buscou também compreender como os moradores que vivem no entorno influenciam no perfil de utilização das praças em termos de frequência, práticas e percepções a partir de uma abordagem interdisciplinar conjugando paisagem, urbanismo e direitos fundamentais.

O motivo de pesquisar os impactos causados por essas ocupações surgiu principalmente pela constatação de que essas ocupações não levaram em consideração os usos e atividades que eram desenvolvidos nos locais estudados. Outra motivação veio do fato de que esses espaços foram ocupados sem critérios que levassem em consideração que as Clínicas fariam parte de espaços livres públicos que na maioria das vezes continuariam existindo, mas de maneira residual.

A pesquisa buscou verificar os impactos causados pela inserção de equipamentos nos aspectos negativos e também positivos. A partir de uma metodologia que envolveu duas etapas as áreas estudadas foram avaliadas. Na primeira etapa foi feita seleção das praças a serem estudadas e na segunda etapa foi feito um mapeamento baseado em levantamentos históricos, espaciais e dos usos e apropriações, além de uma avaliação dos aspectos físicos das praças selecionadas. Nessa segunda etapa a metodologia adotada foi de cunho qualitativo, baseando-se em três vertentes: a coleta de dados sobre os espaços selecionados, o levantamento dos contextos físico-urbanísticos e a leitura cognitiva. Nessa vertente houve um enfoque da significância das praças para os moradores e frequentadores por meio de entrevistas procurando variar nos tipos de entrevistados quanto ao gênero e idade a fim de garantir uma visão diversificada sobre a praça e a ocupação pelas Clínicas da Família.

A pesquisa verificou que as opiniões sobre a ocupação das praças por Clínicas da Família quando positivas se dão, sobretudo, por conta do ingresso ao sistema público de saúde. De modo geral os entrevistados salientam o aspecto positivo de ter acesso à saúde em local próximo as suas residências, não precisando mais se deslocar até um posto de saúde. Observamos que, com relação aos aspectos positivos, salientou-se sobremaneira o fato do abandono das praças, ou seja, que seria melhor ter uma Clínica da Família no local do que nada.

Apesar de reconhecer que os impactos negativos que acompanham esse tipo de intervenção física nos espaços urbanos foram esperados, verificou-se que também houve impactos positivos sobre seu entorno imediato comparando-se os benefícios causados e sua importância para mudanças na vida dos seus frequentadores. É preciso compreender esse fenômeno e fornecer subsídios para instrumentalizar o poder público com o ferramental necessário a fim de possibilitar a compatibilização entre as praças como local de convergência social e demais equipamentos públicos que nelas ou junto a elas venham a ser localizados

A pesquisa se baseou nos estudos do Grupo SEL-RJ que fez um levantamento minucioso de todos os Espaços Livres Públicos do Rio de Janeiro, utilizando-se principalmente dos dados relativos à Zona Oeste em especial à Área de Planejamento 5 com enfoque nos bairros Bangu, Campo Grande e Realengo. O estudo dos espaços livres foi de fundamental importância para essa pesquisa por demonstrar a enorme variedade de espaços livres disponíveis na região corroborando com o entendimento de que não há justificativa para a ocupação de praças por equipamentos públicos, sejam eles destinados à educação ou à saúde.

A pesquisa demonstrou que, de forma geral, as pessoas não têm mais o hábito de frequentar praças, sendo que os mais velhos lembram saudosos dos tempos de infância em que aproveitavam bastante o dia brincando nas pracinhas. Observamos, através da pesquisa, que os grandes concorrentes das praças são os shoppings, espaço de lazer preferencial dos entrevistados e constatamos que um dos motivos da falta de uso das praças, além da insegurança, é a falta de atrativos para as diversas idades, principalmente para as crianças.

A pesquisa se fundamentou em três itens relativos à temática abordada com uma visão multidisciplinar compreendendo a a leitura de autores que se dedicaram a: (i) questões jurídicas, a partir da visão do direito sobre a função social da propriedade pública; (ii) espaço de convivência, a fim de entender como se dá essa relação do indivíduo com os espaços livres de lazer e vivencia social e (iii) aspectos espaciais, de forma, de projeto e de apropriação.

No campo do Direito a pesquisa se utilizou de documentos oficiais, tais como o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, a Lei Orgânica Municipal e o Estatuto das Cidades, onde buscamos Noções de Direito Urbanístico e Administrativo para compreender a utilização de instrumentos jurídicos na ocupação de espaços livres públicos e seus possíveis desdobramentos na forma da lei.. A pesquisa detalhou a utilização de instrumentos jurídicos de ação imediata, tais como os Decretos de Alteração de Afetação a fim de legalizar os usos

dos espaços livres públicos para construção das edificações, que mesmo de uso público e benéfico para os moradores da região afetada não foram objetos de consulta popular.

Ainda no campo do Direito nos apoiamos em autores para entender e propor instrumentos de ponderação quando nos depararmos novamente com um conflito de direitos no campo do urbanismo, principalmente na ocupação de praças por equipamentos públicos. São relativamente numerosas as situações de entrechoque de direitos igualmente relevantes, quando considerados de maneira abstrata, de modo que a "solução" da situação de conflito requer a consideração de circunstâncias de fato, dentre outras variáveis admitidas na literatura jurídica.

A fim de entender a apropriação da praça como elemento estruturante da vida social buscamos autores que de uma forma ou de outra estudaram esses fenômenos. O estudo do indivíduo e de como esse interage no meio ambiente foi de fundamental importância para entender o porquê da apropriação ou não de um espaço que é público. Além disso, compreender como forma e função de espaço interferem nesse uso forneceu conceitos que foram mais tarde utilizados para as propostas de mitigação dos impactos negativos dessas ocupações.

Foram apresentados os resultados das análises das áreas objeto de estudo. Após a contextualização das praças dentro de escalas de abrangências definidas, foram analisadas questões biofísicas, socioculturais e censitárias, tais como tipologias construtivas, usos do solo e gabaritos das edificações do entorno das praças. Questões como estadas dos equipamentos urbanos presentes nas praças, bem como o estado fitossanitário dos elementos arbóreos foram analisados e apresentados em formato de fichas individuais. A análise individual foi finalizada analisando o impacto da utilização das praças para a instalação do equipamento público de saúde.

Por fim, mesmo que tenhamos salientado pontos importantes no âmbito do direito para compreender os mecanismos de ocupação desses espaços livres públicos sob o ponto de vista da legalidade e de nos posicionarmos contrariamente a essa ocupação percebemos que por mais que os instrumentos jurídicos garantidores da proteção da paisagem e dos espaços livres existam, esses preceitos não são respeitados. Sendo assim, propusemos diretrizes para a escolha dos espaços que receberão os futuros equipamentos públicos a fim de auxiliar os próximos governantes na intenção de preservar esses espaços ou pelo menos minimizar os impactos negativos de tal ocupação. Foram propostas soluções mitigadoras dos impactos

negativos dessa ocupação utilizando uma técnica em três passos sucessivos e complementares, com o objetivo de sugerir pequenas ações a fim de mitigar os danos causados na implantação das Clínicas da Família nos casos estudados e estabelecer diretrizes para futuras implantações. Construiu-se um conceito instrumental inspirado na técnica de ponderação de direitos, questionando: 1º - Se há demanda para novos equipamentos de saúde - no caso do objeto dessa pesquisa, mas serve para outros equipamentos públicos; 2º - Se existem outros terrenos, correspondendo a "próprios municipais" específicos para a implantação desse equipamento; 3º - Se existem outros espaços livres públicos menos utilizados pela comunidade que possam receber esse novo equipamento público com menos impactos negativos para seu entorno.

Ao longo da Dissertação criticaram-se as implantações das clínicas ou qualquer outro equipamento nas praças, no entanto a realidade tem demonstrado que nas últimas décadas isso se tornou muito comum e a fim de que essas implantações tenham seus efeitos negativos minimizados estabelecemos alguns critérios a serem observados. A técnica batizada de "Três 'Ds'" estabelece que deve haver: **D**elimitação de no máximo metade do espaço livre público destinado ao lazer; **D**elimitação dos recuos baseado nos indivíduos arbóreos do passeio e **D**emarcação dos afastamentos de no mínimo 3m em todos os lados.

Dessa forma, pretendeu-se mitigar os danos provenientes dessas ocupações que ocorrem cada vez com maior frequência nos espaços livres da cidade, espalhando módulos de arquitetura temporária, mas que permanecem durante anos impactando a paisagem urbana.

A pesquisa esbarrou em questionamentos que, apesar de serem importantes, não faziam parte do objetivo da mesma, mas que poderão ser objeto de estudos futuros. A não utilização desses espaços vai além dos aspectos apontados na pesquisa? Isso ocorre em outros locais da cidade, do país ou em outros países? Para uma pesquisa mais ampla para compreender a não apropriação das praças pelos moradores na Zona Oeste precisam ser investigados:

> Como se dá a criação e efetivação de um espaço livre denominado praça e como se dá essa implantação?
>
> Em que momento se efetiva essa apropriação?
>
> Que processos produzem esses espaços?
>
> Por que questões da paisagem são negligenciadas na nossa cultura?

A partir da passividade com que a comunidade aceitou a implantação de um equipamento público em sua área de lazer cabe refletir sobre os aspectos de apropriação e pertencimento a que são submetidos ou não os usuários dessas áreas de lazer. Quais são as formas de relacionamento que essas comunidades têm com suas áreas de lazer?

> Por que não há uma valorização por parte dessa sociedade com seus espaços livres?

Diante desse contexto, torna-se imperativa a melhor proteção da paisagem urbana, não só consonante com as questões ambientais, mas também no sentido de prover o cidadão de lugares adequados à prática do lazer e das relações de convívio social. Nesse contexto, cabe reafirmar que a praça é um espaço livre público destinado a uma função do ordenamento territorial, tem uma função social e essa função deve ser respeitada e valorizada como um bem jurídico da polis em benefício da sua população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBUD, Benedito. **Criando Paisagens: Guia de trabalho em arquitetura paisagística**. São Paulo: Ed. Senac, 2006.

ABREU, Maurício. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 1987.

ALEX, Sun. **O Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: Ed. Senac, 2008.

ALEXY, Robert. **Direitos Fundamentais, Ponderação e Racionalidade**. Revista de Direito Privado. São Paulo: RT, nº 24, p. 334-344, out./dez. 2005.

AMARAL Daniela, SANCHEZ, Fernanda. e BIENENSTEIN, Regina. **O Leste Fluminense, o COMPERJ e a questão urbano-habitacional** *in:* Grandes Projetos Metropolitanos : Rio de Janeiro e Belo Horizonte / Fabricio Leal de Oliveira (org.) ...[et al.]. - Rio de Janeiro. Letra Capital, 151-186. 2012.

AZEVEDO, Gisele; TANGARI, Vera R.; RHEINGANTZ, Paulo A. **Do espaço escolar ao território educativo: O lugar da arquitetura na conversa da Escola de Educação Integral com a cidade**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: RioBooks, 2016.

BARTALINI Vladimir. **Os Espaços Livres Públicos como Expressões de Centralidade.** *In:* Paisagem e ambiente: ensaios. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. - n. 1, 31-40. 1989.

BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica.** 4ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

CAVALLAZZI, Rosangela. L.; RIBEIRO, Cláudio R. (Org.). **Paisagem Urbana e Direito à Cidade**. Coleção Direito e Urbanismo. Volume 1. 1ª ed. Rio de Janeiro: PROURB - UFRJ, 2010.

CORREIA, Magalhães. **O Sertão Carioca**. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1936.

COSTA, Heloísa e MENDONÇA, Jupira. **Novidades e permanências na produção do espaço da metrópole: um olhar a partir de Belo Horizonte**. *in:* Grandes Projetos Metropolitanos : Rio de Janeiro e Belo Horizonte / Fabricio Leal de Oliveira (org.) ...[et al.]. - Rio de Janeiro. Letra Capital, 46-65. 2012

COSTA, L.M.S.A. **Vegetação nativa: desdobramentos e perspectivas no processo paisagístico**. In: SCHLEE, M.; BARRA, E.; TANGARI, V.. (Org.). A vegetação nativa no planejamento e no projeto paisagístico. 1ed.Rio de Janeiro: ABAP/PROARQ, 2015, v. 1, p. 95-115.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento**. São Paulo: Editora Pini, 1990.

DWORKIN, Ronald. **O império do direito**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FILHO, Roberto e PEREIRA, Flora. **A eficácia da função social na propriedade pública.** *In* Universitas JUS, v. 27, n. 2, p. 43-56, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 17ª ed. RJ. Edições Graal, 1979.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. SP. Annablume, 2005

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 3ª ed. – (Coleção cidades) - São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2011.

KAHTOUNI Saide. **Subjetivismo, Idealismo, Arquitetura - Uma Visão Ecopolitica E Prospectiva.** *In:* Paisagem e ambiente: ensaios. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. - n. 1, 57-60.1989.

LAMAS, José M. R. Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Rio de Janeiro: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

MACEDO, Silvio Soares. **Paisagismo Brasileiro na Virada do Século; 1990 – 2010.** EDUSP, 2012.

MASCARÓ, Juan L.; MASCARÓ, Lucia. **Vegetação Urbana**. 3ªed. Porto Alegre: Editora +4, 2010.

MAGNOLI, Miranda M. E. M. **Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. 1982. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MANSUR, André Luiz. O **Velho Oeste carioca: História da ocupação da Zona oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba) do século XVI aos dias atuais**. Rio de Janeiro. Ibis Libris, 2018.

MENEZES, Ana Paula; MENDONÇA, Bruno R.; TÂNGARI, Vera R. Quando a praça vira...: estudos de caso sobre a ocupação das praças na cidade do Rio de Janeiro. In **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, vol. 13, Rio de Janeiro: UERJ/CEPERJ, 2018, p. 81-98.

MINISTÉRIO DAS CIDADES/UFRJ. Caderno de Diretrizes para Urbanísticas para Programa Minha Casa Minha Vida. MinCidades/UFRJ, 2018 (no prelo).

NOHARA,Irene. **Direito Administrativo**. Atlas Editora, 2018

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: PCRJ, 2011.

QUEIROGA Eugenio. **A Paisagem Urbana: Necessita-se Compreender como se Forma?** *In:* Paisagem e ambiente: ensaios. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. - n. 1, 61-67.1989.

QUEIROGA, Eugenio. **A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a razão comunicativa**. (Tese de Doutorado). São Paulo: FAUUSP, 2001.

QUEIROGA, Eugenio. **Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras**. In: Revista Resgate, vol. 19, no. 1, 2011, p. 25-35.

ROBBA, Fabio.; MACEDO, Silvio. S. **Praças brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo : Editora WMF Martins Fontes. 2001

SAKATA, Francine G. **Paisagismo urbano – Requalificação e criação de Imagens**. Editora: Edusp. São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos; VOGEL, Arno (Coord.). **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. Rio de Janeiro: IBAM/FINEP, 1981.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A Cidade como um jogo de cartas**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SCHLEE, Mônica B., NUNES Maria Julieta, REGO, Andrea Q., RHEINGANTZ, Paulo Afonso, DIAS, Maria Ângela, TÂNGARI, Vera R. **Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – Um Debate conceitual.** Revista Paisagem e Ambiente. Vol. 26. 2009.

SARMENTO, Daniel. **A Ponderação de Interesses na Constituição Federal**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2003.

SILVEIRA, Vinicius L. M. **Ponderação e Proporcionalidade no Direito Brasileiro**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 23 abr. 2013. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.43117&seo=1>. Acesso em: 15 maio 2018.

SOARES, M. T. S. **A integração do recôncavo da Guanabara na Área Metropolitana do Grande Rio de Janeiro** *in:* BERNADES, Lysia M. C. (Org.); SOARES, Maria Therezinha de S. (Org.). Rio de Janeiro: Cidade e Região. Biblioteca Carioca, 1990.160p.

SOUZA, Marcelo L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TÂNGARI, Vera R. As formas e os usos dos sistemas de espaços livres no Rio de Janeiro. In **Anais do V ENANPARQ**, ANPARQ/UFBA, 2018.

TÂNGARI, Vera R., ANDRADE, Rubens. e SCHLEE, Mônica B. **Sistemas de Espaços Livres: o cotidiano, apropriações e ausências**, UFRJ, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, PROARQ, Rio de Janeiro, 2009.

TARDIN, Raquel. **Espaços livres: sistema e projeto territorial –** Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

WALL. Alex. **Programming the Urban Surface** in James Corner (Ed.), Recovering Landscape. New York, Princeton Architectural Press,1999: 233-250, 1999

WHITE. William. **The Social Life of Small Urban Spaces**. New York . PROJECT FOR Public Spaces, 2001.

WOLCH, Jennifer. R., BYRNE, Jason e NEWELL, Joshua. - **Urban green space, public health, and environmental justice: The challenge of making cities 'just green enough** *in* Landscape and Urban Planning, 2014.

ZEISEL, John. **Inquiry by design: tools for environment-behavior reseach**. New York: Cambrigde University Press, 1984.

Sites consultados:

http://www.rio.rj.gov.br

http://www.data.rio/

http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=4502069a762f41ca990c1e4f14bd7409

http://paisagemcarioca.rio.rj.gov.br/contato.html

http://seacidadefossenossa.com.br/2016/03/um-bairro-sem-praca-e-um-bairro-sem-graca/

http://www.rio.rj.gov.br/web/sms/clinicas-da-familia

http://iabas.org.br/?page_id=5038

http://www.otics.org.br/estacoes-de-observacao/rio-saude-presente/clinicasdafamilia/clinicas-da-familia-inauguradas

https://www.saude.rj.gov.br/atencao-basica/apoio-a-gestao/clinicas-da-familia

http://portalms.saude.gov.br/atencao-basica

https://www.mercer.com.br/newsroom/ranking-de-qualidade-de-vida-2015-mercer.html

https://direitoadm.com.br/162-desafetacao/

https://pt.kisspng.com/

https://svgsilh.com/pt/image/307770.html

APÊNDICE

Resultados da pesquisa de campo[10]

BANGU – Praça Lealdina Muniz

IDENTIFICAÇÃO				BAIRRO - BANGU					
Sexo	**Idade**	**Escolaridade**	**Estado Civil**	**Tempo de moradia**	**Anteriormente**	**Motivo**	**Mais gosta**	**Menos gosta**	**Mudança**
F	> 45	Fundamental	Viúva	Nasceu	n/a	n/a	Nada	Não soube responder	Policiamento
F	11 a 15	Fundamental	Solteira	Nasceu	n/a	n/a	Shopping	Gosta muito do bairro	Policiamento
M	> 45	Médio	Casado	Desde os 12 anos	Caxias	Pais	Tudo perto - facilidades	Violência	Policiamento
F	30 a 45	Médio	Solteira	Há 30 anos		Família	Era a praça	Assalto	A praça está feia, suja, pouca iluminação
M	11 a 15	Fundamental	Solteiro	Nasceu	n/a	n/a	Nada	Não soube responder	Policiamento
M	12 a 15	Fundamental	Solteiro	Nasceu	n/a	n/a	Jogar futebol. Acha legal	Assalto	Não soube responder
F	> 45	Médio	Casada	Mora em Realengo	Realengo	irmã	Vizinhança	Desconforto. Não tem opção.	Não soube responder
M	11 a 15	Fundamental	Solteiro	Nasceu	n/a	n/a	Shopping	Assalto. Rua escura e é perigoso	Policiamento
F	> 45	Médio	Casada	Há 30 anos	Camará	Oportunidade de compra	Nada	Assalto e sujeira. Falta de iluminação	Arrumar a praça. Iluminação. Esgoto.
F	7 a 10	Fundamental	Solteira	Nasceu	n/a	n/a	Shopping	Sujeira. Falta e cuidado	Policiamento

[10] A pesquisa foi realizada durante três semanas entre os meses de fevereiro e março de 2018 nos dias de semana e durante um final de semana.

Praça Lealdina Muniz							CLÍNICA
Nome da praça	**Frequência**	**Mais gosta**	**Menos gosta**	**Frequenta outras**	**Outros Espaços Públicos**	**Familiares frequentam praças**	**Concorda com a implantação da clínica**
Não	Já frequentou há anos	Era uma praça alegre	Abandono	Não	Shopping	Não	Com certeza. É uma coisa boa pra pessoa da nossa idade
Praça do Cadarço	Sim, passa na volta da escola.	Quadra para andar de patins	Gosta de tudo	Sim, Leopoldina	Shopping	Não	Sim, porque parece uma coisa boa
Praça do Cadarço	Já frequentou há anos	Sentar embaixo da árvore pra ler	Sensação de insegurança	Sim, Praça da Guilherme	Praia/Parque Leopoldina/Parque dos Patins na Lagoa	Não	Essa praça comporta ocupação. Saúde é importante desde que funcione.
Não	Sim, final e semana	Espaço para as crianças	Não soube responder	Não	Shopping	Não	Não, porque está demorando muito pra ser inaugurada, porém vai facilitar a vida das pessoas que moram próximas.
Praça do Cabaço	Raramente	Nada	Não soube responder	Não	Escola	Não	Sim, mais próxima de casa.
Sim, uma professora	Todo dia. Solta ppa. Pique-esconde	Não soube responder	Não soube responder	Não. Muito longe	Sim	Não. Muito longe	Sim, próxima da região
Praça do Cadarço	Dificilmente	Não soube responder	Não soube responder	Sim, Praça da Guilherme	Parques e Shopping	Não	Sim, Porque é um meio de entrar no sistema de saúde.
Praça do Cadarço	Não	Quadra	Escuridão e perigo	Sim, Parque Leopoldina	Não	Não	Sim, fica mais fácil para se consultar
Sim, uma professora	Sim	Brinquedos e sombra	Não soube responder	Sim, Praça da Guache	Sim, Praça da Guilherme	Sim	Concorda. A clínica mais próxima fica em Sarapuí. Essa fica mais próxima de casa
Praça do Cadarço	Não	Quadra	Violência e sujeira	Sim, Pedra Branca	Sim	Sim, a avó vai na Pedra Branca	Sim, mais perto de casa

CAMPO GRANDE – Praça Pedro Veloso da Silveira

IDENTIFICAÇÃO				BAIRRO - CAMPO GRANDE					
Sexo	**Idade**	**Escolaridade**	**Estado Civil**	**Tempo de moradia**	**Anteriormente**	**Motivo**	**Mais gosta**	**Menos gosta**	**Mudança**
M	>45	Fundamental	Solteiro	Há 25 anos	Jacarepaguá	Casamento	Segurança	Transito	Melhoria no transporte
F	>45	Médio	Solteiro	Nasceu	n/a	n/a	Comércio próximo		Ampliação da educação com cursos para jovens
M	>45	Fundamental	Divorciado	Saiu e voltou	Bangu	Tranquilidade	Sossego	Falta atenção	**Investir mais em lazer**
F	30 a 45	Médio	Casado	Há 20 anos	Bangu	Por causa dos pais	Tranquilidade	Sujeira e abandono	Mais equipamentos na praça
F	30 a 45	Fundamental	Casado	Há 12 anos		Casamento	Nada	Violência e bagunça que as crianças fazem. Tinha muito assalto quando tinha tapume.	Arrumaria a praça e mais atrativos para as crianças
F	30 a 45	Médio	Casado	Não mora. Trabalha	Mora em jardim Maravilha	Abriu um negócio	Tranquilo e seguro	Transporte público é ruim	Transporte e a clínica. Gostaria que tivesse os dois e melhoraria a limpeza na praça
M	11 a 15	Fundamental	Solteiro	Há seis anos	Batan	Família	Comércio próximo	Assalto, manutenção da praça, maconheiros	Iluminação e limpeza
F	11 a 15	Fundamental	Solteiro	Nasceu	n/a	n/a	Vizinhança, amigos	Nada	Segurança
F	11 a 15	Fundamental	Solteiro	Nasceu	n/a	n/a	Comércio e restaurante	Maconheiro na praça, sujeira e falta de iluminação	Segurança
M	16 a 20	Médio	Solteiro	Há seis anos	Nova Iguaçu	Por causa dos pais	Quadra, jogar futebol	Nada	Limpeza da área, iluminação

Praça Pedro Veloso da Silveira							CLÍNICA
Nome da praça	**Frequência**	**Mais gosta**	**Menos gosta**	**Frequenta outras**	**Outros Espaços Públicos**	**Familiares frequentam praças**	**Concorda com a implantação da clínica**
Pedro...	Não frequenta	Ginástica para idosos	Não soube responder	Não	Praias e parques	Sim	**Na praça não. O programa é bom, mas não precisava ser em praça.**
Não	Vem pra fazer caminhada	Árvores	Não soube responder	Rosália Trota e da Regional	Praias e Shopping	Minha irmã que tem crianças pequenas	Acho boa a ocupação com a clínica
Praça do Moinho (Jesus Soares)	Diariamente	Tudo	Não soube responder	Por aqui	Frequenta o shopping por conta do trabalho	A maioria frequenta essa praça mesmo	**Discordo. Só trouxe problemas. Mesmo pronta sou contra. O morador quer a praça de volta. Tem saúde nas proximidades.**
Não	Pouco	Equipamento de ginástica	Descaso	Não	Parque, praia e shopping	Não	Concordo. Vai ser bom pra população do local.
Não	Não, porque não tem atrativos. No final da semana tem lanche.	Nada.	As instalações mal feitas	Não	Muito pouco	A filha, às vezes, vai à da Marinha	Concorda, não tem posto de saúde e hospital próximo, só em Comari.
Não	Sim, todo fia. Conversa e descansa do almoço.	Animação, nos finais e semana tem eventos na praça.	Lixo e desorganização Quando chove enche.	Não	Sim, em Jardim Maravilha, mas a praça não é muito boa.	Sim, a sobrinha frequenta as praças da região	Sim, porque todos os hospitais e clínicas são distantes. No entanto a paralisação da obra piorou a segurança e aumentou o risco de uma criança se machucar. Não isolaram a área.
Praça do Moinho	Sim, todos os dias na saída da escola	Quadra, jogar futebol	Não soube responder	Não	Shopping	Não	Não, porque como não terminou ficou muito deserto, tirou os bancos. Mas quando for inaugurar vai ajudar.
Praça do Moinho	Sim, todos os dias na saída da escola	Bancos pra bater papo	Não soube responder	Não	Shopping	Não	Sim, porque vai facilitar quando alguém precisar de atendimento médico.
Praça do Moinho	Sim, todos os dias na saída da escola	Bancos pra bater papo, matar aula	Não soube responder	Não	Shopping	Não	Não porque como a escola fica bem próxima à clínica vai trazer muito barulho e vai atrapalhar os atendimentos porque fazemos muito barulho na escola.
Praça do Moinho	Sim, todos os dias	Quadra	Abandono da obra da clínica.	Maria José. Por causa dos amigos e tem mais movimento.	Shopping	Não	Sim, porque a clínica mais próxima é na Comari e a instalação da clínica nesse local irá facilitar a vida das pessoas que moram na região.

REALENGO – Praça Marobá

IDENTIFICAÇÃO				BAIRRO - REALENGO					
Sexo	**Idade**	**Escolaridade**	**Estado Civil**	**Tempo de moradia**	**Anteriormente**	**Motivo**	**Mais gosta**	**Menos gosta**	**Mudança**
M	21 a 30	Superior	Solteiro	Nasceu	n/a	n/a	Gostava da tranquilidade	Falta de emprego	Segurança, saúde, educação
M	7 a 10	Fundamental	Solteiro	Nasceu	n/a	n/a	Os amigos, pois ajudam quando precisa	Nada, é bem legal	Segurança, por causa da família
M	16 a 20	Fundamental	Solteiro	Nasceu	n/a	n/a	Sair com os amigos	Violência	Habitação
F	>45	Fundamental	Solteiro	Nasceu	n/a	n/a	Só fica dentro e casa	Quadra	Tirava a quadra
F	>45	Fundamental	Divorciado	Há mais de 50 anos	Padre Miguel	Casamento	Não tem muito problema	Barulho e balbúrdia	Melhoria a praça para crianças e idosos
M	21 a 30	Médio	Solteiro	Há 9 anos	Camará	Comprou uma casa	Sou mais caseiro	Obras (Foz Águas) estão estragando o bairro	Habitação, asfalto, melhoria das praças
M	>45	Médio	Solteiro	Nasceu	n/a	n/a	De tudo	Não tem	**Iluminação, segurança, melhoraria o quarteirão da clínica**
M	21 a 30	Médio	Divorciado	Há 2 anos	Campo Grande	Casamento	Comércio, oportunidade de vendas, como o próprio negócio	Iluminação	Limpeza e segurança
F	16 a 20	Médio	Solteiro	Nasceu	n/a	n/a	Comércio diversificado	Violência	Segurança
M	>45	Fundamental	Solteiro	Há 40 anos	Curicica	Necessidade	**Arborização do local, natureza**	Poluição	Segurança
F	21 a 30	Superior	Solteiro	Há 6 anos	Jardim Bangu	Família	Nada, não tem muita coisa pra fazer	Violência	Iluminação e colocar brinquedo para as crianças

Praça Marobá							CLÍNICA
Nome da praça	**Frequência**	**Mais gosta**	**Menos gosta**	**Frequenta outras**	**Outros Espaços Públicos**	**Familiares frequentam praças**	**Concorda com a implantação da clínica**
Praça do Periquito	Já frequentou há muito tempo	Clínica	Falta de cuidados	Praça do Pisão - Brinquedos	Shopping, estádios	Esposa o acompanha nos passeios	Sim, não tem saúde próximo
Praça do Periquito	Sim, jogar bola e ajudar o irmão no lava-jato	Não soube responder	Não soube responder	Sim, Parque Santa	Campo do Bangu, Parque	Não	Sim, porque ajuda a população daqui
Não	Só pra trabalhar	Jogar bola	Não soube responder	Praça da Cohab por causa do açaí e pra ver as princesas	Shopping	Sim	Positivo, por ter saúde por perto
Campo do Periquito	Não frequenta	Nada	Não soube responder	Praça da Cohab	Parque Madureira	Não	Mesma coisa que nada
Marabá	Não frequenta	Hoje nada	Não soube responder	Não	Não	Não	Muito boa porque acabou com a confusão.
Não lembro	Não frequenta	Não soube responder	Não soube responder	Parque Leopoldina	Shopping, Quinta da Boa Vista	Não	Concordo porque a praça estava abandonada.
Praça Marobá	Sim, todos os dias	Não soube responder	Não soube responder	Não	Não	Sim, Praça da Piraquara, Cohab	Sim, tirou o espaço das crianças, porém o atendimento da clínica está ajudando as pessoas
Praça do Periquito	Não frequenta	Futebol	Não soube responder	Não	Não	Não	Não, pelo fato de não estar funcionando do jeito que deveria, falta remédio e falta médico.
Campo do Periquito	Não frequenta	Antigamente tinha festas	Não soube responder	Praça da Cohab	Praça Mauá, Lapa, Praça Tiradentes	Não	Sim, pra ficar mais próximo aos moradores
Praça Marobá	Sim, todos os dias pra bater papo	as pessoas, as árvores	Não soube responder	Não	Não	Não	sim, excelente., foi um sonho.
Praça do Periquito	Não frequenta	Nada, não tem mais praça	Não soube responder	Praça da Cohab tem lanche, tem campo, tem atrativos para idosos pela manhã	museu, shopping	Não	**Antes de inaugurar não concordava, mas aceitou. Os moradores não tiveram força para não construírem.**

CAMPO GRANDE – Praça Sangradouro

IDENTIFICAÇÃO				BAIRRO - CAMPO GRANDE					
Sexo	**Idade**	**Escolaridade**	**Estado Civil**	**Tempo de moradia**	**Anteriormente**	**Motivo**	**Mais gosta**	**Menos gosta**	**Mudança**
M	>45	Fundamental	Solteiro	Nasceu	n/a	n/a	Tranquilidade	Nada	Iluminação
M	21 a 30	Médio	Solteiro	Há cinco anos	Caxias	Muitos amigos moram aqui	Só os amigos. Sem opção.	Segurança	Transporte
M	30 a 45	Médio	Solteiro	Há um ano	Seropédica	Trabalho	Mais prático. Tudo perto.	Por enquanto nada	Transporte
M	30 a 45	Médio	Casado	Há vinte anos	Bangu	Se mudou	Shopping	Trânsito caótico	Trânsito
F	30 a 45	Médio	Casado	Há um ano	Estrada do chuveiro	emprego	Tranquilidade	Trânsito horrível	Transporte
F	>45	Médio	Casado	Nasceu	n/a	n/a	Shopping	Falta de policiamento, assalto.	Mais policiamento
F	>45	Médio	Casado	Nasceu	n/a	n/a	Acesso fácil às necessidades, escola, mercado e etc.	Violência, não tem muito policiamento.	Aumentaria o policiamento nas ruas.
F	>45	Médio	Casado	Há 20 anos	Pedra de Guaratiba	Família	Tudo	Muita violência	Segurança
F	30 a 45	Médio	Casado	Nasceu	n/a	n/a	Sossego	Índice de criminalidade	Aumentar segurança, limpeza dos bueiros
M	30 a 45	Fundamental	Casado	Nasceu	n/a	n/a	Nada	Nada	Segurança
M	>45	Fundamental	Casado	Há 15 anos	Nova Iguaçu	fazia bicos no almoço. Se aposentou e continuou	Tudo	Segurança	Trânsito

Praça Sangradouro							CLÍNICA
Nome da praça	**Frequência**	**Mais gosta**	**Menos gosta**	**Frequenta outras**	**Outros Espaços Públicos**	**Familiares frequentam praças**	**Concorda com a implantação da clínica**
Não	Não tem mais praça	Não tem mais praça	Quando tinha a praça os moradores não davam mais atenção.	Praça da Quadrangular, mas ocuparam com CIEP.	Shopping	Não muito	Sim, se funcionasse decentemente
Não	Não tem mais praça	Não tem mais praça	Não tem mais praça	Não	Praia e shopping	Mora sozinho. Familiares ficaram em Caxias	Concordo. Está ajudando muitas pessoas.
Não	Não tem mais praça	Não tem mais praça	Não tem mais praça	Praça da Figueira	Shopping	Sim, Praça da Figueira	Bom. Aqui tem atendimento nem todo lugar tem esse tipo de serviço.
Não	Não tem mais praça	Não tem mais praça	Não tem mais praça	Não	Praia	Não	Melhor do que uma praça porque trouxe saúde
Não	Não tem mais praça	Não tem mais praça	Não tem mais praça	Sim, Praça do Pica-pau porque tem atividades para crianças	Sim, Praça do Pica-pau porque faz trabalho com jovens	Sim, Praça do Pica-pau porque tem brinquedos	Sim, ficou melhor pra ser atendida
Não lembra	Caminhava na praça	Não tem mais praça	Não tem mais praça	Não	Não	A neta brinca em algumas praças	Sim, mas se decepcionou com o atendimento. O posto de saúde funcionava melhor. A clínica trouxe mais pessoas. A violência continua. Rua e passagem atrás do shopping.

Não	Poucas vezes.	Descansava. Não tinha muitos atrativos.	Não tem mais praça	**Sim, foi pedida em casamento na Praça Jereci.** Frequenta a praça da 24. Lá tem entretenimento, mas está com muito mato.	Frequento em Campo Grande mesmo, pois tem medo da violência, porém sente falta de teatro.	Filho e marido frequentam sempre. É um local onde pode se reunir em família e se diverte sem gostar muito.	Foi um ganho para a população, mas não funciona em pleno vapor. Gostaria que funcionasse melhor. O espaço foi bem aproveitado e beneficiou muitas pessoas, pois tem mais enfermeiros que médicos. Nunca fui atendido por um médico.
Não	Não tem mais praça	Brincar com as crianças, bater papo	Não tem mais praça	Não	Shopping	Não	Acha que tem outros lugares que precisavam mais.
Não	Não tem mais praça	Frequenta praças para levar crianças no parquinho e campo de futebol	Brinquedos para crianças	Sim, não sabe informar	Praia e shopping e calçadão de Campo Grande	Sim	Sim, melhor coisa, pois a praça estava cheia de malandros assaltando.
Não	Sim, final de semana eu vinha	Futebol	Não tem mais praça	Sim, Praça da Figueira, Corcumolinha e Letícia	Shopping	Sim, Praça Vila Nova	Depois que foi construída não pode fazer nada, mas se a clínica funcionar tudo bem.
Praça Sangradouro	Sim, tomava conta dos carros estacionados na praça	Tudo, tinha circo de vez em quando	Não tem mais praça	Não	Shopping	Não	**No início estavam reclamando que acabou com as praças para as crianças. A clínica não funciona.**

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU
Programa de Pós-graduação em Urbanismo - PROURB
Mestrado Profissional em Arquitetura Paisagística – MPAP

O IMPACTO DAS INTERVENÇÕES DO PODER PÚBLICO SOBRE ÁREAS PÚBLICAS E SEU ENTORNO IMEDIATO
Um olhar sobre praças ocupadas por Clínicas da Família

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

PESQUISADOR (A): _____	**DATA: __ / __ / __**
LOCAL	**HORA: ___:___**

Praça _____ **Bairro:** _____

Endereço: _____

IDENTIFICAÇÃO

Sexo

○ Masculino ○ Feminino ○ Não informado

Idade

○ 0 a 3 ○ 3 a 5 ○ 5 a 7 ○ 7 a 10 ○ 11 a 15

○ 16 a 20 ○ 21 a 30 ○ 30 a 45 ○ Mais de 45

Escolaridade

○ Fundamental ○ Médio ○ Superior ou mais ○ Sem escolaridade

Estado Civil

○ Solteiro ○ Divorciado ○ Casado ○ Viúvo ○ Outros

PESQUISA SOBRE A ÁREA

1. Há quanto tempo você mora nesse bairro? Onde você vivia anteriormente?

   _____

2. Por que veio morar nesse bairro?

   _____

   _____

3. O que você mais gosta no bairro? Por quê?

   _____

   _____

4. O que você menos gosta no bairro? Por quê?

   _____

   _____

5. Se você pudesse mudar alguma coisa, o que mudaria?

   _____

   _____

PESQUISA SOBRE A PRAÇA

1. Você sabe o nome da praça? Qual o nome? De onde vem esse nome?

2. Frequenta a praça? Quantas vezes por semana? O que faz na praça? Se não, por quê?

3. O que você mais gosta na praça? O que você menos gosta na praça? **FOTOS**

4. Você frequenta outras praças nas imediações? Quais? Onde? Por quê?

5. Você frequenta outros espaços públicos? Quais? Onde? Por quê?

6. Alguém da sua família frequenta outras praças nas imediações? Quais? Onde? Por quê?

PESQUISA SOBRE OCUPAÇÃO DA PRAÇA PELA CLÍNICA DA FAMÍLIA

7. Você concorda com a implantação da Clínica da Família na praça?
   Se sim, por quê? Se não, por quê?

OBSERVAÇÕES

ANEXOS

Os Decretos que alteraram a afetação do bem denominada praça e o decreto que altera o uso de parte da praça, objetos dessa pesquisa, estão disponíveis em vários sites jurídicos. As reproduções dos mesmos foram obtidas no site https://leismunicipais.com.br/

DECRETO Nº 38.215 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

ALTERA A AFETAÇÃO, DE USO DE BEM COMUM PARA USO ESPECIAL DESTINADO A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, DO IMÓVEL QUE MENCIONA.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pelo parágrafo 3º, do artigo 236, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO que a alteração da afetação não importará em desvirtuamento da finalidade pública da área;

CONSIDERANDO o interesse público, DECRETA:

Art. 1º - Fica parcialmente alterado de bem de uso comum, integrante do bem público, designado Praça Lealdina Muniz Passos, em sua parcialidade, situada na Rua Padre Josino Tavares, Rua Simão Cristino, Rua Fonseca, em Bangu, figurada no Projeto Aprovado de Alinhamento (PAA) nº 9829 e no Projeto Aprovado de Loteamento (PAL) nº 35478, consistindo de 2.334,10 m², passando a ser bem de uso especial destinado a Unidade Básica de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2013; 449º ano da fundação da Cidade.

EDUARDO PAES

DECRETO Nº 41412 DE 18 DE MARÇO DE 2016

ALTERA BEM DE USO COMUM NA FORMA QUE MENCIONA.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pelo parágrafo 3º, do artigo 236, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO que a alteração da afetação não importará em desvirtuamento da finalidade pública da área;

CONSIDERANDO o interesse público, DECRETA:

Art. 1º - Fica parcialmente alterado de bem de uso comum, integrante do bem público, a área de praça, situada na Rua Alcides Bezerra, Rua Francisco Prado e a Rua Alfredo do Vale Cabral, em Realengo, figurada no Projeto Aprovado de Alinhamento (PAA) nº 5385, e, no Projeto Aprovado de Loteamento (PAL) nº 15218, consistindo de 1.578,07 m², passando a ser bem de uso especial destinado a Unidade Básica de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2016 - 452º da Fundação da Cidade.

EDUARDO PAES

DECRETO Nº 41413 DE 18 DE MARÇO DE 2016

ALTERA BEM DE USO COMUM NA FORMA QUE MENCIONA.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pelo parágrafo 3º, do artigo 236, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO que a alteração da afetação não importará em desvirtuamento da finalidade pública da área;

CONSIDERANDO o interesse público, DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado de bem de uso comum, integrante do bem público, designado Praça Sangradouro, situada na Rua Marataca, Rua Juatama, e, a Avenida Marechal Dantas Barreto, em Campo Grande, figurada no Projeto Aprovado de Alinhamento (PAA) nº 10008, e, no Projeto Aprovado de Loteamento (PAL) nº 36717, reconhecida pelo Decreto nº 3282 de 09/11/1981, consistindo de 2.574,00 m², passando a ser bem de uso especial destinado a Unidade Básica de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2016 - 452º da Fundação da Cidade.

EDUARDO PAES

DECRETO Nº 41903 DE 28 DE JUNHO DE 2016

ALTERA BEM DE USO COMUM NA FORMA QUE MENCIONA.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pelo parágrafo 3º, do artigo 236, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO que a alteração da afetação não importará em desvirtuamento da finalidade pública da área;

CONSIDERANDO o interesse público; DECRETA:

Art. 1º - Fica parcialmente alterado de bem de uso comum, integrante do bem público, designado Praça Pedro Veloso da Silveira (Comandante), situada na Rua Severino Ferreira da Costa e Rua "D", em Campo Grande, figurada no Projeto Aprovado de Alinhamento (PAA) nº 10216, e, no Projeto Aprovado de Loteamento (PAL) nº 38228, reconhecida pelo Decreto nº **5573** de 29/01/1985, consistindo de 2.182,62 m², passando a ser bem de uso especial destinado a Unidade Básica de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2016 - 452º da Fundação da Cidade.

EDUARDO PAES

DESCUIDO

Dia das Crianças comemorado longe de parquinhos

Espaços destinados aos pequenos em praças da cidade sofrem com brinquedos quebrados e até fezes de moradores de rua

NATÁLIA BOERE
natalia.boere@oglobo.com.br

Quem quiser comemorar hoje o Dia das Crianças levando os pequenos para passear nos parquinhos de praças da Zona Sul deve repensar a programação. A experiência pode não ser das mais agradáveis: há desde brinquedos quebrados até áreas imundas. Na tarde de ontem, na General Osório, em Ipanema, por exemplo, o cheiro de urina entre o escorrega e a gangorra estava forte. E era preciso tomar cuidado para não esbarrar em fezes de moradores de rua que invadiram o espaço.

— Os moradores de rua tomaram conta da praça, dormem aqui. Quando eles estão bêbados ou drogados, nem entro, porque tenho medo de que eles agridam meus filhos — diz a dona de casa Bárbara Dugoni, que mora no Morro do Cantagalo e costuma levar Manuela, de 12 anos, Williian, de 4, e Bernardo, de 2, para brincar no local todos os dias.

Bárbara só não vai à pracinha após dias de chuva. A área onde ficam os brinquedos não tem drenagem e fica completamente empoçada.

— Os nossos pés até atolam na areia. — lamenta Bárbara, acrescentando que os problemas não param por aí. — Apesar de haver uma cabine da Polícia Militar na praça, os assaltos aqui são frequentes. As crianças ficam assustadas.

A violência também faz parte da realidade dos frequentadores do Parque Peter Pan, na esquina das ruas Francisco Sá e Raul Pompeia, em Copacabana.

— Já ouvi até tiro — relata a dona de casa Maria Aquino, moradora de Ipanema, que costuma frequentar o local com a neta Yasmin, de 3 anos.

Maria lamenta a ausência de um bebedouro e reclama dos balanços quebrados no Peter Pan. Dois banheiros do parque estão interditados: a água dos vasos sanitários transborda, invadindo o chão do espaço e do alojamento da Guarda Municipal, que fica perto.

— É um ambiente insalubre. Sem falar que a água parada é foco de dengue, as crianças estão expostas duplamente. — diz Maria.

Perto dali, na Praça Cantagalo, o estado dos brinquedos é o mesmo: estão todos descuidados. Além de balanços quebrados, o pedal do cavalinho está solto e a os troncos das pontes, quebrados — ou ausentes.

— É perigoso brincar ali, as crianças podem cair ou se machucar nas lascas de madeira. O parquinho deveria estar em boas condições, mas está totalmente abandonado — lamenta a jornalista Anna Carolina Vilela, mãe de Gabriel, de 3 anos.

O dono da empresa Filimar, fabricante dos brinquedos de madeira que foram colocados em 68 praças da cidade na gestão Eduardo Paes, afirma que nunca houve um contrato para manutenção das estruturas.

— Procurei a prefeitura no início deste ano, mas fui informado que não havia verba para um contrato de manutenção de todos os parques. Disseram que eu seria procurado no segundo semestre, mas, até agora, nada — diz Julio Goulart.

O superintendente da Zona Sul, Marcelo Maywald, afirma que os brinquedos da Praça Cantagalo serão consertados até novembro. Diz ainda que o entupimento na rede de esgoto que dava retorno na rede de água pluvial dos banheiros do Parque Peter Pan foi resolvido ontem. E que os balanços serão consertados em breve:

— Estamos em estágio avançado na negociação para que os donos de restaurantes da Rua Jangadeiros adotem a Praça General Osório e fiquem responsáveis pela sua manutenção. ●

PAULO NICOLELLA

Sem manutenção. No Peten Pan, em Copacabana, brinquedos estão quebrados e banheiros interditados por conta de vazamento

"É um ambiente insalubre. As crianças ficam expostas"

Maria Aquino
Moradora de Ipanema

Reportagem do jornal O Globo do dia 12 de outubro de 2017

Poupança em forma de adoção

A adoção de áreas verdes públicas por empresas privadas tem regado os cofres do município de tal forma que a economia chega a R$ 90 milhões por ano. O mais novo espaço adotado na cidade é a Praça Santos Dumont, agora sob os cuidados da Associação de Moradores e Amigos da Gávea, a Amagávea, que, de acordo com o contrato assinado, vai cuidar não somente do terreno, mas também dos bancos, gradis e calçamentos, durante dois anos.

Esse programa da Fundação Parques e Jardins contempla até agora 236 espaços públicos. O que representa 1,5 milhão de metros quadrados de áreas adotadas.

http://www.ademi.org.br/article.php3?id_article=74727

Não saiu do papel

Seis meses após visita da prefeitura, que prometeu resolver o problema, pracinha no Largo do Catumbi continua exibindo sinais de abandono

MAURÍCIO PEIXOTO
mauricio.peixoto@oglobo.com.br

Em meados do ano passado, depois de vários pedidos de moradores, a prefeitura retirou as grades da pracinha que fica no Largo do Catumbi, em frente ao Cemitério de São Francisco de Paula. Segundo moradores, a prefeitura, na ocasião, prometeu providenciar a revitalização do local, com a instalação de novos brinquedos, o estabelecimento de uma rotina de limpeza e melhorias na iluminação.

Mas as promessas não saíram do papel. Além de todos os problemas citados, o mato cresceu ao redor da praça, que passou a abrigar usuários de drogas e moradores em situação de rua.

— O Catumbi é um bairro com pouquíssimas opções de lazer. E infelizmente uma das praças não está em condições de receber a população. Quando a grade foi retirada, tivemos a impressão de que ela seria revigorada. Ao cobrarmos, as autoridades disseram que não tinham mais recursos — diz o administrador da página "Rio Comprido Alerta", que preferiu ficar no anonimato.

BRENNO CARVALHO

Semana passada. Mato alto e brinquedos danificados na praça

A Comlurb informou que o serviço de roçagem foi feito na última sexta-feira, dia 23, cumprindo a programação mensal. Informou ainda que as últimas chuvas aceleraram muito o crescimento da grama. A Seconserma, por sua vez, informou que técnicos da Rioluz farão vistoria no local e que uma equipe da Conservação também irá até a pracinha para saber as reais condições dos brinquedos existentes lá e providenciar as medidas cabíveis. ●

Reportagem do jornal de bairro, Globo Tijuca - do dia 29 de março de 2018

NO MEIO DO CAMINHO

Canteiros sem obras

Prefeitura evita retomar projetos paralisados para conter aumento de gastos com custeio e pessoal

LUIZ ERNESTO MAGALHÃES
luiz.magalhaes@oglobo.com.br

FOTOS DE DOMINGOS PEIXOTO

Descaso. Um grupo de crianças brinca sobre a estrutura abandonada de uma Clínica da Família, que começou a ser construída na Rua José Francisco de Souza Porto, em Campo Grande

Os projetos parados da prefeitura se espalham pelo Rio. Na Avenida Brasil, no lugar de operários, canteiros do BRT viraram abrigos para dependentes de crack. Na Zona Oeste, mil famílias do bairro Vilamar, em Pedra de Guaratiba, aguardam há dois anos a retomada das obras de infraestrutura do Bairro Maravilha, enquanto que, em Campo Grande, nenhum morador sabe quando finalmente contará com os serviços de uma Clínica da Família, cuja construção parou nas fundações na Rua José Francisco de Souza Porto.

Reativar todas essas obras se transformou em uma equação de difícil solução. Em muitos casos, faltam recursos. Em outros, há até dinheiro disponível de empréstimos, mas não para manter o serviço após a conclusão do projeto. A prefeitura tem, ao todo, cerca de cem contratos paralisados, que abrangem aproximadamente 300 obras, a maioria desde o segundo semestre de 2016, nos últimos meses da gestão do então prefeito Eduardo Paes. O problema será discutido hoje por técnicos da prefeitura e vereadores numa audiência pública da Comissão de Obras Inacabadas da Câmara Municipal.

A promessa da Secretaria da Casa Civil é que as obras comecem a ser retomadas no segundo semestre, em um cronograma previsto para ser divulgado nos próximos dias. Mas o plano deverá incluir a manutenção da infraestrutura pública existente, e não novos investimentos. Já Eduardo Paes argumentou que considera natural a interrupção de projetos nos últimos meses de uma gestão, "até para facilitar o planejamento do sucessor":

— Nenhuma obra foi suspensa no fim do ano. Após uma eleição, empreiteiros ficam esperando para saber o que o novo prefeito vai fazer. É natural que, quando um novo governo assume, o prefeito precise de tempo para se organizar. Mas já se passaram 18 meses.

ARRECADAÇÃO CRESCEU POUCO

Independentemente dos planos da prefeitura, o presidente da Comissão de Obras Inacabadas, vereador Fernando William (PDT), atribui o cenário atual a uma mistura de problemas de gestão com falta de planejamento.

— A prefeitura depende principalmente de empréstimos para fazer novos investimentos. Tem pouca margem para aplicar recursos próprios em novos projetos. Além disso, esses projetos acabam gerando despesas com pessoal ou custeio. Até o momento, as mudanças nas regras de cobrança do IPTU não surtiram o efeito desejado. A arrecadação só cresceu cerca de 8% em 2018 — disse William.

O risco de alguns projetos se transformarem em elefantes brancos ocorre, por exemplo, no caso do projeto Escolas do Amanhã, lançado por Paes. A proposta era abrir 110 novas escolas em regime de horário integral. Dessas, 90 já foram inauguradas. Mas, caso as obras sejam retomadas nas 20 unidades não entregues, podem faltar recursos para contratar pessoal e mantê-las. Há mais de um ano, a prefeitura está com restrições para gastar com o pagamento de pessoal, porque suas despesas estão acima do chamado limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Com isso, a prioridade do município é direcionar recursos para reformar escolas que se encontram em estado precário. Esse problema do custeio foi discutido em maio, em reuniões entre técnicos da prefeitura e conselheiros do Tribunal de Contas do Município (TCM), que tentaram estabelecer prazos para a retomada dos projetos parados. Um cronograma inicial chegou a ser apresentado, mas o documento não foi entregue oficialmente. Em fevereiro, o TCM determinou que, em lugar de dar início a novos investimentos, a prefeitura deveria concluir as obras paradas, que têm custo estimado em R$ 2 bilhões. A prefeitura entrou com recurso questionando o acórdão, que será julgado na terça-feira.

A questão do custeio também foi abordada pelo secretário municipal de Educação, Cesar Benjamin, ao explicar recentemente a uma moradora de Rio das Pedras, por meio de uma rede social, as razões pelas quais não eram retomadas as obras de três escolas da região. Ele escreveu que a Casa Civil tem sido irredutível, alegando "que novas escolas provocarão novos gastos de custeio".

A falta de recursos se repete na área da saúde. Ao assumir a prefeitura, Crivella herdou um contrato para finalizar a construção de 54 Clínicas da Família. Dessas, 11 tiveram as obras concluídas, mas apenas quatro foram abertas à população. O problema foi tema de audiência pública na semana passada na Câmara. Para o vereador Paulo Pinheiro (PSOL), da Comissão de Saúde, o descumprimento do cronograma comprometerá as metas da pasta.

— A prefeitura informou que não há recursos nem para abrir as demais unidades prontas, pois elevaria os gastos com custeio — disse Pinheiro.

TRANSBRASIL PODE RECOMEÇAR ESTE MÊS

O problema é ainda mais amplo: faltam recursos até para manter o que já existe. Para complicar este cenário, a partir do próximo dia 15, a prefeitura terá que arcar com a manutenção da área do Porto Maravilha devido à falta de liquidez do fundo da Caixa Econômica Federal que mantém a região numa Parceria Público-Privada (PPP).

Em relação aos projetos que contam com empréstimos, existe a promessa de retomada das obras do BRT Transbrasil até o fim deste mês. Com pouca sinalização e parte dos pardais desligados, os acidentes na Avenida Brasil têm se multiplicado. As bases do contrato das obras estão sendo renegociadas com a Caixa Econômica Federal, para a inclusão de dois novos trechos: entre Deodoro e Irajá (uma ligação com o Trevo das Margaridas) e entre o Caju e a Rodoviária. ●

Obstáculo. As obras paradas da Transbrasil, que prejudicam o trânsito numa das mais importantes vias da cidade

Opinião

EMPENHO

MAIS UMA VEZ, impasse entre a Caixa e a prefeitura do Rio, em torno de dinheiro, ameaça a revitalização do Porto do Rio. Não é desconhecida a conjuntura de dificuldades generalizadas que prejudicam este e qualquer outro projeto, e não apenas na cidade.

PORÉM, A indiscutível relevância do Porto, para o Rio e o próprio turismo nacional, não permite que autoridades municipais, estaduais ou federais assistam de forma passiva às turbulências que ameaçam a revitalização da área.

QUANDO HÁ vontade e empenho para resolver, as soluções aparecem.

Reportagem do jornal O Globo - do dia 7 de junho de 2018